



PANORAMA

da participação privada no saneamento
2022

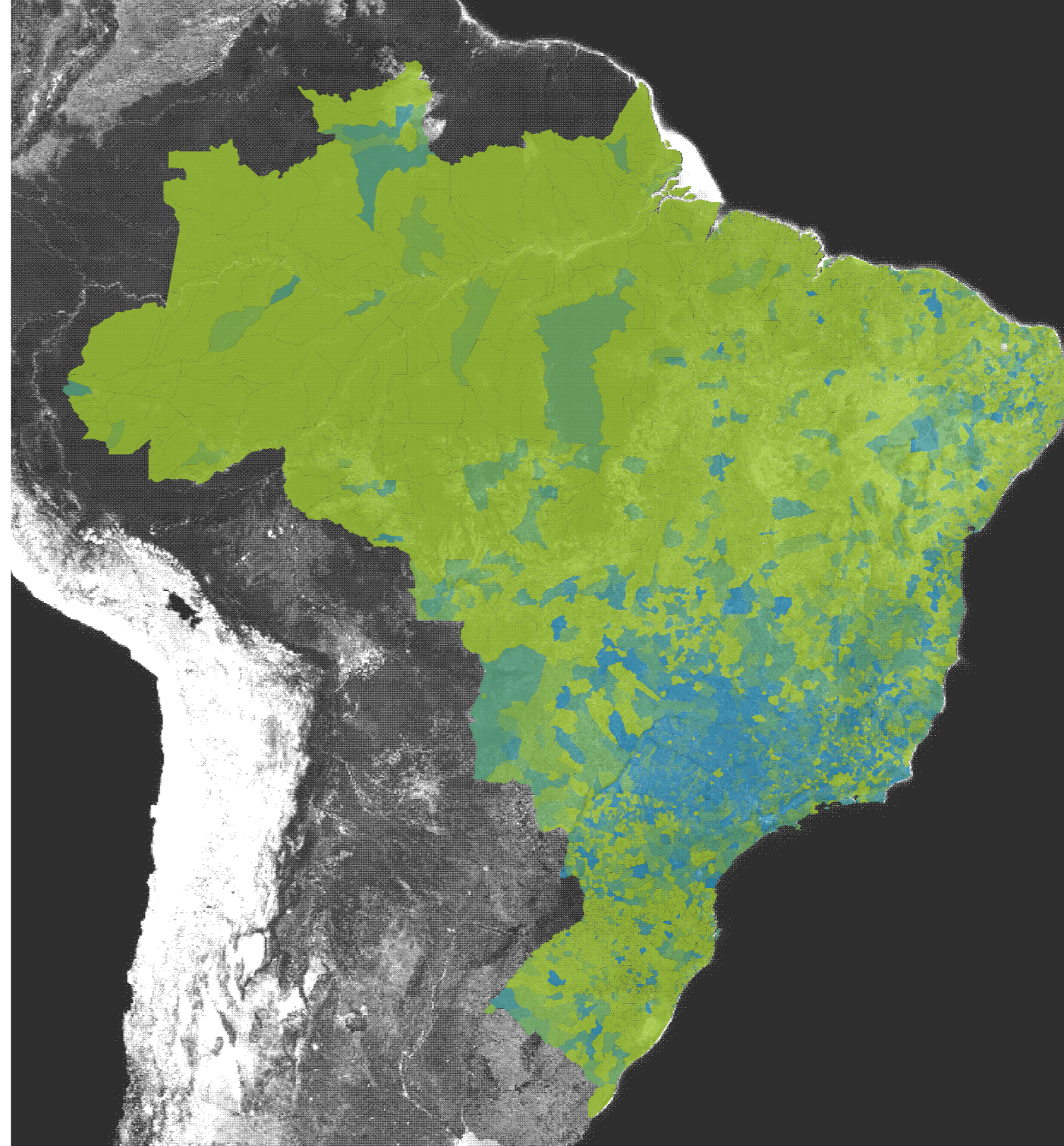
Saneamento se destaca no futuro da infraestrutura

No Brasil, será necessária a implantação de mais de 300 mil km de rede para universalizar a coleta de esgoto até 2033, como prevê o novo marco legal do saneamento

Déficit de atendimento em esgotamento sanitário

- Mais de 90% da população
- Entre 75 % e 90% da população
- Entre 50% e 75% da população
- Entre 25% e 50% da população
- Entre 10% e 25% da população
- Menos de 10% da população

Mais da metade dos municípios brasileiros tem mais de 90% da população sem acesso aos serviços de esgotamento sanitário



PANORAMA

da participação privada no saneamento

..... 2022

**Saneamento
se destaca no futuro da
infraestrutura**



Apresentação

Referência em qualidade de informação sobre o saneamento



O **Panorama da Participação Privada no Saneamento** chega em 2022 à sua nona edição consecutiva.

A publicação idealizada e produzida pela ABCON SINDCON é hoje uma referência para a sociedade sobre a atuação dos operadores privados em um setor que se torna cada vez mais protagonista da infraestrutura nacional, com reflexos que se espalham da saúde pública à educação, turismo, geração de empregos e preservação ambiental, entre outros aspectos socioeconômicos.

O Panorama está alinhado com os objetivos do planejamento estratégico traçado pela ABCON SINDCON para o período 2021-2024. Queremos ser essenciais para a universalização

do saneamento no país, atuando para qualificar o mercado, mobilizar recursos, impulsionar a qualidade do serviço, reforçar a imagem setorial e fortalecer a governança corporativa.

No âmbito externo, em sintonia com essas premissas, nossa intenção é continuar levando para todos a informação qualificada e transparente que compõe o Panorama desde a sua criação, em 2014.

A partir daquela data, o Panorama tem registrado os importantes avanços do saneamento do país, com destaque para a aprovação do marco legal do setor, uma conquista na qual a ABCON SINDCON exerceu um papel-chave, ao disseminar e trazer para o debate os números que comprovavam a necessidade de se ampliar investimentos, a fim de que toda a população pudesse ter acesso a água de qualidade e esgotamento sanitário.

A essência original do Panorama tem sido preservada ao longo de todos esses anos. O mesmo cuidado com a informação acurada e relevante deste anuário, nossa principal publicação, é observado em outros bancos de dados produzidos pela ABCON SINDCON, como o Sistema de Informações do Segmento Privado

do Setor de Saneamento (SPRIS), as Análises Conjunturais, o Painel de Monitoramento do Novo Marco Legal, a Calculadora de Custos e os demais estudos e materiais desenvolvidos pela associação.

Todas essas iniciativas ajudam o setor e a sociedade a entenderem melhor o saneamento e seus impactos positivos na vida das pessoas.

É com esse espírito renovado que apresentamos o novo Panorama da Participação Privada no Saneamento, edição 2022.

Boa leitura!

Percy Soares Neto

Diretor-executivo da ABCON SINDCON

Editorial

Saneamento básico: a prioridade entre as prioridades do país



Fundamental para a retomada da economia, o saneamento básico vive a expectativa de uma grande expansão nos próximos anos.

Prioridade entre as prioridades em um país onde, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), somente 50,8% do esgoto gerado passa por algum tipo de tratamento e cerca de 34 milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso a água de qualidade nas torneiras, a construção de um cenário mais digno e promissor passa pela universalização.

O marco legal do saneamento, Lei 14.026/20, trouxe há dois anos uma nova perspectiva para o setor ao criar um ambiente com maior segurança jurídica, com critérios que favorecem competitividade e sustentabilidade, além de viabilizar maior participação do capital privado, mudando a vida de milhões de brasileiros.

Esses princípios devem ser mantidos e assegurados se quisermos garantir que o ciclo de evolução do saneamento seja bem-sucedido. Os resultados iniciais são bastante significativos em um setor historicamente marcado pela carência de investimentos. Leilões de cifras vultosas já trazem um reflexo disso com a geração de empregos e movimentações na cadeia de suprimentos, mesmo em um período em que boa parte dos setores econômicos sofreu com os efeitos da pandemia.

O momento agora é de somar esforços para levar saneamento a TODOS. Para tanto, cabe ressaltar o compromisso com bons projetos, modelagens e editais bem estruturados. Portanto, a manutenção da estabilidade jurídica e a institucional da governança das regiões são fundamentais para que esse ciclo de desenvolvimento continue.

Cumprir as metas de universalização do saneamento no Brasil é um compromisso amplo, que deve ser firmado pelas empresas concessionárias e pelos poderes concedentes, seja ele o Executivo em todos os âmbitos ou os poderes legislativo e judiciário.

O desafio é grande e os primeiros passos foram dados. Esta nona edição do Panorama traz números e reflexões que nos ajudam a compreender o potencial da iniciativa privada e o nosso compromisso com o país.

Teresa Vernaglia

Presidente do Conselho de Administração da ABCON SINDCON

Capítulo 1

Um caminho sem volta15

Capítulo 2

O saneamento é protagonista na infraestrutura41

Capítulo 3

De usuário a cliente: diferenciais no atendimento da iniciativa privada53

Capítulo 4

Parceria Público-Privada e subconcessões59

Capítulo 5

Regionalização65

Capítulo 6

O novo normal do saneamento73

Capítulo 7

Quadro de concessões91

Capítulo 8

ABCON SINDCON113

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1.1.

Leilões realizados desde o novo marco legal do saneamento16

Gráfico 1.1.

Leilões previstos para 2022 e 202317

Tabela 1.2.

Status da Agenda da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)21

Gráfico 1.2.

Linha do tempo do novo marco legal do saneamento22

Gráfico 1.3.

Status dos contratos de programa ou sem formalização25

Gráfico 1.4.

**Desafio da universalização
cobertura dos serviços de água e esgoto e população atendida28**

Gráfico 1.5.

Tamanho dos municípios atendidos pelo setor privado29

Gráfico 1.6.

Municípios e população atendida por tipo de operador30

Gráfico 1.7.

Evolução do número de municípios atendidos pelo setor privado31

Gráfico 1.8.

Desempenho médio da iniciativa privada frente à média nacional33

Gráfico 1.9.

Atendimento por tempo de concessão34

Gráfico 1.10.

Histórico de investimentos do setor35

Gráfico 1.11.

Cobertura por tipo de operador36

Gráfico 1.12.

Comparativo de tarifas por tipo de operador37

Gráfico 1.13.

Média de investimento por ligação de água e esgoto por tipo de operador38

Gráfico 1.14.

Comparativo de investimento per capita por tipo de operador39

Gráfico 2.1.

Evolução dos níveis de atendimento do setor de infraestrutura no Brasil43

Gráfico 2.2.

**Comparativo internacional da população
com acesso adequado ao serviço de esgotamento sanitário44**

Gráfico 2.3.

Variação dos investimentos no setor de infraestrutura45

Gráfico 2.4.

Variação da demanda no setor de infraestrutura46

Gráfico 2.5.

Investimentos contratados nos leilões realizados entre 2019 e 202147

Tabela 2.1.

Impacto geral dos leilões contratados no setor após o marco legal48

Gráfico 4.1.

Distribuição dos contratos por modalidade e investimento realizado61

Gráfico 5.1.

Mapa do status da regionalização nos estados67

Gráfico 6.1.

Indicadores socioambientais74

Gráfico 6.2.

Indicadores de compliance76

Capítulo 1

Um caminho sem volta

Sancionada em julho de 2020, a Lei 14.026/20 se estabeleceu como o novo marco legal do saneamento.

A Lei 14.026/20 traz um caminho estruturado para o setor, ancorado em três pilares:

- * Regulação adequada;
- * Maior competição;
- * Geração de ganhos de escala aprimorada na operação, a partir da regionalização¹.

É notória a evolução do setor após a publicação da Lei. Hoje, o saneamento ocupa papel preponderante no desenvolvimento econômico e social do país.

O saneamento se destaca no futuro da infraestrutura e representa uma nova fronteira econômica para o Brasil.

1. Disposição dos municípios em blocos, pela qual é possível ofertar os serviços também nas localidades de menor potencial econômico ou com condições geográficas e de disponibilidade hídrica desfavoráveis para a rentabilidade do serviço.

A competição já apresenta os primeiros resultados

Até março de 2022, contados 20 meses da entrada em vigor do novo marco, tínhamos um total de 16 concorrências realizadas, com R\$ 76,2 bilhões em outorga e investimentos previstos já contratados para as concessões de saneamento, via leilão, e 20 milhões de pessoas beneficiadas (*Tabela 1.1.*).

Além disso, os leilões de saneamento geraram como outorga R\$ 29,4 bilhões de recursos para os poderes concedentes (estados e municípios).

Desde dezembro de 2021, seis leilões municipais foram realizados.

Para 2022/2023, há a expectativa da realização de 28 leilões (*Gráfico 1.1.*). Desse total, apenas seis certames são de escopo regional, confirmando a tendência pelos leilões municipais.

O investimento previsto a ser contratado a partir dessas licitações é de R\$ 24,5 bilhões, com população atendida estimada em 16,5 milhões. Do total de leilões previstos, oito projetos ainda não têm o valor de investimento estimado.

Tabela 1.1.

Leilões realizados desde o novo marco legal do saneamento

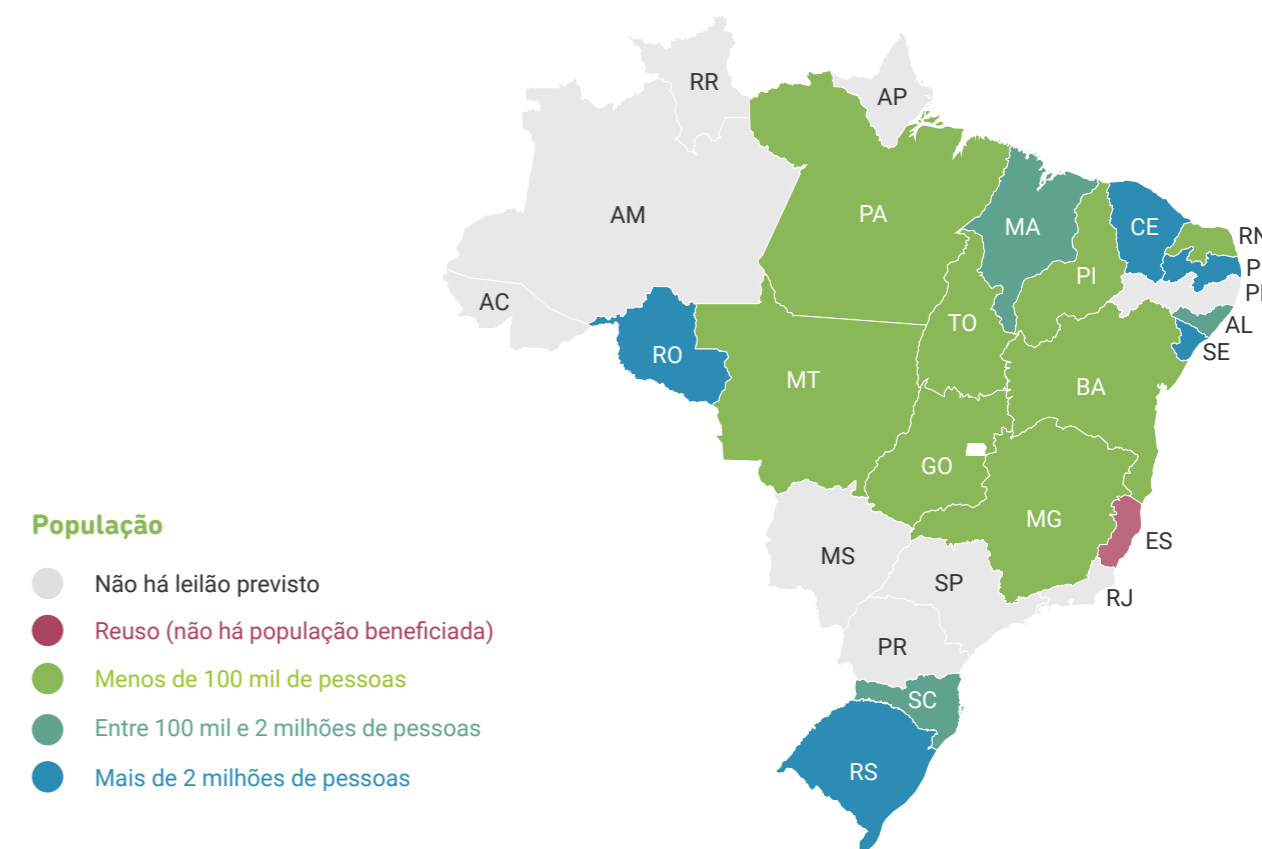
Fontes: Radar PPP, BNDES e PPI.

Quantidade	Leilão	Data	Prazo (anos)	Investimentos (R\$ bilhões)	População (milhões)	Municípios	Outorga (R\$ bilhões)
1	Alagoas (Bloco A)	30/09/2020	35	2,6	1,5	13	2,0
2	Cariacica e Viana/ES	20/10/2020	30	1,3	0,4	1	-
3	Mato Grosso do Sul	23/10/2020	30	3,8	1,7	68	-
4	Ipameri – Água e esgoto	04/12/2020	30	0,095	0,027	1	-
5	Rio de Janeiro (Blocos 1, 2 e 4)	30/04/2021	35	27,0	11,0	29	22,7
6	Buriti Alegre/GO	09/06/2021	30	0,026	0,010	1	-
7	Amapá	02/09/2021	35	3,0	0,7	16	0,9
8	Xique-xique/BA	06/12/2021	30	0,7	0,046	1	-
9	Alagoas (Blocos B e C)	13/12/2021	35	2,9	1,3	61	1,6
10	Rio de Janeiro (Bloco 3)	29/12/2021	35	4,7	2,7	20	2,2
11	Dois irmãos do Tocantins/TO	03/12/2021	30	0,098	0,007	1	-
12	Orlândia/SP	07/02/2022	35	0,093	0,044	1	0,052
13	São Simão/GO	11/02/2022	35	0,049	0,021	1	-
14	Crato/CE	11/02/2022	35	0,248	0,132	1	-
15	Potim/SP	24/03/2022	35	0,046	0,025	1	-
16	Rosário Oeste/MT	30/03/2022	30	0,041	0,017	1	-
Total				46,7	19,7	217	29,5

Gráfico 1.1.

Leilões previstos para 2022 e 2023

Fontes: Radar PPP, BNDES e PPI.



UF	Leilão	Investimento estimado (R\$)	População
Bahia	Brumado – Água e esgoto	142,83 milhões	67,20 mil
Ceará	Ceará – Esgoto*	7,04 bilhões	4,23 milhões
Espírito Santo	Espírito Santo – Reuso	130,00 milhões	Não se aplica
Goiás	Jaraguá – Água e esgoto	82,89 milhões	50,51 mil
Maranhão	Açailândia – Água e esgoto	A definir	112,45 mil

Mato Grosso	Brasnorte – Água e esgoto	A definir	19,70 mil
	Campo Novo do Parecis – Água e esgoto	586,64 milhões	35,36 mil
Minas Gerais	Extrema – Água e esgoto	274,52 milhões	36,23 mil
	Nepomuceno – Água e esgoto	71,72 milhões	26,88 mil
	Santa Maria de Itabira – Água e esgoto	A definir	10,85 mil
Pará	Pau D'Arco – Água e esgoto	23,33 milhões	5,48 mil
Paraíba	Paraíba – Água e esgoto *	6,00 bilhões	2,29 milhões
Piauí	Floriano – Água e esgoto	102,23 milhões	59,94 mil
Rio Grande do Norte	São Gonçalo do Amarante – Esgoto **	A definir	44,00 mil
Rio Grande do Sul	Erechim – Água e esgoto	362,03 milhões	105,86 mil
	Porto Alegre – Água e esgoto	2,17 bilhões	1,50 milhão
	Rio Grande do Sul – Água e esgoto *	4,00 bilhões	2,40 milhões
Rondônia	Rondônia – Saneamento*	A definir	1,50 milhão
	Cerejeiras – Água e esgoto	47,65 milhões	16,32 mil
	Espigão D'Oeste – Água e esgoto	83,00 milhões	32,37 mil
	Porto Velho – Água e esgoto	2,30 bilhões	529,54 mil
	São Miguel do Guaporé – Água e esgoto	47,25 milhões	23,01 mil
	São Francisco do Guaporé – Água e esgoto	49,95 milhões	20,27 mil
Santa Catarina	Palhoça – Água e esgoto	904,68 milhões	171,80 mil
	Capivari de Baixo – Água e esgoto	A definir	24,87 mil
Tocantins	São Domingos do Araguaia – Água e esgoto	29,43 milhões	25,56 mil
Sergipe	Sergipe – Água e esgoto *	A definir	2,30 milhões
Alagoas	Alagoas (Bloco D) – Água e esgoto *	A definir	645,00 mil
Total geral	28	24,45 bilhões	16,5 milhões

* Previsão BNDES 2022 e 2023.

** Previsão FEP 2023.

Prioridade para a infraestrutura

Com a entrada do grande volume de recursos previstos para os próximos anos, e seu impacto na atividade econômica, o saneamento se tornou pela primeira vez, após muitos anos, um protagonista da infraestrutura brasileira.

Tendo como base as diretrizes de melhor regulação, concorrência e ganhos de escala dispostas pelo novo marco legal, muitos avanços já foram registrados. Porém, alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, como preconiza o novo marco legal do saneamento, é uma meta muito desafiadora.

Um dos grandes ganhos do marco legal do saneamento é exatamente a previsão em lei do atendimento a toda população com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Hoje, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, apenas 50,8% do esgoto gerado no país passa por algum tipo de tratamento, trazendo graves danos ambientais e à saúde; apenas 78,5% do esgoto é coletado.

Apresentados em dezembro de 2021, os dados são do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que reúne dados de municípios de todo o país com relação aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, além de resíduos sólidos. As informações são referentes ao ano de 2020.

De acordo com o SNIS, houve crescimento de 13% nos últimos anos no volume de esgoto tratado, o que é positivo. Mas quando consideramos a coleta de esgoto, verificamos que o crescimento desse índice não passou de 6% no mesmo período.

Ao beneficiar mais de 100 milhões de pessoas que hoje não contam com esgotamento sanitário, e também assegurando a destinação adequada de resíduos sólidos para mais de 77 milhões de brasileiros que ainda hoje sofrem com os lixões a céu aberto, a universalização do saneamento básico pode ser considerada o maior programa ambiental do mundo em execução.

Impacto trilionário

Devido à sua capilaridade, o saneamento possui uma robusta cadeia produtiva, com um potencial multiplicador da economia que beneficia diretamente a população local.

Levantamento da ABCON SINDCON com a KPMG divulgado à época da aprovação da Lei 14.026/20 já apontava para a necessidade de o Brasil realizar um aporte de R\$ 753 bilhões para atingir a universalização no prazo desejado, incluindo nesse montante tanto

a ampliação da rede quanto os custos para recuperar os sistemas em uso. Isso significa investir mais de R\$ 50 bilhões ao ano até 2033.

O efeito multiplicador traria como resultado cerca de R\$ 1,4 trilhão na economia, com a geração de mais de 14 milhões de empregos ao longo do período dos investimentos e quase R\$ 90 bilhões em arrecadação tributária, segundo estudo do Instituto Trata Brasil.

Hora de consolidar os avanços

Para que o marco legal siga na trilha já iniciada da expansão do saneamento no país, é necessário cumprir algumas premissas:

A – Consolidar o processo de regionalização nos estados, que têm como incumbência definir as unidades regionais (blocos de municípios) que serão referências para a prestação de serviço regionalizada. O governo federal também poderá estabelecer os blocos de referência para a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico na hipótese das unidades regionais de saneamento básico não serem estabelecidas pelos estados.

Em abril, praticamente todos os estados já haviam aprovado ou encaminhado a delimitação de seus respectivos blocos regionais, conforme demonstra o **Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal** da ABCON SINDCON (*leia mais no capítulo 5*).

B – Avançar na uniformização da regulação, a partir de uma atuação mais incisiva da nova ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que, desde o novo marco legal, está encarregada de editar as normas de referência nacionais de regulação para o setor.

A partir dessas normas, as agências reguladoras locais terão diretrizes e referências para fortalecer a segurança jurídica da gestão e operação dos serviços em todo o país. Hoje, existem 19 agências regulatórias já identificadas e contidas na agenda regulatória 2021-2023.

Até o começo de junho de 2022, a ANA havia publicado apenas duas normas de referência (*Tabela 1.2*). Uma consulta pública havia sido encerrada, e mais cinco normas estavam em elaboração. A maior parte das normas (11) ainda precisava ser definida.

C – Fazer valer a exigência da comprovação de capacidade econômico-financeira regular entre as companhias estaduais de saneamento, mantendo-se na operação dos serviços apenas as empresas que tenham condições de investir para o atingimento das metas de atendimento previstas no novo marco.

Em 31 de março, terminou o prazo para que os prestadores de serviço comprovassem suas respectivas capacidades econômico-financeiras, conforme previa o Decreto 10.588/20, que dispõe sobre o Apoio Técnico e Financeiro da União, a partir da alocação de recursos públicos federais, onerosos e não onerosos. Nesse mesmo prazo, os municípios precisavam aderir a alguma estrutura de prestação regionalizada como condição de acesso a esses recursos.

Contratos de companhias estaduais que não fossem aprovadas na comprovação da capacidade econômico-financeira ou sem metas de universalização dos serviços passariam a ser considerados irregulares, e os municípios que estiverem com contratos irregulares, assim como aqueles que não aderirem a uma estrutura de prestação regionalizada, estariam sujeitos à perda do acesso aos recursos diretos e financiamentos da União.

A metodologia de comprovação da capacidade econômico-financeira das operadoras foi estabelecida pelo Decreto 10.710/21². As agências reguladoras responsáveis pela fiscalização tinham o prazo de até 31 de março de 2022 para emitirem os pareceres pela capacidade ou não dos operadores.

2. Pelo qual os operadores tinham até 31 de dezembro de 2021 para encaminhar essas informações às agências reguladoras responsáveis pela fiscalização de seus contratos, que efetuariam então a avaliação.

Tabela 1.2.

Status da Agenda da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Fonte: Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal da ABCON SINDCON.

Período	Normas	A ser definida	Em elaboração	Consulta pública encerrada	Publicada
1/2021	Instituição de taxa/tarifa para resíduos sólidos urbanos				●
2/2021	Conteúdo mínimo de aditivos aos contratos de programa e de concessão para água e esgoto				●
	Procedimento transitório de monitoramento das normas		●		
1/2022	Diretrizes para definição do modelo de regulação para água e esgoto		●		
	Indenização de ativos para água e esgoto		●		
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para água e esgoto			●	
2/2022	Condições gerais de prestação dos serviços de resíduos sólidos urbanos		●		
	Diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação		●		
	Matriz de riscos de contratos para água e esgoto	●			
	Modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e <i>accountability</i>	●			
1/2023	Procedimentos para mediação e arbitragem	●			
	Critérios para a contabilidade regulatória privada para os serviços de água e esgoto	●			
1/2022	Estrutura tarifária para água e esgoto	●			
	Condições gerais para prestação dos serviços, atendimento ao público e medição, faturamento e cobrança dos serviços de água e esgoto	●			
	Diretrizes para definição de modelo de regulação de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	●			
	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência e avaliação da eficiência e eficácia para resíduos sólidos urbanos	●			
	Padronização dos contratos de concessão para água e esgoto	●			
	Procedimentos para comprovação da adoção das normas de referência	●			
	Reajuste tarifário para água e esgoto	●			

● Atrasado

● No prazo

● Concluído

Os órgãos reguladores avaliaram a capacidade dos prestadores em duas etapas. Na primeira, foram analisados índices referenciais mínimos de indicadores econômico-financeiros do prestador de serviço. A análise é realizada de forma retrospectiva (os dados devem ser calculados com base nas demonstrações contábeis dos últimos cinco anos do prestador). Na segunda etapa, a verificação foi de natureza prospectiva. Nela foi analisada a adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação apresentados pelo prestador para cumprir as metas de universalização nos municípios em que possui contratos em vigor.

O Decreto 10.588/20 foi alterado em 1º de abril pelo governo federal.

Por meio de novo decreto (11.030/22), foi estabelecido um período de transição para a regularização da prestação dos serviços pelos municípios que estão com contratos irregulares. A Lei 14.026/20 e o Decreto 11.030/22 estabelecem o “passo a passo” que as operadoras precisam seguir se quiserem obter apoio técnico e financeiro da União na transição para o modelo de prestação regionalizada. Uma das etapas desse processo é a estruturação de uma modelagem de licitação regionalizada dos serviços, o que pode exigir a alteração dos prazos dos contratos de prestação regular existentes, adequando-se sua data de término à data de início do novo contrato de prestação regionalizada. Os novos os prazos poderão ser reduzidos ou prorrogados, desde que a data de convergência

e seu término não seja posterior a três anos da assinatura dos respectivos aditivos de redução ou prorrogação (não há prazo previsto para assinatura desses aditivos).

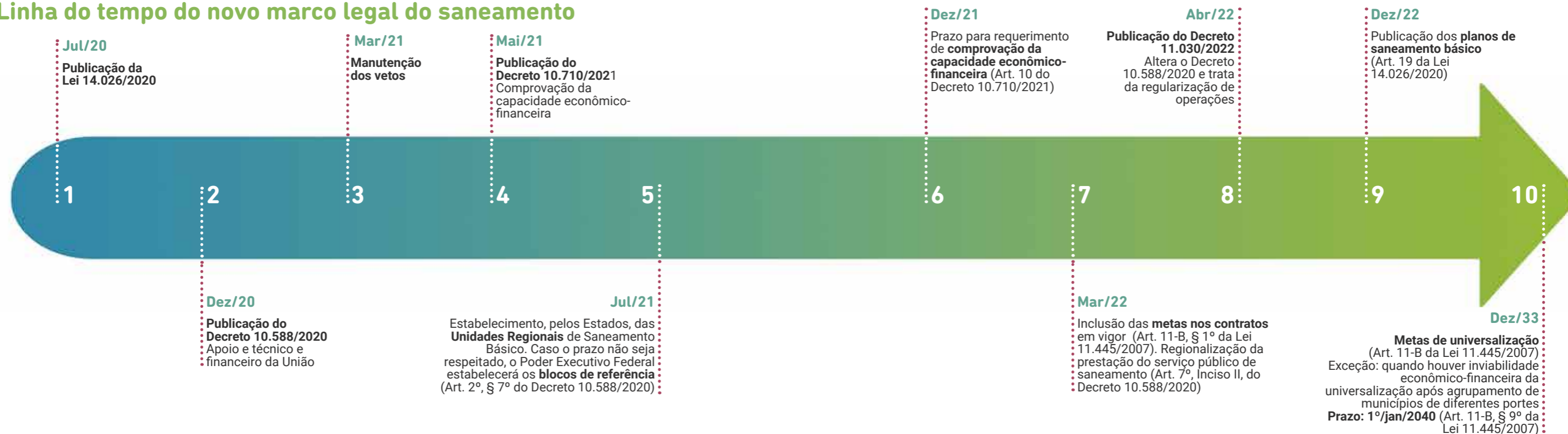
O Decreto 11.030/22 também estabelece que convênios de cooperação e consórcios públicos podem ser equiparados a blocos de referência enquanto a União não editar ato instituindo-os, desde que sejam contratados os bancos da União, ou empresas por estes qualificadas, para a realização de estudos de modelagem da concessão regionalizada dos serviços. A verificação do cumprimento da exigência de adesão à regionalização, obrigatória para o acesso a recursos federais, é verificada pelos órgãos e entidades da administração pública federal responsáveis pela alocação de respectivos recursos ou financiamentos.

De modo geral, o Decreto 11.030/22 estabelece regras mais específicas para a adequação de contratos vigentes dentro do novo marco legal, gerando impactos positivos no setor ao esclarecer aspectos que estavam até o momento sujeitos a interpretações, por exemplo:

- * Condicionar todos os novos prazos a um processo licitatório regionalizado;
- * Exigir que o titular do serviço informe a órgãos de controle, como os tribunais de contas e os ministérios públicos competentes, sobre o processo de regularização dos contratos, com vistas a assegurar a adequação e a continuidade do serviço público.

Gráfico 1.2.

Linha do tempo do novo marco legal do saneamento



Status dos contratos de programa ou sem formalização

Um dos principais avanços do novo marco legal do saneamento foi o fim dos chamados “contratos de programa”, além do fim da prestação de serviços ou formalização por contrato (precária), que eram comuns entre o poder concedente (municípios) e as companhias estaduais. Na maioria das vezes, esses contratos não traziam metas referentes à universalização dos serviços de água e esgoto prestados à população.

A Lei 14.026/20 vedou a celebração e prorrogação dos contratos de programa, tornando a licitação obrigatória ao término do prazo de vigência original, nas hipóteses em que o titular não optar pela prestação direta dos serviços.

Levantamento feito pela ABCON SINDCON indica que 20% dos municípios estão com prestação dos serviços de água ou esgoto com base em contratos irregulares (Gráfico 1.3).

Trecho da Lei 14.026/20

Art. 11-B, § 1º da Lei 11.445/07, regionalização da prestação do serviço público de saneamento (Art. 7º, § 2º, do Decreto 10.588/20).

Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

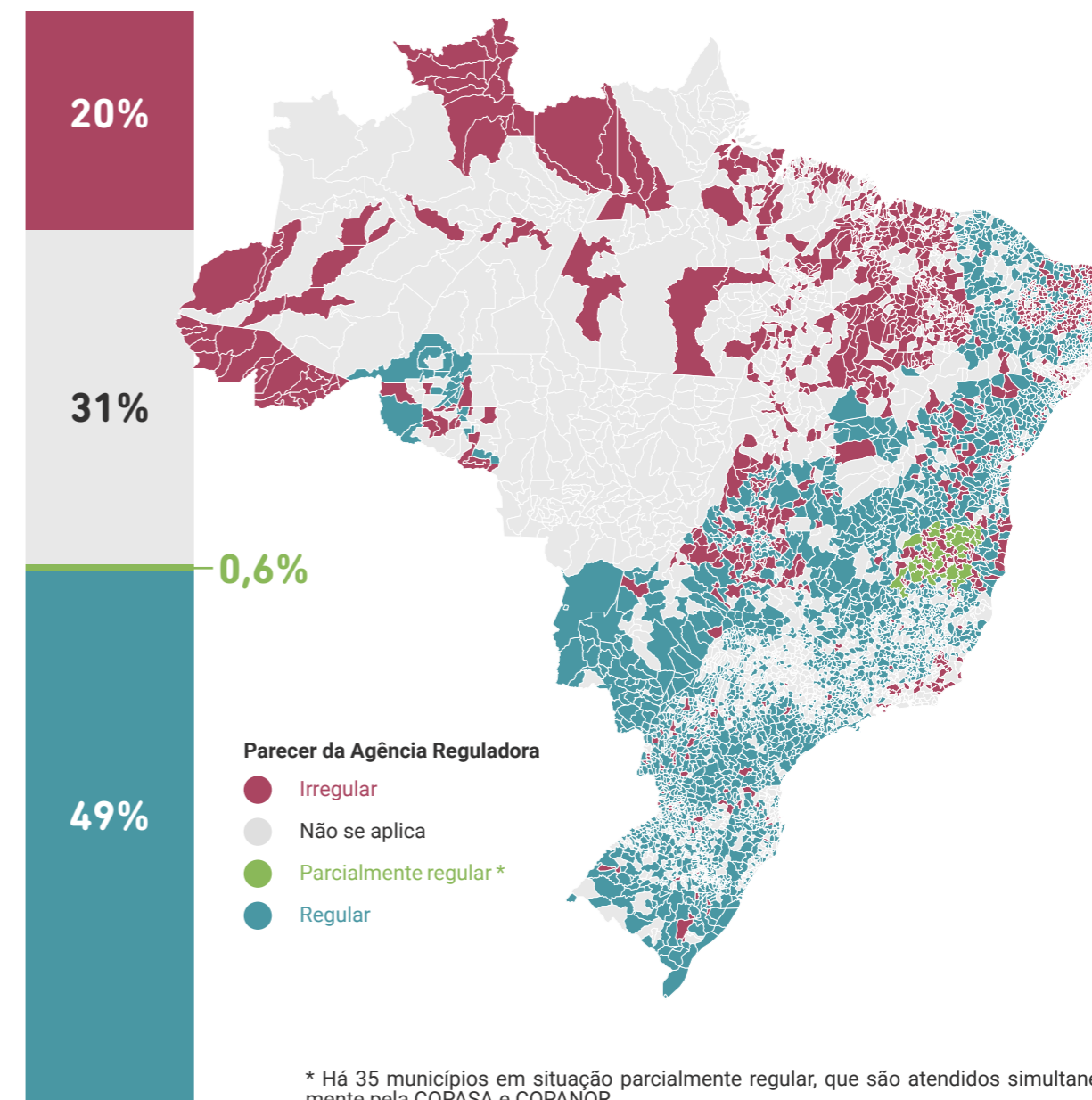
§ 2º Contratos firmados por meio de procedimentos licitatórios que possuam metas diversas daquelas previstas no caput deste artigo, inclusive contratos que tratem, individualmente, de água ou de esgoto, permanecerão inalterados nos moldes licitados, e o titular do serviço deverá buscar alternativas para atingir as metas definidas no caput deste artigo, incluídas as seguintes:

- I – prestação direta da parcela remanescente;
- II – licitação complementar para atingimento da totalidade da meta; e
- III – aditamento de contratos já licitados, incluindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que em comum acordo com a contratada.

Gráfico 1.3.

Status dos contratos de programa ou sem formalização

Fontes: ANA, SNIS e Agências Reguladoras Infranacionais.



Projetos prioritários no Congresso para fortalecer o setor de saneamento

A ABCON SINDCON acompanha os principais projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional que apresentam relação direta com os investimentos e com a operação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Entre esses projetos, a entidade elencou aqueles que considera prioritários para fortalecer o saneamento, sob as diretrizes do novo marco legal. As informações estão compiladas na **Agenda Legislativa dos Operadores Privados de Saneamento 2022**.



Faça o download da Agenda Legislativa dos Operadores Privados de Saneamento 2022 pelo QR Code!

Veja os principais Projetos de Lei:

- * O PL 7063/2017, que altera a Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por estados, pelo Distrito Federal e por municípios.
- * O PL 2646/2020, que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura e altera as leis 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011, entre outras providências.
- * O PLS 1/2018, que altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre o Certificado de Recebíveis de Saneamento (CRS).
- * O PLS 52/2017, que altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conceder, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).
- * O PL 2159/2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, alterando as leis 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000, e revogando dispositivo da Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, entre outras providências.

SNIS: em processo de aperfeiçoamento



Sistema está se adequando às demandas do marco legal.

O saneamento se tornou prioridade nacional, e existe uma grande expectativa de que o setor avance e ofereça melhores condições de atendimento, no que se refere à oferta de serviços de água de qualidade e esgotamento sanitário.

Nesse sentido, com o novo marco legal em vigor, aumenta a importância de termos dados atualizados e informações qualificadas que retratem o ritmo da expansão de serviços e de investimentos.

Tendo em vista que a universalização está prevista para 2033, ter uma referência oficial que reflita de maneira transparente essa evolução pretendida é uma necessidade, não apenas para o mercado, mas para a própria população, que pode assim cobrar do poder concedente e das concessionárias a realização das metas estabelecidas.

“Segundo o Banco Mundial, não existe um banco de dados oficial no mundo com as características do SNIS. Ele é o único do gênero, e a ideia é aperfeiçoá-lo. O SNIS vem melhorando ao longo dos anos, com melhorias constantes. Temos feito esforços para que ele consiga corresponder às demandas trazidas pelo novo marco legal e aos anseios dos usuários. O SNIS vai ter que se adequar a essa realidade. E isso leva tempo, pois só agora a cultura de encaminhar os dados por parte dos municípios está se fortalecendo.

Hoje, o sistema ainda recebe muitas críticas, pelo fato de as informações serem auto declaratórias. Para sanar essa questão, estamos desenvolvendo o projeto Acertar de auditoria e certificação das informações do SNIS, em parceria com a ABAR e as agências reguladoras. Outro ponto importante para se atingir padrões de excelência é a implementação do SINISA, que virá substituir o SNIS e trará abordagens mais adequadas para o banco de dados.

Com o SINISA, teremos informações individualizadas de coleta de água e esgoto, que hoje são colhidas de forma agrupada. As informações serão desagregadas, geradas por município. Teremos ainda dados sobre infraestrutura dos sistemas de água e esgoto, como estações de tratamento e unidades de captação de água, por exemplo. Haverá também um primeiro reflexo na percepção de diferenciação do investimento das concessões privadas. Será um banco de dados mais apurado, com certeza.”

Marco Aurelio Ayres Diniz, diretor do Departamento de Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

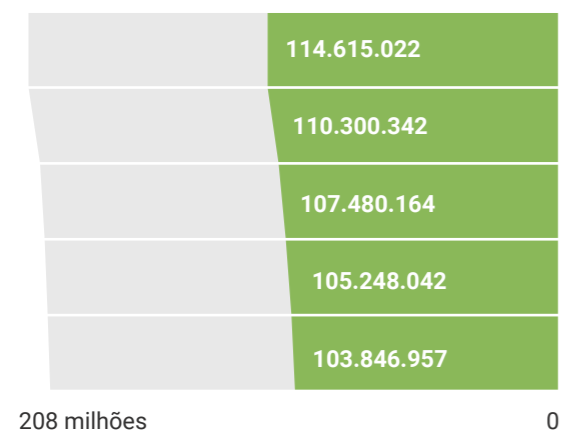
Gráfico 1.4.

Desafio da universalização - cobertura dos serviços de água e esgoto e população atendida

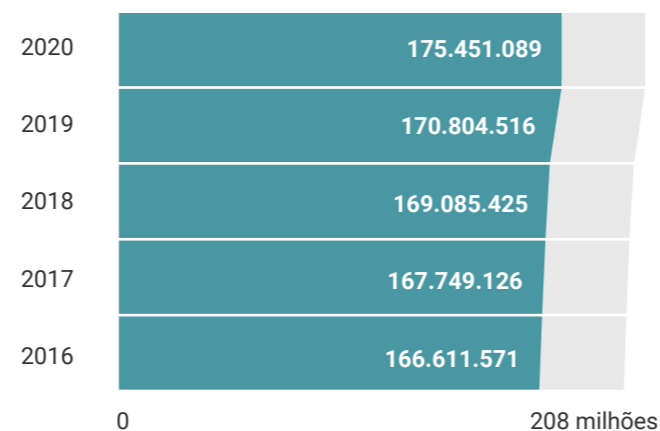
Fonte: SNIS 2016-2020.



ES001 - População total atendida com esgotamento sanitário



AG001 - População total atendida com abastecimento de água



Os números da participação da iniciativa privada no saneamento do país

Em meados de 2020, as concessões privadas estavam presentes em menos de 6% dos municípios. Hoje, elas já operam em mais de 9,1% das cidades brasileiras (Gráfico 1.6.), a maior parte de pequeno e médio portes, atendendo 21,7% da população do país, ou 46,1 milhões de pessoas³.

Em 2021, houve o maior incremento de municípios com atuação privada nos serviços de água e esgoto desde 2007, com a inclusão de 120 cidades.

Juntas, elas atingem 509 municípios, dos quais 68% são considerados de pequeno porte, com até 50 mil habitantes (Gráfico 1.5.).

3. Em 2021, levantamento feito para o Panorama mostrou que a iniciativa privada estava presente em 7% dos municípios, atendendo 15% da população, ou 31,6 milhões de pessoas.

Gráfico 1.5.

Tamanho dos municípios atendidos pelo setor privado (%)

Fontes: SNIS (2020) e SPRIS (2020) com atualização até março de 2022.

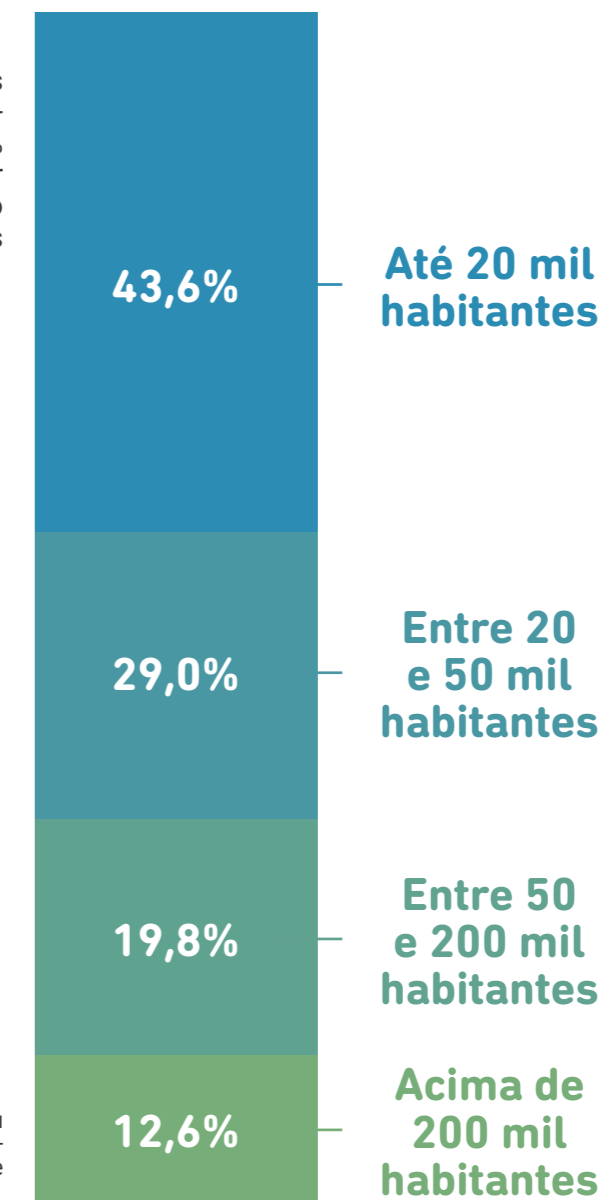
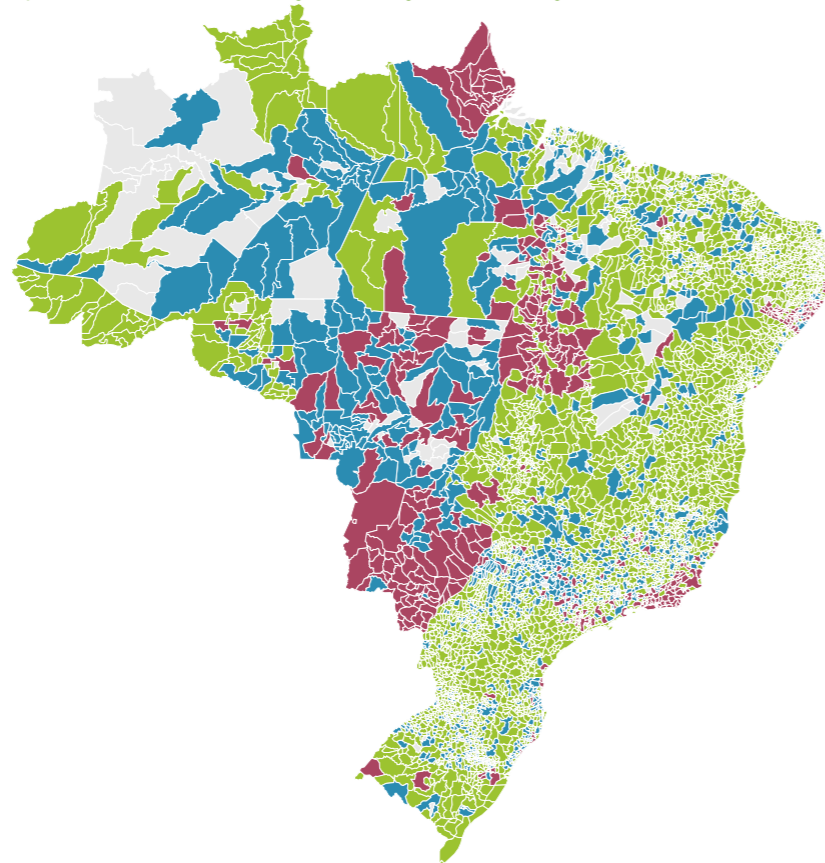


Gráfico 1.6.

Municípios e população atendida por tipo de operador

Fontes: SNIS, SPRIS e contratos.

- Companhias estaduais
- Empresas privadas
- Serviços municipais
- Operador não informado



Municípios atendidos (%)



População atendida (%)

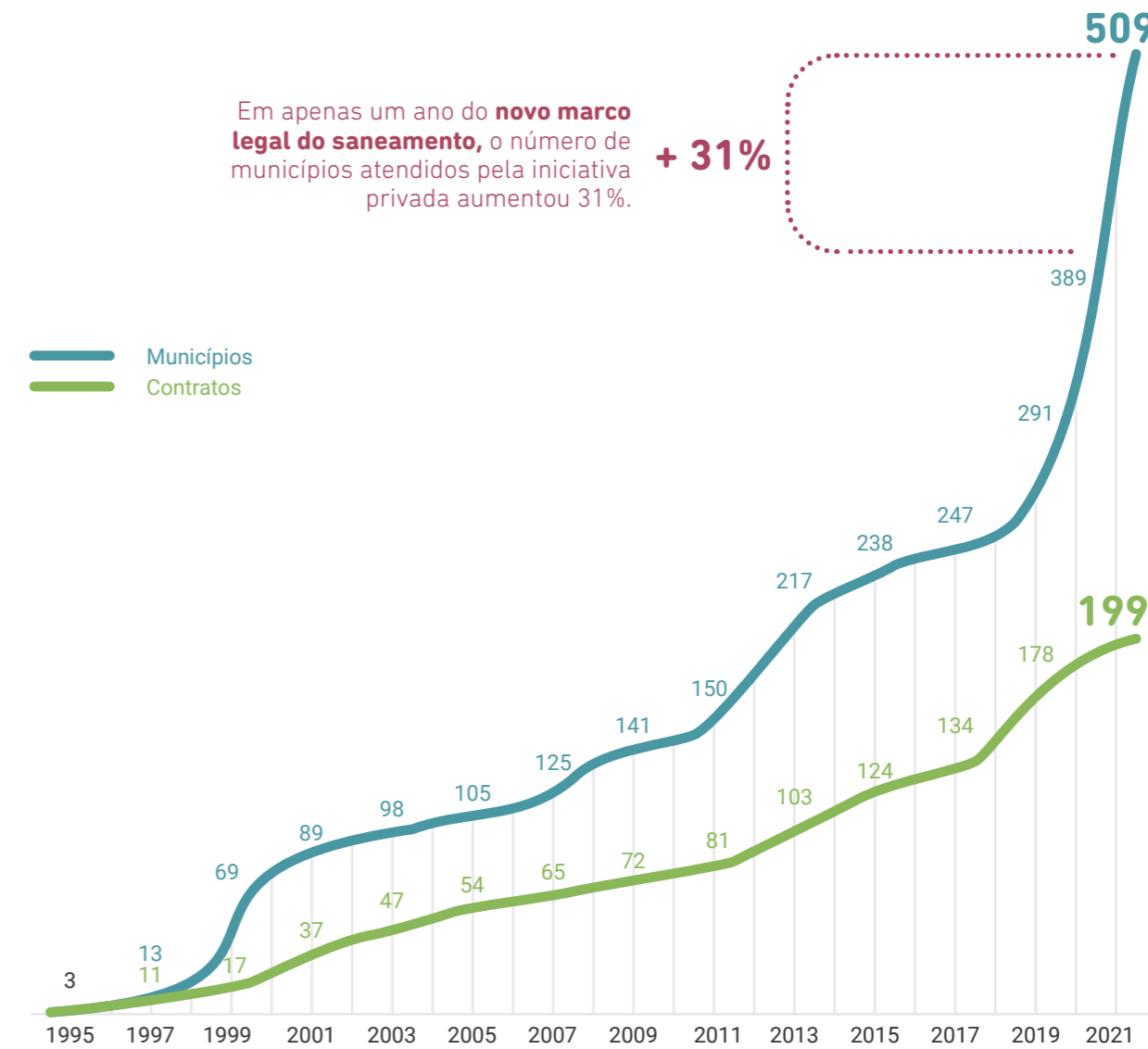


Observações: há municípios que possuem mais de um operador. Foram consideradas as formas de prestação de serviços indiretas pelas empresas privadas (PPPs, subdelegações e locações de ativos). Considerando as informações acima, a somatória dos percentuais não será 100%. Para cálculo da participação privada em relação ao total de municípios do Brasil foram considerados a soma dos contratos dos anos de 2021 e 2022. Sendo assim, tivemos o acréscimo de 127 municípios, fazendo com que as empresas privadas tenham uma representatividade de 9% dos municípios do Brasil em 2022.

Gráfico 1.7.

Evolução do número de municípios atendidos pelo setor privado

Fonte: SPRIS.



As concessionárias privadas possuem 199 contratos firmados (Gráfico 1.7.), que vão desde a modalidade de concessões plenas e parciais até PPPs e subdelegações.

Os investimentos das concessionárias privadas de saneamento já alcançam 16% do total investido pelas companhias do setor (Gráfico 1.10.). O investimento é intenso nos primeiros anos de concessão, com amortização ao longo dos anos do contrato (Gráfico 1.9.).

É possível observar que as concessões geram um impacto positivo ao longo do tempo em termos de prestação de serviço. O atendimento de coleta de esgoto, por exemplo, passa de 33% nos primeiros cinco anos de concessão para 62% entre o quinto e o décimo anos de concessão.

Hoje, no comparativo de cobertura dos serviços de água e esgoto, o atendimento dos operadores privados está acima da média nacional (Gráfico 1.8.).

Gráfico 1.8.

Desempenho médio da iniciativa privada frente à média nacional

Fonte: SNIS 2020.

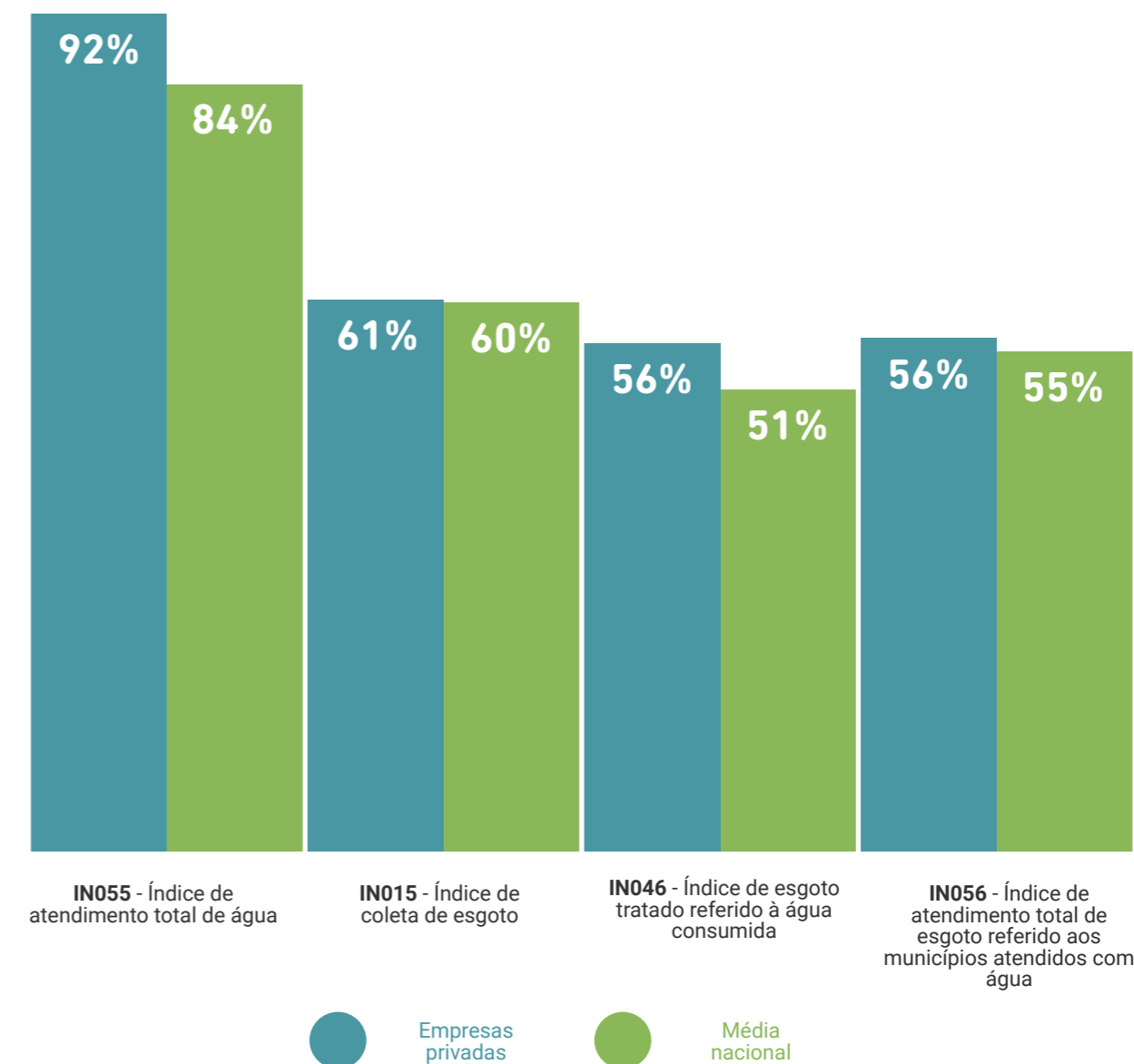


Gráfico 1.9.

Atendimento por tempo de concessão

Fontes: SNIS e SPRIS.

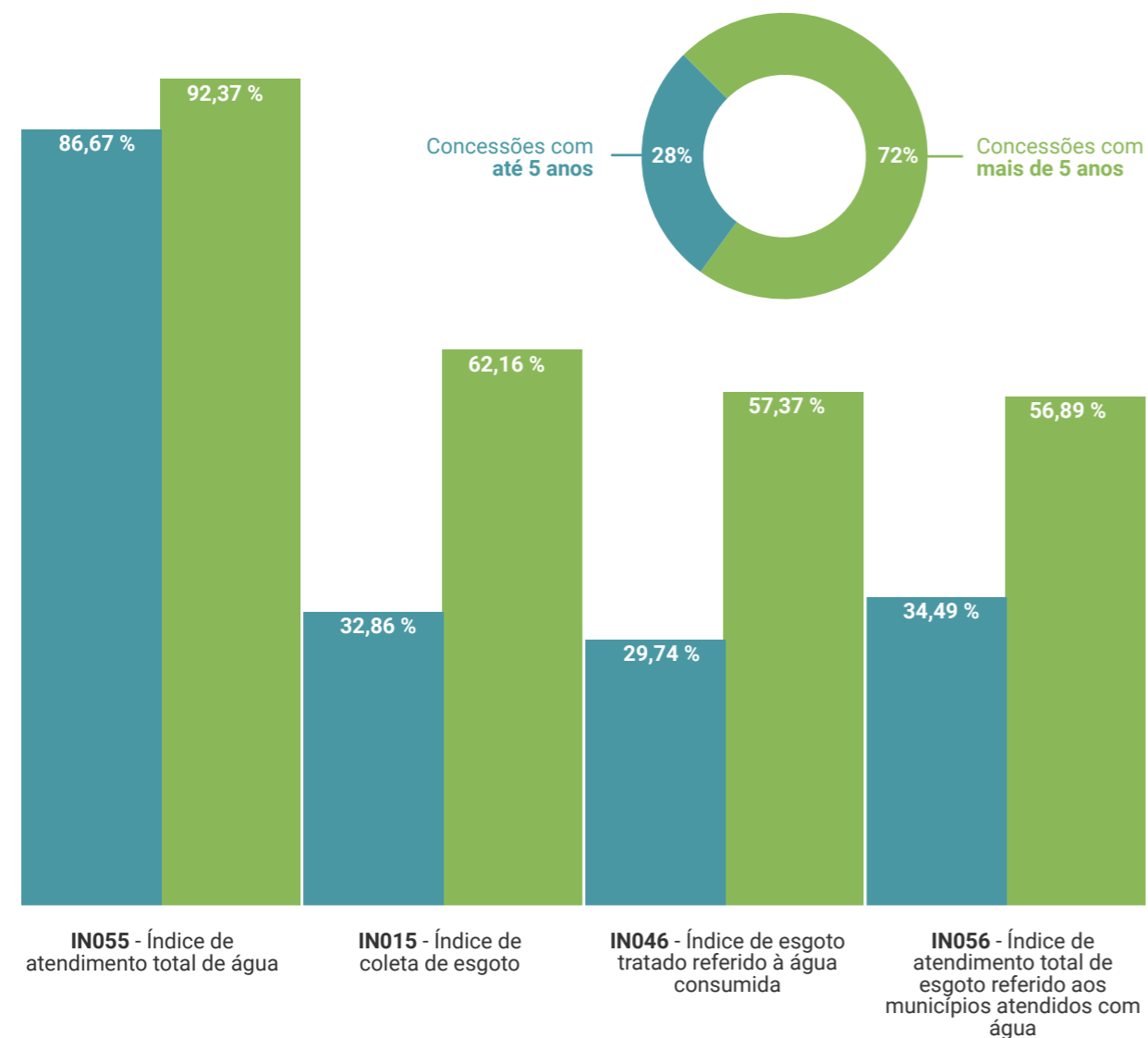
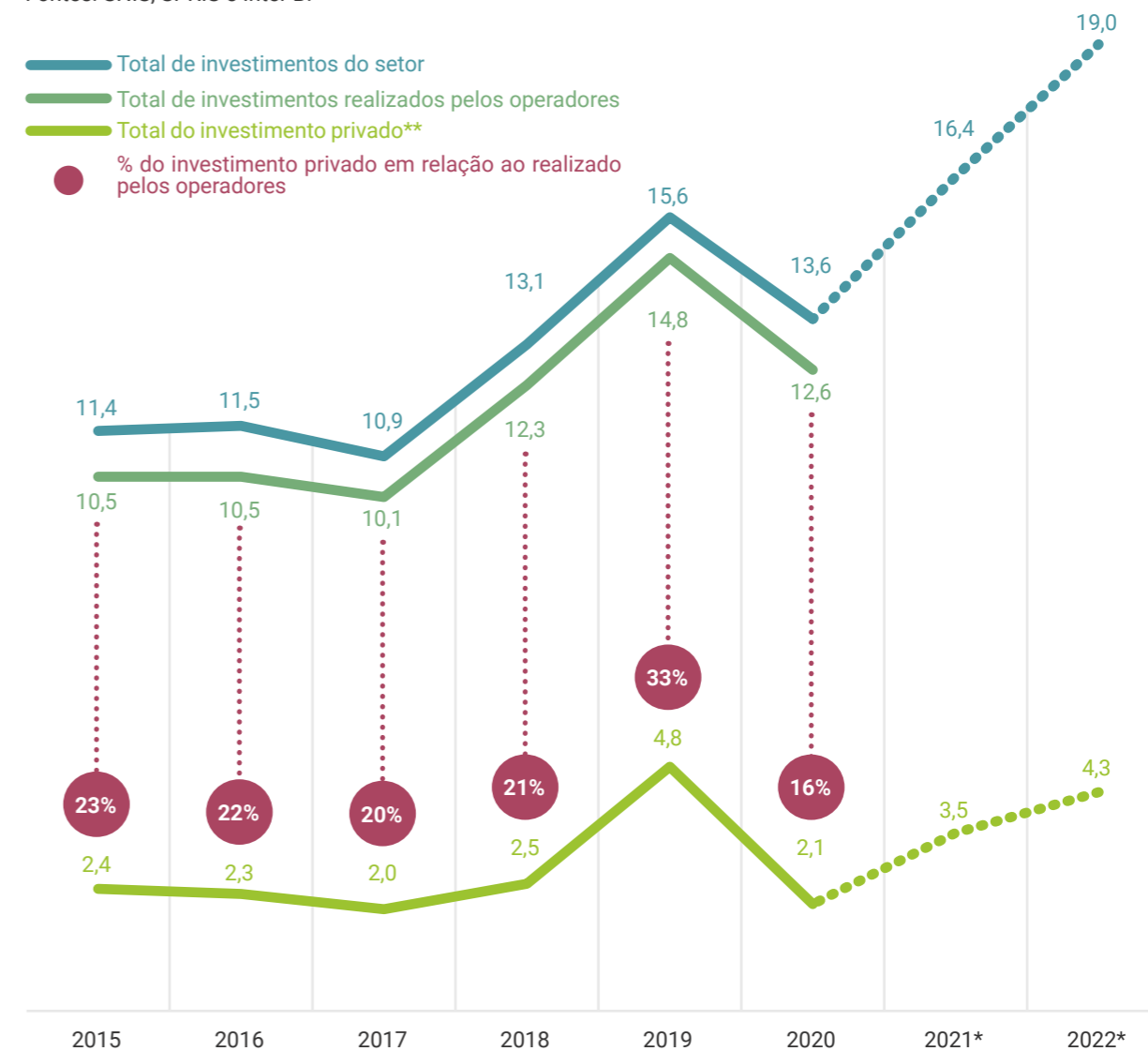


Gráfico 1.10.

Histórico de investimentos do setor (R\$ bilhões em valores correntes)

Fontes: SNIS, SPRIS e Inter B.



* Projeção com base nos dados da Inter B.

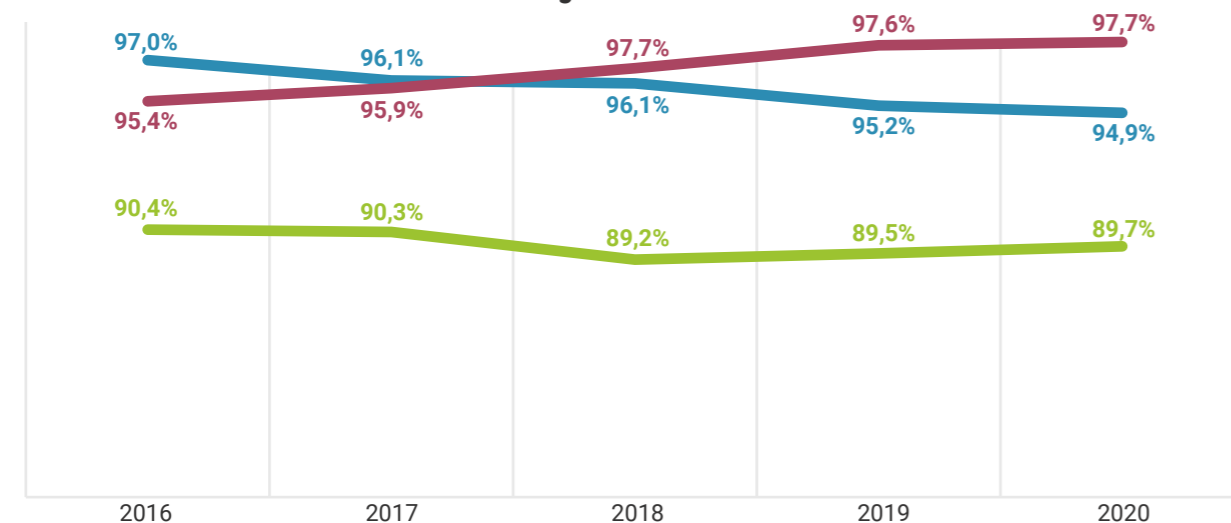
**Fonte: SPRIS 2020 (Concessões Plenas, Concessões Parciais, PPP's, Subdelegação e Locação de Ativos).

Gráfico 1.11.

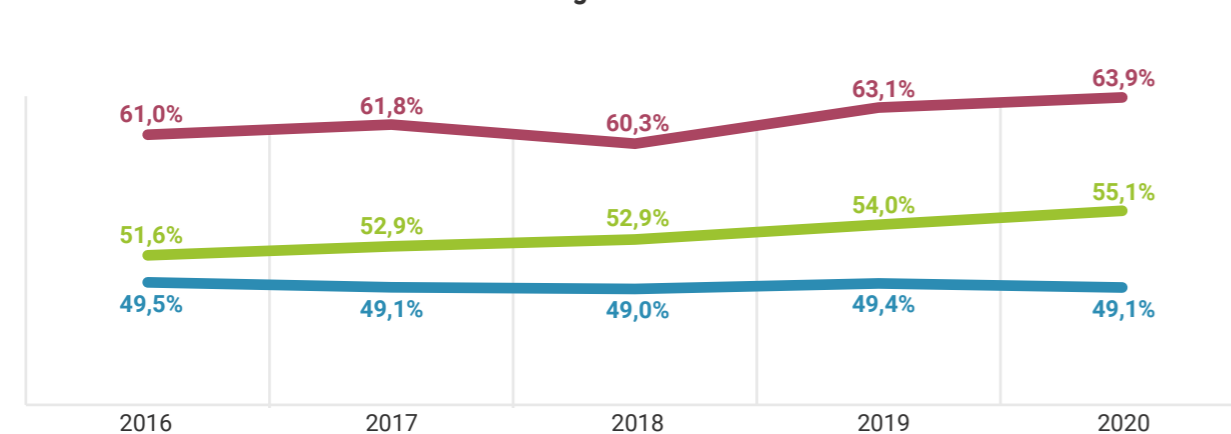
Cobertura por tipo de operador

Fontes: SNIS e SPRIS.

IN023 - Índice de atendimento urbano de água



IN024 - Índice de atendimento urbano de esgoto



Empresas privadas Companhias estaduais Serviços municipais

Comparativo de tarifas

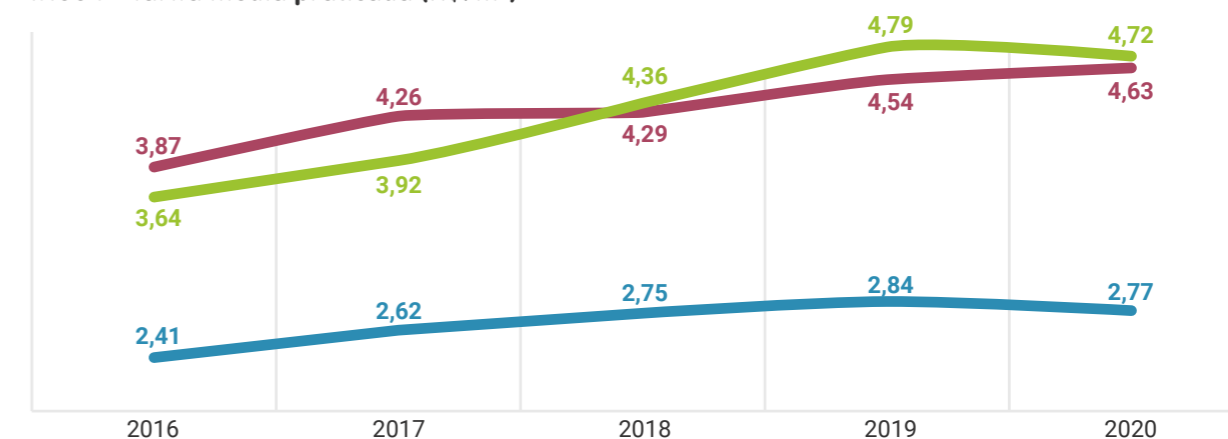
Quando se comparam os indicadores de operadores privados e públicos, verificamos que as tarifas e despesas com serviços são inferiores entre os operadores privados em relação ao realizado pelas companhias estaduais (SPRIS, 2020).

Gráfico 1.12.

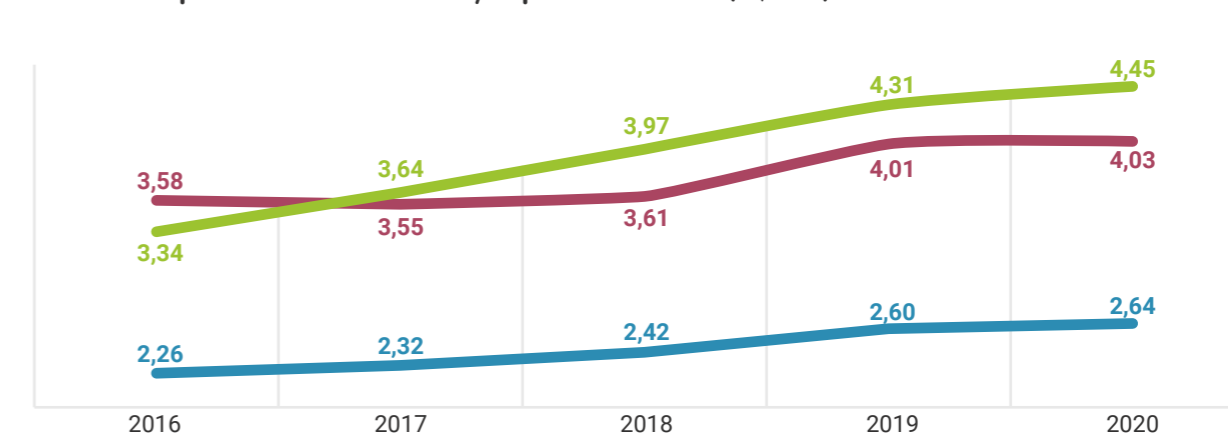
Comparativo de tarifas por tipo de operador

Fontes: SNIS e SPRIS.

IN004 - Tarifa média praticada (R\$/m³)



IN003 - Despesa total com os serviços por m³ faturado (R\$/m³)



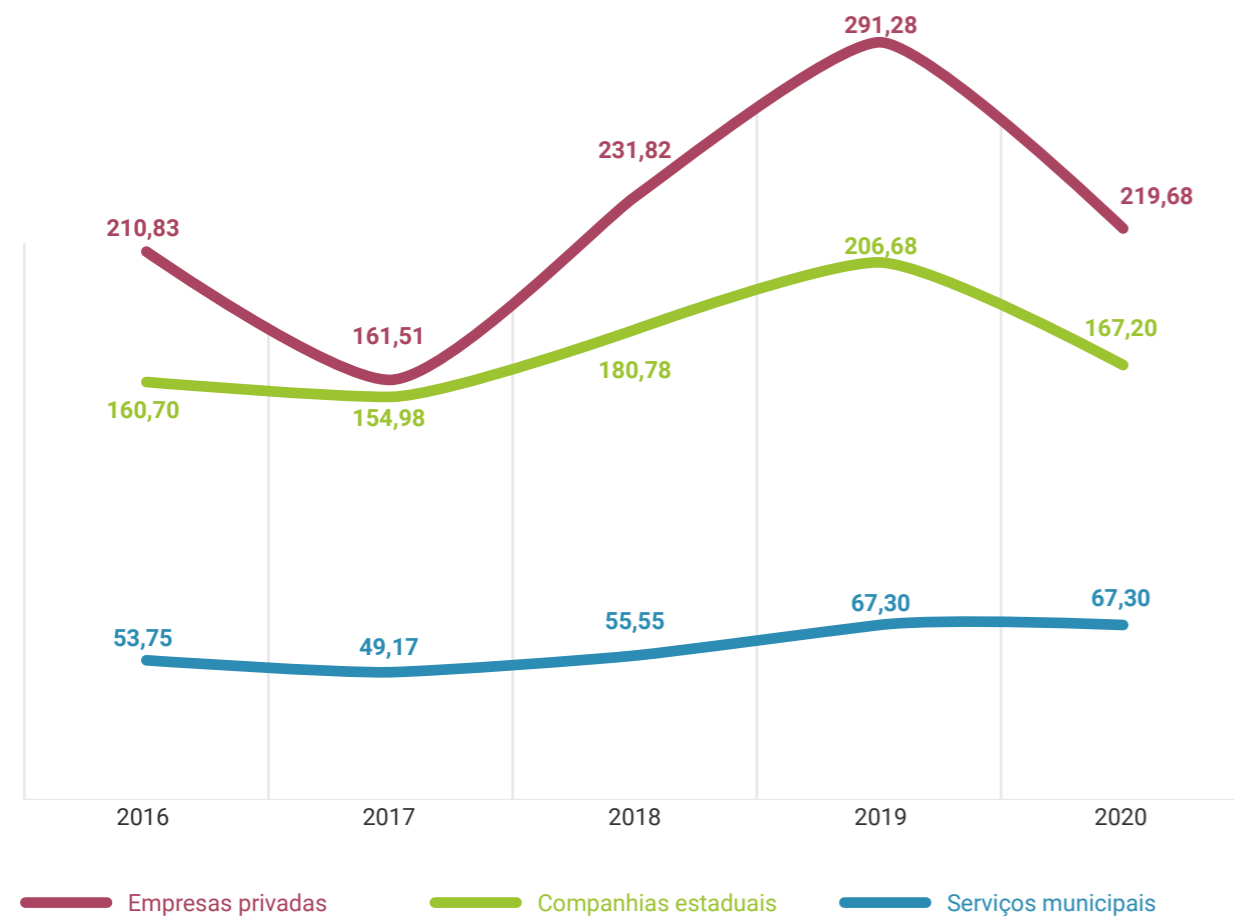
Média de investimento por ligação de água e esgoto

O investimento por ligação entre os operadores privados é 131% superior ao realizado pelas companhias estaduais e 326% superior ao de serviços municipais (SPRIS, 2020).

Gráfico 1.13.

Média de investimento por ligação de água e esgoto por tipo de operador (R\$/ligação)

Fontes: SNIS e SPRIS.



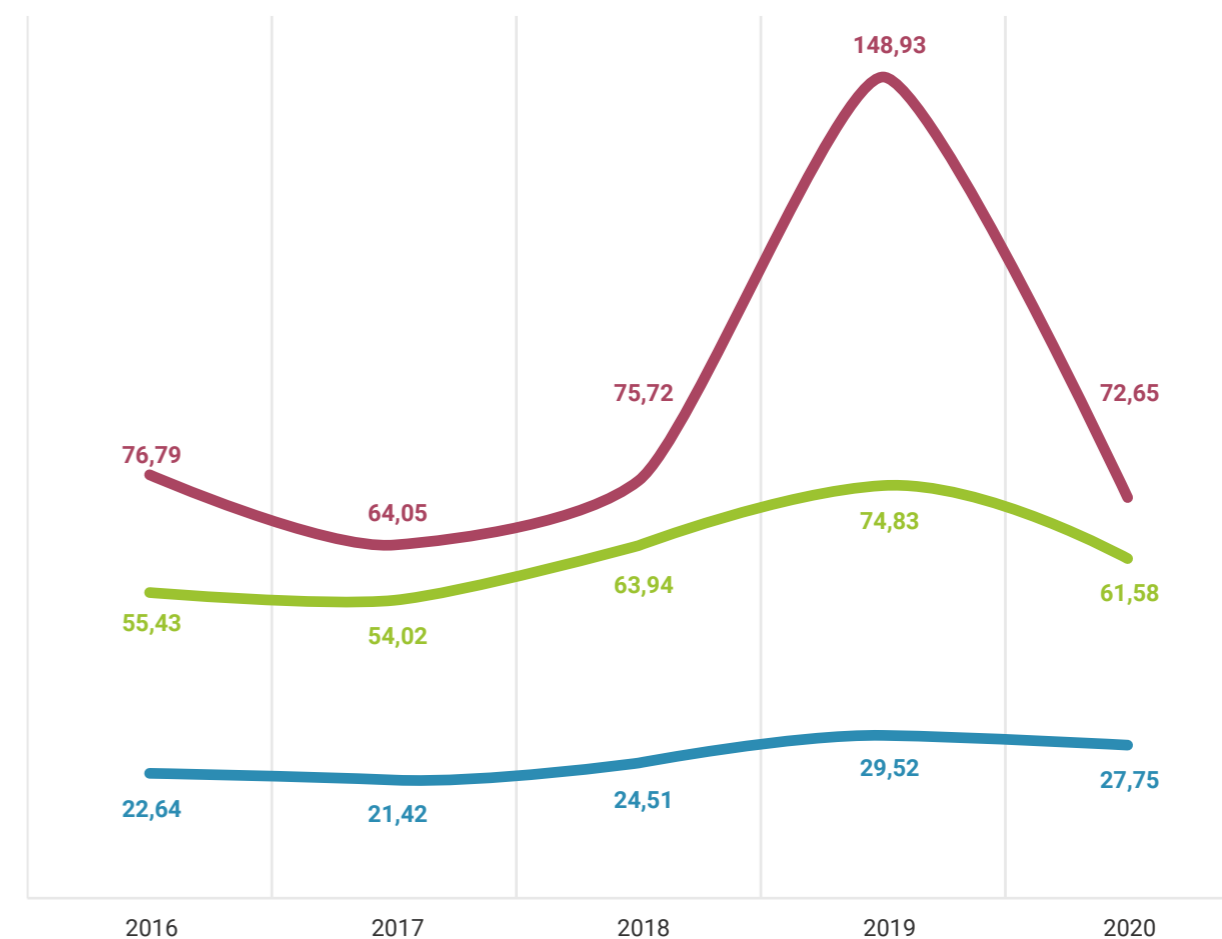
Investimento per capita

Operadores privados superam em 118% as companhias estaduais neste quesito; em relação aos serviços municipais, o investimento dos operadores privados é 262% maior.

Gráfico 1.14.

Comparativo de investimento per capita por tipo de operador (R\$/pessoa)

Fontes: SNIS e SPRIS.



Capítulo 2

O saneamento é protagonista na infraestrutura

Os investimentos contratados a partir do marco legal fazem com que o saneamento assuma um papel de protagonista na infraestrutura brasileira. Mas nem sempre foi assim.

No período que antecede a Lei 14.026/20, o saneamento esteve relegado dos setores de infraestrutura, recebendo investimentos expressivamente menores do que os registrados em áreas como as concessões de rodovias, portos, aeroportos e ferrovias (*Gráfico 2.3.*).

No comparativo com os BRICS, o saneamento brasileiro também tem apresentado um lento avanço no que diz respeito à expansão dos serviços de esgotamento sanitário (*Gráfico 2.2.*).

Segundo dados do Banco Mundial, entre os anos de 2010 e 2020, a China, por exemplo, passou de 35% para 70% da população com acesso a esses serviços. No mesmo período, a Índia pulou de 25% para 46%. O Brasil, em contrapartida, só conseguiu expandir os serviços de esgotamento sanitário em apenas nove pontos percentuais.

Ainda de acordo com o Banco Mundial, ao longo dos anos houve um aumento significativo no acesso a serviços de infraestrutura no Brasil. Enquanto o acesso à internet passou de 39% para 74% da população no período de 2009 a 2019, a coleta de esgoto permanece na faixa dos 50% há cerca de cinco anos (*Gráfico 2.1.*).

O elevado déficit de serviços justifica o grande volume de investimentos contratados nos últimos anos e coloca o saneamento como prioridade no futuro da infraestrutura brasileira.

Mesmo com as restrições impostas pela pandemia, o setor conseguiu manter a realização dos investimentos, frente a quedas significativas em outros setores, como o de telecomunicações e transportes, que foram afetados de forma mais significativa durante o período da crise sanitária (Gráfico 2.4.).

Em um cenário em que operadores se consolidam no mercado, e em que este atrai novos entrantes, a iniciativa privada mostra a que veio: tirar o setor de saneamento do esquecimento, fazê-lo de fato protagonista e incrementar as ações para a universalização dos serviços.

Na análise por setor durante a pandemia, o saneamento conseguiu manter um saldo positivo mesmo com queda no PIB de cerca de 4%, uma vez que o abastecimento de água e coleta de esgoto apresentam baixa elasticidade-renda da demanda. Ou seja, a variação na renda não causa impacto significativo no consumo de serviços básicos, mantendo o volume de água consumida pela população em patamares similares ao período pré-crise.

Gráfico 2.1.

Evolução dos níveis de atendimento do setor de infraestrutura no Brasil (%)

Fontes: Banco Mundial e SNIS.

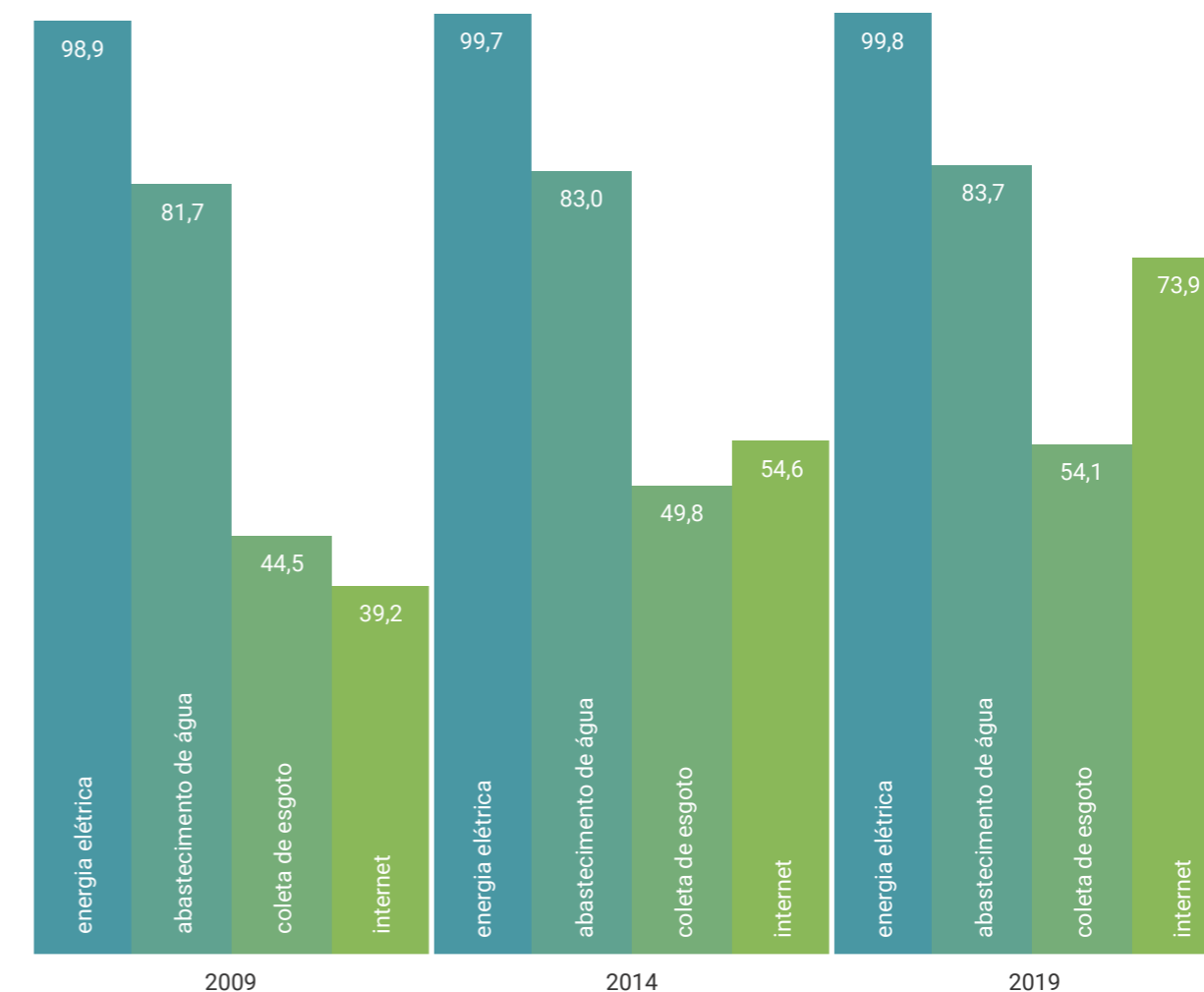
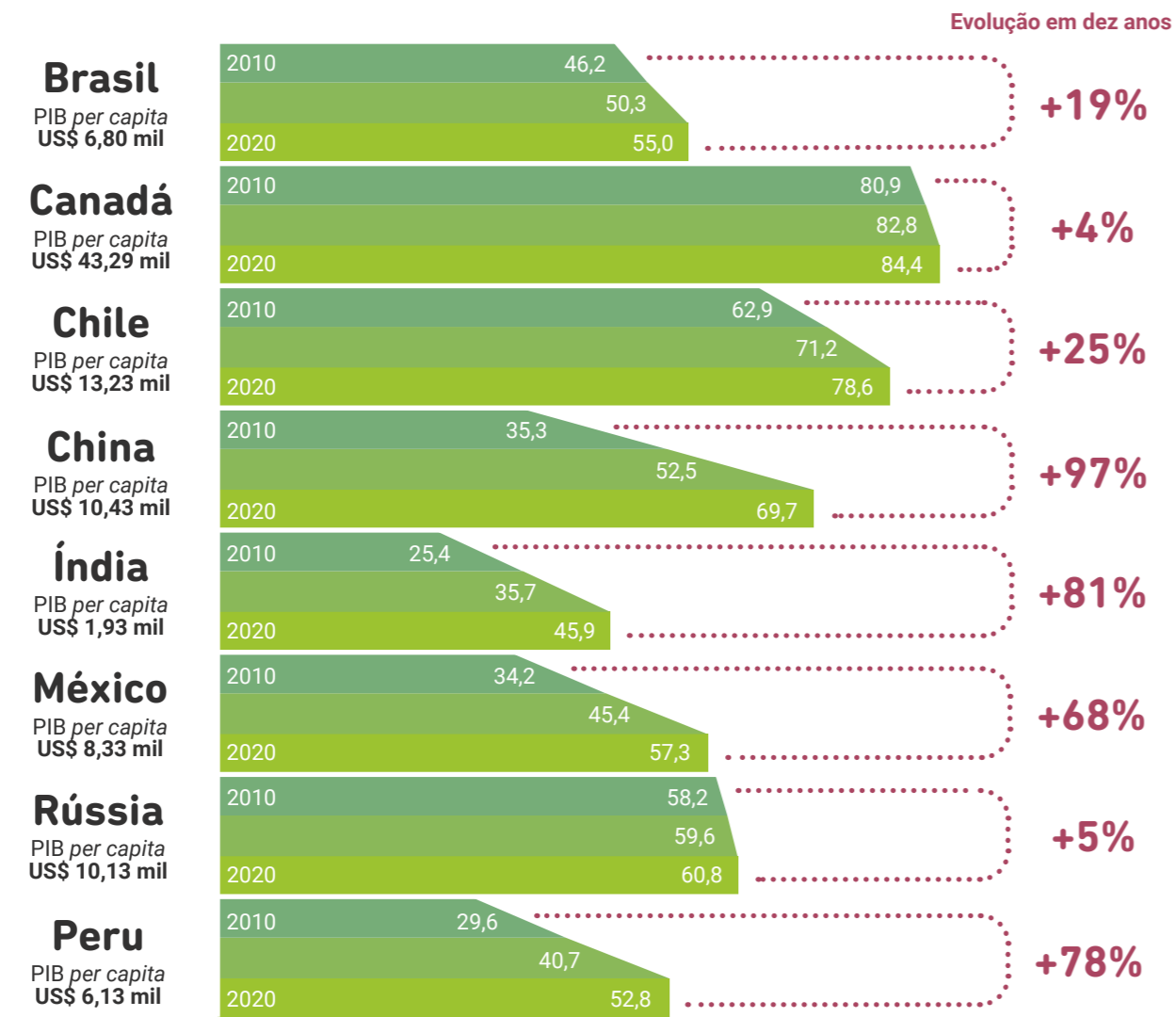


Gráfico 2.2.

Comparativo internacional da população com acesso adequado ao serviço de esgotamento sanitário* (%)

Fontes: Banco Mundial e SNIS.



* Para o Brasil, de acordo com o conceito do SNIS, que considera a população conectada à rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto. Para os demais países, de acordo com o conceito do Banco Mundial, que considera a porcentagem de pessoas que usam instalações sanitárias melhoradas (descarga para sistemas de esgoto encanado, fossas sépticas ou latrinas de fossa) que não são compartilhadas com outras famílias e onde os excrementos são descartados com segurança no local ou transportados e tratados fora do local.

Gráfico 2.3.

Variação dos investimentos no setor de infraestrutura (R\$ bilhões correntes)

Fontes: Inter B. e SNIS 2020.

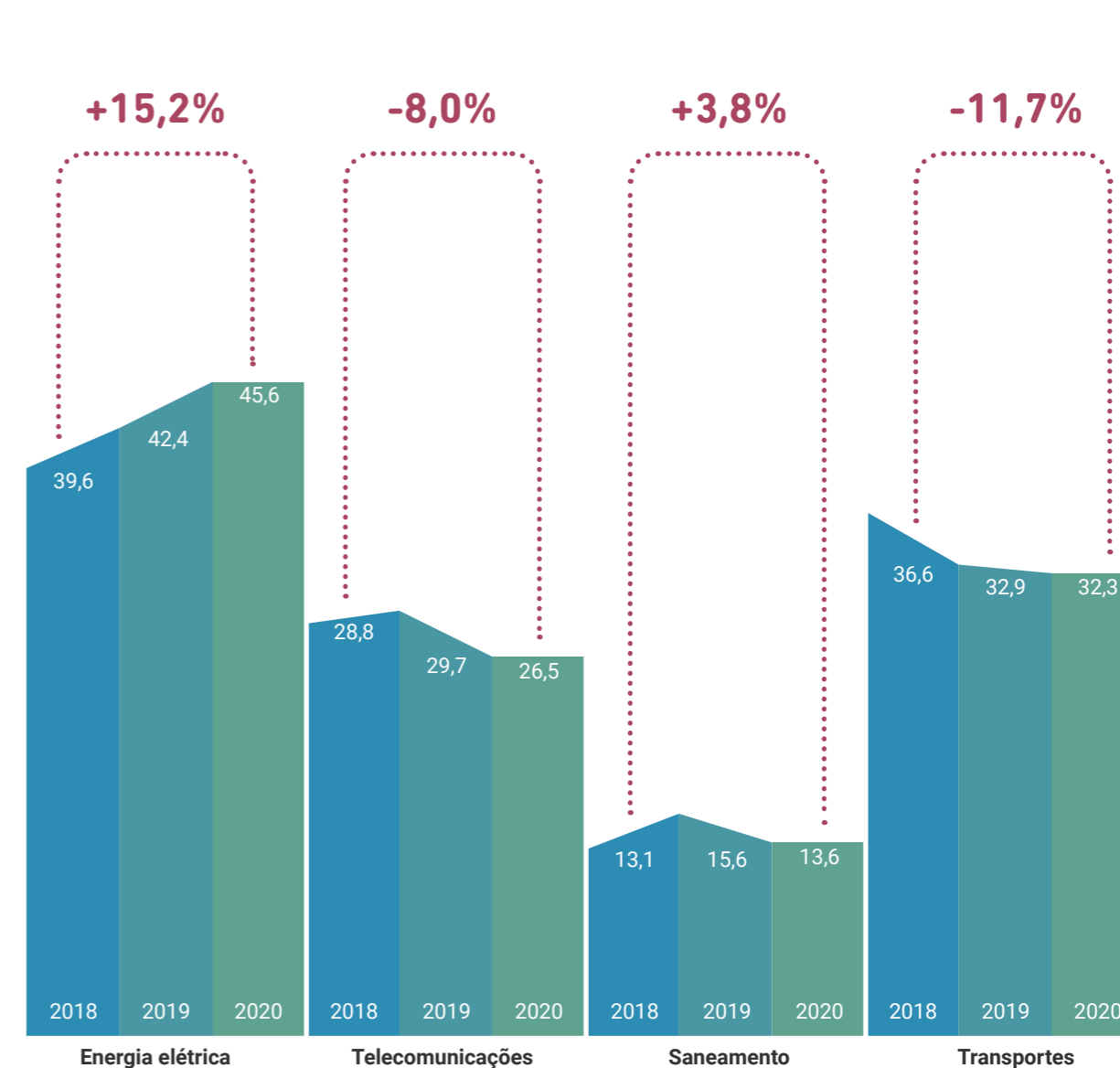
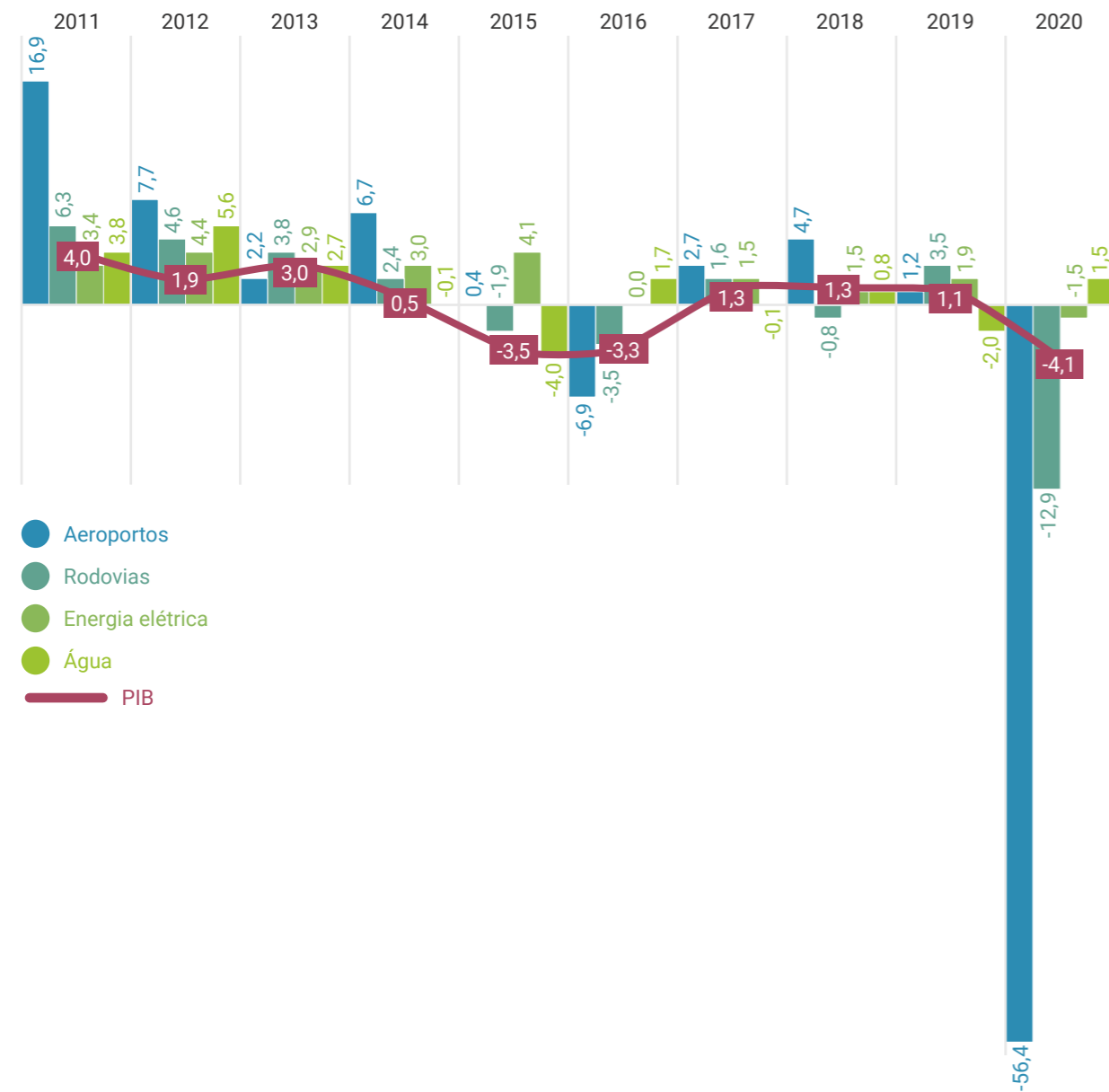


Gráfico 2.4.

Variação da demanda no setor de infraestrutura (%)

Fontes: UBS, atualizado para 2020 com dados da ABCR, ANAC, ONS, SNIS e IBGE.



No comparativo com os demais setores de infraestrutura, o saneamento concentrou 26,7% dos investimentos contratados nos leilões realizados entre 2019 e 2021. Foi o setor com o maior valor contratado em processos licitatórios nesse período (Gráfico 2.5).

O resultado geral dos leilões contratados no setor após o marco legal, já apresentado com mais detalhes no capítulo anterior, é de R\$ 46 bilhões. Esse valor trará um impacto na economia como um todo superior a R\$ 130 bilhões, com destaque para a construção civil, que apresentará um impulso econômico equivalente a R\$ 34 bilhões a partir desses investimentos (Tabela 2.1.).

Gráfico 2.5.

Investimentos contratados nos leilões realizados entre 2019 e 2021 (R\$ bilhões correntes)

Fonte: GO Associados com base nos dados do PPI.

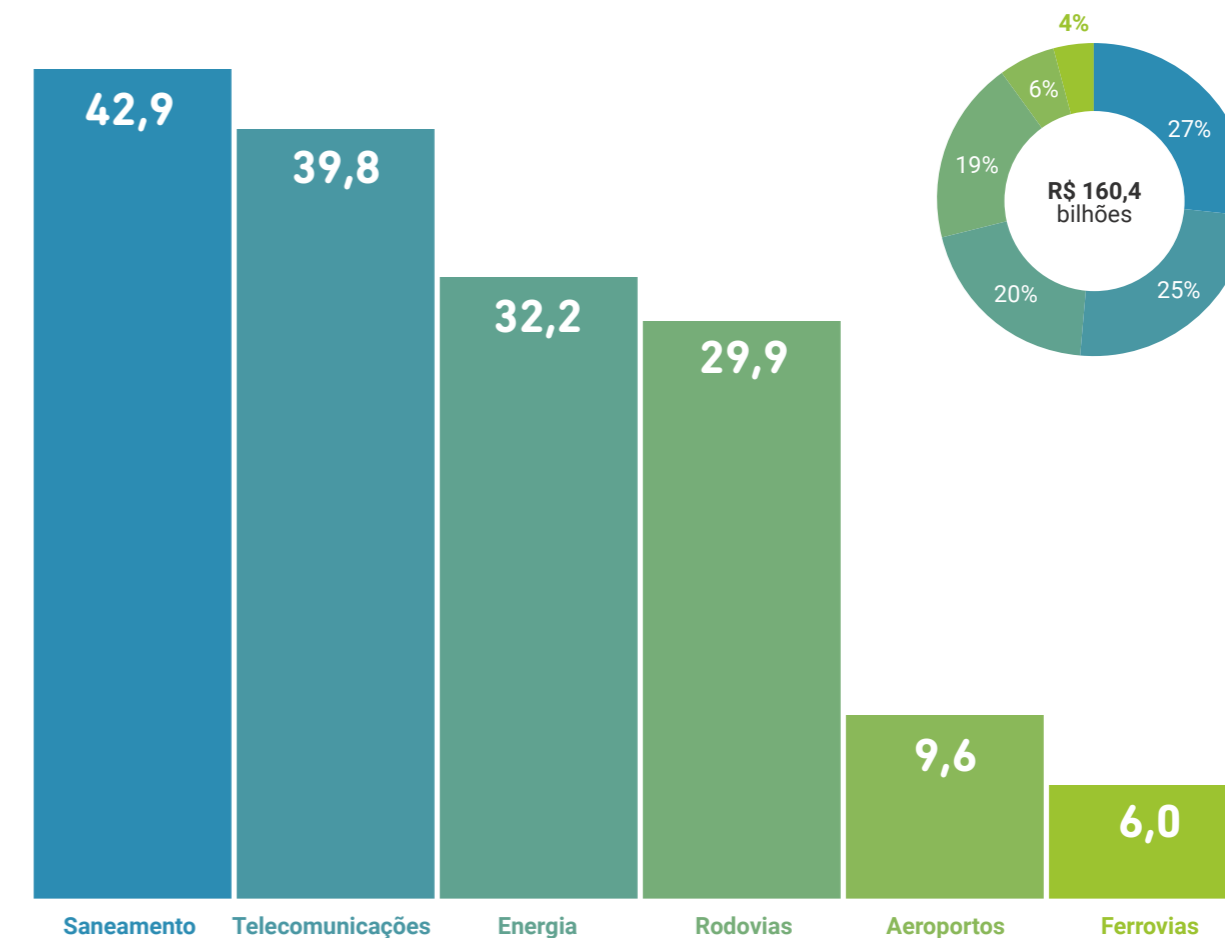


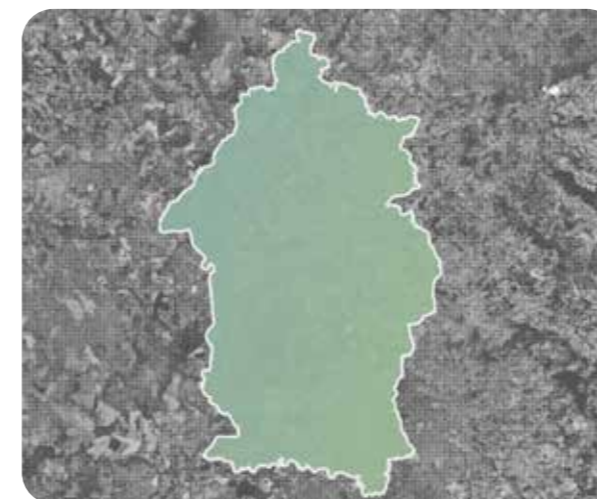
Tabela 2.1.

Impacto geral dos leilões contratados no setor após o marco legal (efeito direto / efeito indireto / geração de empregos)

Fontes: ABCON SINDCON, IBGE, KPMG e Planos de Negócios dos Leilões.

Produção (R\$ milhões)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Total	136.720,4	3.219,8	87.457,0	46.043,7
Produção direta	46.488,0	0,0	45.022,8	1.465,2
Produção indireta	38.913,3	430,0	23.655,4	14.828,0
Efeito-renda	51.319,1	2.789,9	18.778,8	29.750,4
Empregos (unidades)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Total	1.262.611	81.791	669.476	511.344
Empregos diretos	490.656	0	478.668	11.988
Empregos indiretos	289.519	9.929	121.279	158.311
Empregos efeito-renda	482.436	71.862	69.528	341.045
Salários (R\$ milhões)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Total	22.634,7	303,8	12.230,2	10.100,6
Salários diretos	7.542,8	0,0	7.242,8	299,9
Salários indiretos	6.602,1	33,7	3.104,2	3.464,2
Salários efeito renda	8.489,8	270,2	1.883,1	6.336,5
Impostos (R\$ milhões)	Total	ICMS	IPI	Outros
Total	8.707,4	2.940,3	374,0	5.393,0
Impostos efeito direto	2.873,8	333,9	137,6	2.402,2
Impostos efeito indireto	2.577,7	1.000,4	110,5	1.466,8
Impostos efeito-renda	3.255,8	1.606,0	125,9	1.524,0

Exemplos de expansão dos investimentos no setor, com a participação privada



Casa Branca (SP)

Antes de o serviço de água e esgoto ser concessionado, a cidade do interior paulista enfrentava um árduo histórico de racionamento, situação que começou a ser revertida com as mais diversas ações da concessionária Águas de Casa Branca (Terracom Saneamento). Só no último ano, foram perfurados três novos poços artesianos para reforçar o abastecimento.

Quando o assunto é universalização, a concessionária mostra que está fazendo a diferença. Na sede do município, o bairro Portal dos Pinheiros, único que ainda não contava com a coleta, está hoje totalmente integrado ao sistema de tratamento de esgoto.

Maceió (AL)

A concessionária Sanama investiu R\$ 34,3 milhões em 2021 para levar esgotamento sanitário a 350 mil moradores da região alta da capital de Alagoas, uma das áreas mais densamente povoadas da região. A empresa é fruto de contrato de PPP entre a GS Inima Brasil com a Casal, Companhia de Saneamento de Alagoas.

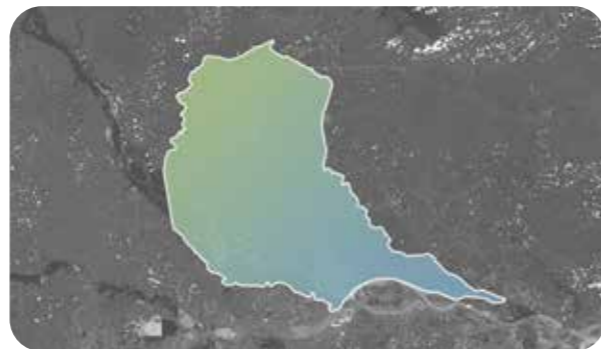
O novo sistema implantado vai atender os moradores dos bairros de Cidade Universitária, Benedito Bentes, Santa Lúcia, Tabuleiro do Martins, Salvador Lyra, Cleto Marques Luz e Tabuleiro Novo. A ampliação do sistema de esgotamento sanitário contemplou a construção de 20 quilômetros de redes lineares de coleta, além de duas estações elevatórias de esgoto para atender conjuntos residenciais altamente populosos.



Luiz Antônio (SP)

A concessionária Sanel (Saneamento de Luiz Antônio) assumiu os serviços de água e esgoto da cidade em fevereiro de 2021 e iniciou imediatamente um forte ciclo de investimentos. O foco inicial foi a adequação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Nos primeiros 12 meses de operação, investiu R\$ 4,3 milhões, ou seja, quase R\$ 1 milhão a mais do que o previsto no contrato de concessão. A previsão é que em 2022 outros R\$ 3,6 milhões sejam investidos em novas melhorias nos sistemas.

Além da oferta de novas vagas de empregos na cidade, a concessionária, do Grupo GS Inima Brasil, movimentou a economia local com compra de materiais que contemplaram as reformas. A Sanel realizou reformas estruturais que incluíram a implantação do CCO – Centro de Controle Operacional para monitoração do sistema de abastecimento de água. Para melhorias na distribuição, foram instalados macromedidores de vazão nos quatro poços que abastecem a cidade, além da instalação de bombas dosadoras de produtos químicos e flúor nos reservatórios.

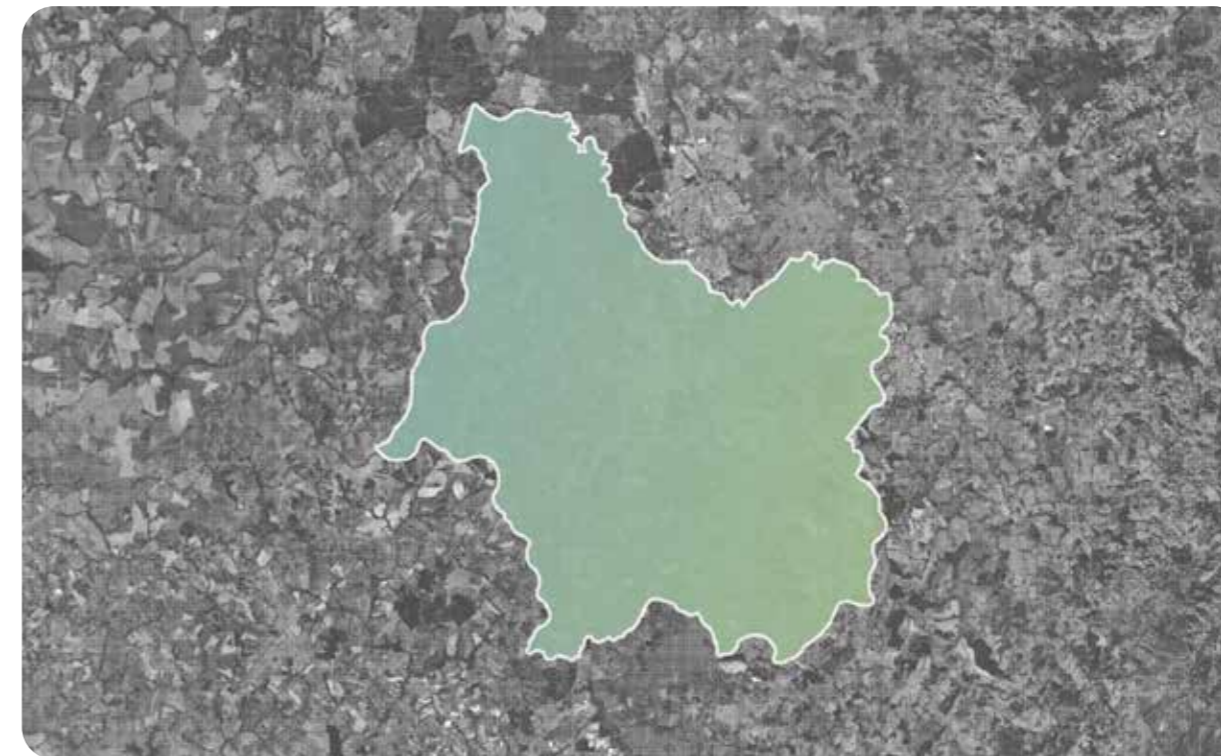


Manaus (AM)

Em apenas três anos e meio de atuação, a concessionária Águas de Manaus (operação do Grupo Aegea) transformou a realidade dos serviços de água e esgoto na capital amazonense. Com fortes investimentos, na ordem de R\$ 500 milhões, a concessionária fez com que o índice de cobertura de esgotamento sanitário saltasse de 19% para 26%, beneficiando diretamente quase um milhão de manauaras.

A cidade pode ser considerada a capital brasileira que mais ampliou a oferta de água tratada nos últimos anos. De acordo com dados do Ranking do Saneamento 2022, do Instituto Trata Brasil e GO Associados, a capital Manaus é a que mais investiu em saneamento no Norte e Nordeste nos últimos anos. Para os próximos cinco anos, ainda estão previstos mais R\$ 1 bilhão de investimentos.

As obras já realizadas foram focadas para a ampliação do abastecimento de água potável, com a construção de 150 quilômetros de rede de água, beneficiando uma população de quase 126 mil pessoas. Uma evolução particularmente importante para moradores de áreas consideradas vulneráveis, como becos, palafitas e rip-raps. Nesses locais, foi instalada infraestrutura adequada para que a população recebesse água de qualidade nas torneiras de suas casas. As famílias, agora abastecidas, foram incluídas no benefício da Tarifa Social.



Mogi Mirim (SP)

Em operação há dez anos, a SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim (Grupo GS Inima Brasil) conseguiu reverter os índices de cobertura de esgotamento na cidade paulista graças a grandes investimentos. No início da concessão, apenas 5% dos esgotos domésticos da população, de 93 mil habitantes, eram tratados. Hoje, a realidade é muito diferente: o tratamento de esgoto está quase universalizado.

Investindo mais de R\$ 22 milhões em 2021, a concessionária concluiu a terceira etapa da expansão do sistema de esgotamento sanitário, com a aquisição de mais um tratamento preliminar, cuja capacidade de processamento al-

cança 150 litros de efluentes por segundo (vazão prevista para o fim do contrato), um reator biológico, um decantador secundário e mais uma centrífuga. Esses recursos conferiram à ETE de Mogi Mirim a capacidade de elevar a vazão do efluente tratado para 225 L/s, utilizando modernas tecnologias.

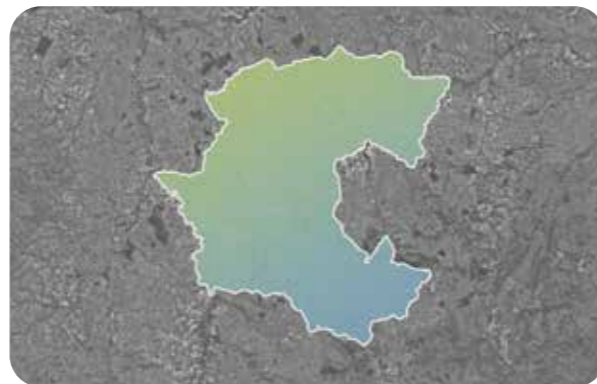
Além da expansão dos serviços, a SESAMM também tem investido na excelência e sustentabilidade operacional. Exemplo disso foi a implantação da primeira UFV em uma ETE com o objetivo de captar energia solar para complementar o consumo de energia operacional. A usina tem suprido 30% da necessidade da unidade com energia limpa e renovável.



Rio de Janeiro (RJ)

Vencedor da segunda fase do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), o Grupo Águas do Brasil se prepara para investir maciçamente na concessão. A recém-criada Rio+Saneamento, empresa em sociedade com a Vinci Partners, vai garantir a oferta de saneamento básico a 2,7 milhões de pessoas em 19 municípios do estado do Rio, incluindo a capital, onde atuará em 22 bairros da zona oeste carioca. O contrato de concessão foi assinado, e o período de operação assistida, iniciado em abril, tem duração aproximada de seis meses.

Pelos próximos 35 anos, a Rio+Saneamento vai investir cerca de R\$ 4,7 bilhões. Grande parte desse valor será realizado na primeira década de operação, com foco em obras de ampliação de infraestrutura, além de manutenção das redes já existentes. A companhia também vai investir R\$ 354 milhões para levar infraestrutura e saneamento básico a comunidades carentes da zona oeste do Rio.



São Gabriel (RS)

Com 64 mil habitantes, o município do oeste gaúcho vem avançando no saneamento básico desde maio de 2012, quando a concessionária São Gabriel Saneamento (Grupo Solvi) assumiu os serviços de água e esgoto. Os investimentos realizados já somam um total de R\$ 72 milhões, sendo mais de R\$ 12 milhões investidos na modernização do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), Estação de Tratamento de Água (ETA), elaboração de estudos técnicos e no desenvolvimento de projetos. Até o fechamento do ano de 2021, a ampliação de esgotamento sanitário recebeu R\$ 60 milhões de reais, garantindo para a cidade o avanço da cobertura de esgotamento sanitário (no momento já equivalente a 60,5%), bem como a ampliação de 74 quilômetros de redes coletoras de esgoto tipo separador absoluto e a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com capacidade de tratamento de 108 L/s, e cinco novas elevatórias, beneficiando diretamente mais de 54 mil pessoas.

O contrato prevê a universalização já no ano de 2024, nove anos antes do prazo estabelecido pelo novo marco legal do saneamento básico. A concessionária registra aumento do seu quadro nos últimos dois anos, passando de 70 para 150 colaboradores diretos trabalhando nas obras de ampliação do sistema de esgoto.

Capítulo 3

De usuário a cliente: diferenciais no atendimento da iniciativa privada

As transformações que as concessionárias privadas estão conferindo ao saneamento vão muito além de grandes investimentos para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O novo marco legal do saneamento trouxe também o consumidor final para o centro das atenções. Além de ser o principal beneficiado por serviços de qualidade, que levam à torneira de sua casa água potável e garantem que o esgoto de sua cidade seja devidamente coletado e tratado, ele deixou de ser um usuário e passou a ser considerado cliente das concessionárias prestadoras desses serviços.

Essa mudança de conceito modifica totalmente a forma de relacionamento com a população. O termo usuário, como é citado na Lei do Usuário de Serviços Públicos (13.460/2017), refere-se tanto a pessoas físicas como a pessoas jurídicas que se beneficiam de ou utilizam esses serviços. Resumidamente, o usuário é tratado de maneira coletiva.

Com o aumento da área de cobertura de água e esgoto, as concessionárias investiram para estarem mais próximas das pessoas, passando a tratá-las como clientes, prezando a individualidade e direcionando ações personalizadas para atender às necessidades de cada região atendida. Muitos desses investimentos já resultam em melhorias de indicadores de gestão, incluindo diminuição de perdas, diminuição de ligações irregulares, queda no número de insatisfação e antecipação de manutenções emergenciais.

Confira boas práticas no relacionamento com os clientes, selecionadas pelo Grupo de Trabalho de Relacionamento com os Clientes do Conselho Técnico da ABCON SINDCON.

A cultura orientada ao cliente da BRK

A BRK vem acelerando suas iniciativas de transformação digital. Com investimentos em tecnologia e aumento da oferta de serviços pela internet, mais de 70% dos atendimentos da empresa atualmente são realizados por meio digital. Um novo CRM (Customer Relationship Management) e sistema de *field services* estão proporcionando uma visão unificada das demandas dos clientes e dos trabalhos das equipes de campo, gerando mais agilidade no atendimento e minimizando em muito o risco de erros no suporte e na execução dos serviços. O resultado é uma experiência que vem elevando os índices de satisfação dos clientes da empresa. Toda essa estruturação está baseada no conceito de omnicanalidade, estratégia que integra os canais de contato com os clientes, oferecendo o mesmo padrão de excelência em todos eles.

Além disso, a BRK ampliou os canais de atendimento com a disponibilização do WhatsApp e da agência virtual Minha BRK, que oferecem uma série de serviços *online*, levando mais praticidade ao dia a dia dos clientes. Como parte do processo de aculturação para uso dos canais digitais, a empresa implementou também a BRK Digital em algumas lojas de atendimento, disponibilizando computadores e tablets para o cliente realizar o autoatendimento nos canais digitais.

A jornada de pagamento também evoluiu, garantindo novas possibilidades. A BRK contratou soluções digitais *selfpay*, como a plataforma de negociação digital Acordo Certo, que possibilita a negociação de dívidas de forma ágil, *online* e com prazos diferenciados. A empresa mantém também uma parceria com o Banco Original com o objetivo de levar aos clientes a opção de pagamento digital através da plataforma PicPay. Na Minha BRK (minhabrk.com.br), a em-



presa disponibiliza o Pix para quitar as faturas e a opção de pagamento com cartão de crédito, com o objetivo de agilizar o fluxo de pagamentos dos clientes.

Essas novas tecnologias estão garantindo a ampliação e eficiência dos canais de atendimento da empresa, mas tudo isso só é possível graças a um intenso trabalho de treinamento e desenvolvimento das equipes. E é neste sentido que o programa Olá! BRK — desenvolvido pela empresa desde 2018 e em constante processo de evolução — reconhece na satisfação dos clientes um direcionador estratégico da companhia, criando um ambiente propício para estabelecer iniciativas inovadoras para o setor de saneamento, que vão desde eficiência no ciclo de gestão da receita até aspectos de atendimento, manutenção, expansão e estruturas das operações.

Portas Abertas da São Gabriel Saneamento

O Programa Portas Abertas da São Gabriel Saneamento já proporcionou, desde 2016, a visita de mais de 6 mil alunos da rede de ensino do município gaúcho à Estação de Tratamento de Água (ETA). Também são apresentadas peças teatrais para conscientização ambiental, que já impactaram 1.731 crianças de 8 a 12 anos.

Outro destaque importante é o trabalho socioambiental que vem sendo desenvolvido nos últimos 38 meses durante a execução das obras

de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (ASES) com a visita presencial de agentes antes e após a execução da obra. Já foram visitados mais de 8.700 domicílios para conscientizar a população sobre o correto uso da nova rede coletora de esgoto, bem como sobre os benefícios e ganhos que a obra trará para a saúde pública e o meio ambiente.

Essas ações refletem o índice de satisfação dos serviços prestados pela concessionária. Pesquisa realizada em 2021 aponta que 92,60% dos clientes avaliaram o serviço com nota superior a 7 em uma escala de 1 a 10, classificando-o como satisfatório. A satisfação do cliente também vem crescendo gradualmente nos últimos anos.





Programa Afluentes da Aegea

Promover um relacionamento aberto e transparente entre líderes locais e a empresa é o principal objetivo do Programa Afluentes. As concessionárias do grupo Aegea estão próximas dos moradores dos municípios onde atuam, para conhecer suas necessidades e ouvir suas sugestões e opiniões sobre os serviços prestados. Esse encontro permite melhorar continuamente a prestação do serviço. A comunicação entre a empresa e os clientes foi o objetivo principal da criação do programa Afluentes.

O Afluentes é um projeto corporativo, executado em todas as concessionárias do grupo e que possui atualmente 5.727 lideranças cadastradas em contato contínuo com as concessionárias. Além do contato direto via WhatsApp, eles também participam de encontros presen-

ciais com os gestores de unidades, para serem informados e atualizados sobre ações, novos projetos e avaliação dos serviços prestados. Esse relacionamento entre empresa e comunidades permite mais agilidade no registro de solicitações de serviços, comunicações de obras e até ocorrências emergenciais de obstruções, além de favorecer a atuação de impacto socioambiental das concessionárias, considerando as necessidades locais.

É por meio desse canal que as concessionárias engajam e aproximam as lideranças locais. Dessa forma, são construídas oportunidades para atuação em parceria, contribuindo na construção de um legado de desenvolvimento em cada um dos territórios onde o grupo atua. O programa já é estendido para promoção de capacitação, projetos especiais de impacto socioambiental, ações de voluntariado e até visitas guiadas da população às Estações de Tratamento de Água e Esgoto.

Transformação da cultura de experiência dos clientes na Iguá Saneamento

A Iguá Saneamento vem transformando o setor de relacionamento com o cliente com uma série de ações voltadas para a cultura centrada na experiência. Com isso, a concessionária vem demonstrando que é possível estabelecer uma relação de proximidade e transparência com seus clientes, a partir da valorização da água como serviço.

O Programa de Encantamento da companhia é uma iniciativa que norteia toda a atitude da concessionária e dos colaboradores perante o cliente, pautado na empatia, no trabalho em equipe, na agilidade e na proatividade.

A loja conceito foi inaugurada em Cuiabá (MT) e é a maior do grupo. O formato convencional

de balcões foi substituído por mesas redondas, facilitando o diálogo e conforto para o cliente.

O uso da tecnologia também foi fundamental para detectar os pontos de melhorias, por isso a Iguá se tornou pioneira do setor no país ao incorporar a metodologia de NPS (Net Promoter Score), possibilitando um fluxo contínuo de avaliações de satisfação do consumidor e, consequentemente, maior agilidade na identificação de processos a ser aperfeiçoados. É também a primeira concessionária do setor a adotar a Salesforce como ferramenta de CRM (Customer Relationship Management, em inglês, ou gestão do relacionamento com clientes).

Com os investimentos, o grupo busca modificar totalmente o formato tradicional e tornar o atendimento personalizado. Por isso, a empresa também se mobilizou para atualizar os seus canais de atendimento. Os resultados dessas transformações já começaram a ser registrados com grandes melhorias, como o aumento do NPS. Em 2020 o indicador foi 3,6 superior ao de 2019. Em 2021, o número totalizado foi 22 pontos de aumento. O próximo passo da Iguá é transformar a plataforma Digi Iguá no primeiro *super-app* do setor de saneamento do país, simplificando a rotina dos clientes.



Capítulo 4

Parceria Público-Privada e subconcessões

O modelo da PPP é uma opção eficiente para viabilizar grandes investimentos e acelerar rumo à universalização.

A iniciativa privada participa do setor de serviços básicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com diferentes modelos, todos com metas e prazos definidos por contrato.

É importante ressaltar que a atuação da iniciativa privada em qualquer um dos modelos adotados é regularmente fiscalizada e regulada de maneira efetiva. Os órgãos responsáveis pela regulação e fiscalização verificam periodicamente se as metas contratuais têm sido cumpridas e fiscalizam a qualidade dos serviços prestados.

Entre os modelos adotados, a Parceria Público-Privada (PPP) se mostra uma alternativa para elevar os índices de atendimento rumo à universalização, principalmente em relação à cobertura de coleta e tratamento de esgoto.

As PPPs são importantes porque conseguem, com o mecanismo de contrapartida, viabilizar projetos sem onerar o setor público, proporcionando à população um serviço de qualidade. Elas surgem como valiosa opção para complementar o serviço público que não teria

condições de expandir com recursos próprios suas operações.

O modelo de PPP já possui todos os alicerces para avançar postos no novo marco legal. Uma análise entre os leilões já realizados após a aprovação da Lei 14.026/20 demonstra que as PPPs estão se consolidando como uma alternativa para expandir investimentos.

Esse tipo de parceria envolve um contrato administrativo entre o poder público e uma empresa privada de prestação de serviços. No saneamento, o período de vigência desse contrato é geralmente longo, podendo chegar a 35 anos.

Em linhas gerais, as PPPs devem seguir as disposições da Lei 11.079/2004, a Lei das PPPs, que, por exemplo, veda contratos de valores inferiores a R\$ 10 milhões e também aqueles que tenham como objetivo único o fornecimento de mão de obra ou equipamentos.

Elas preveem aporte de recursos pela administração pública, seja em adição à tarifa paga pelo usuário (concessão patrocinada), seja no modelo de concessão administrativa por serviços prestados, direta ou indiretamente, ao poder público — ambas previstas pela Lei 8.987/1995 (Lei das Concessões).

Na concessão patrocinada, existe o aporte de recursos (contraprestação pecuniária) por parte da administração pública. Na concessão administrativa, a remuneração ao parceiro privado é

feita por meio de contraprestação pública, sem cobrança de tarifas dos usuários.

Há importantes PPPs de saneamento em operação nos estados de Pernambuco, Alagoas, Amapá, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Apresentamos, neste capítulo, dois exemplos dessas iniciativas.

Estudos e intenções de leilões com o formato de PPP estão em desenvolvimento em diversos outros estados, como Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo (reuso de água) e Rio Grande do Sul.

Agreste Saneamento (AL)

Por meio de uma parceria público-privada, a Agreste Saneamento atua junto com a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) para captar, aduzir e tratar água, assegurando melhorias nos sistemas de abastecimento em dez municípios da região do agreste alagoano. Cerca de 400 mil habitantes são beneficiados com a operação, que completou este ano uma década de atividade, com resultados expressivos.

Ao longo de dez anos, o volume de água ofertado à população dobrou, passando de 1.500 m³/h em 2012 para 3.000 m³/h atualmente. Mais de 2,4 milhões de análises realizadas atestam as condições ideais da água para o consumo. Além disso, alcançou-se a marca de 1,3 milhão de serviços prestados à comunidade – que vão desde leituras e padronização de hidrômetros a novas ligações.

Em uma região com carência de recursos hídricos, chama a atenção o volume de água recuperada. Apenas entre 2019 e 2021, foram assegurados mais de 500 mil metros cúbicos que, de outra forma, seriam desviados da rede, não chegando ao destino esperado.

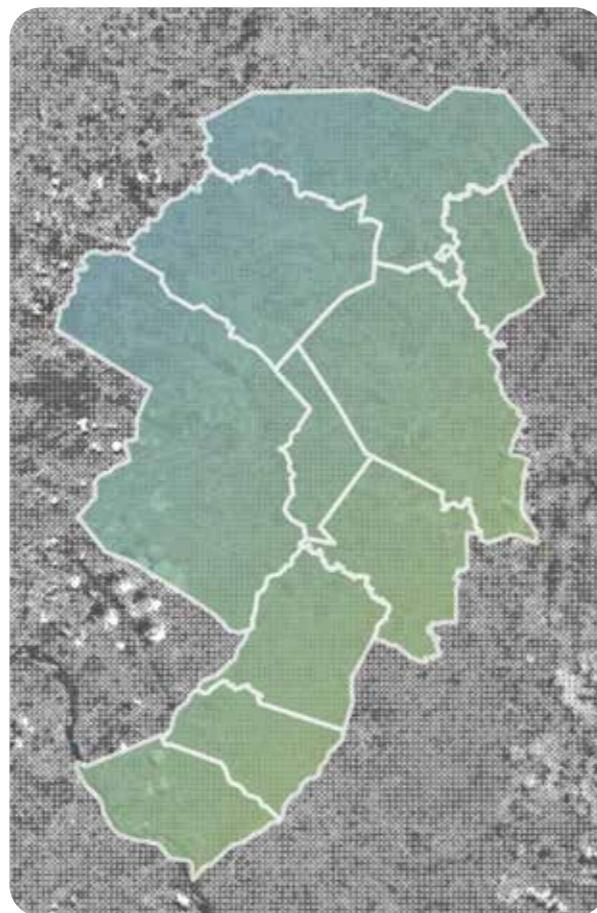
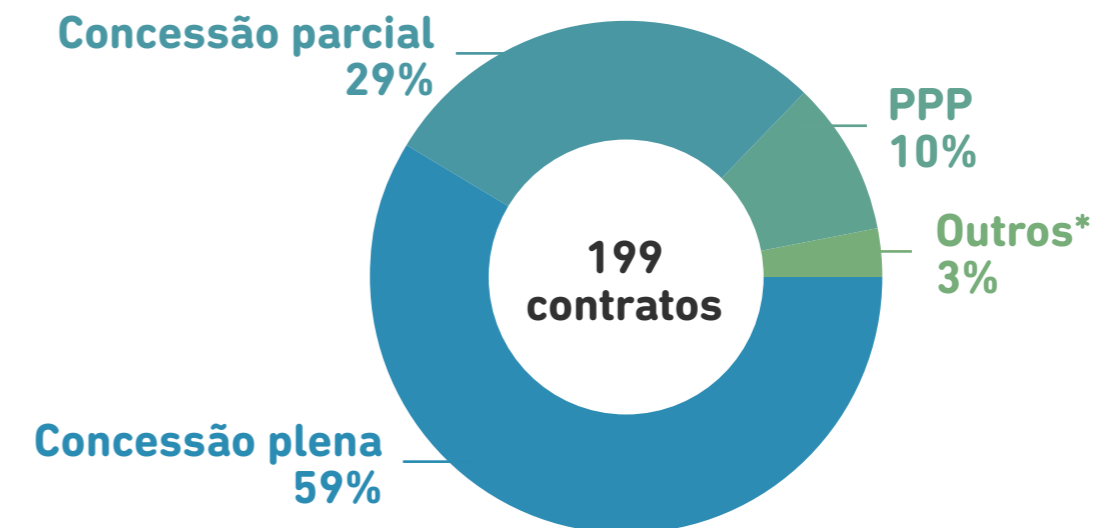


Gráfico 4.1.

Distribuição dos contratos por modalidade e investimento realizado

Fonte: SPRIS.



Modalidade de contrato	Número de contratos	Investimento realizado	% do investimento realizado
Concessão plena	117	R\$ 1.167.226.562,19	57%
Concessão parcial	57	R\$ 134.389.194,72	7%
PPP	19	R\$ 468.606.716,60	23%
Outros*	6	R\$ 283.178.128,66	14%
Total	199	R\$ 2.053.400.602,17	100%

* Locação de ativos, subdelegações e subconcessões



BRK (PE)

Estabelecida em 2013, é uma das maiores PPPs de saneamento básico do Brasil, operada pela BRK em conjunto com Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Presta serviços de esgotamento sanitário nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e na cidade de Goiana, na Mata Norte. A parceria é uma iniciativa do governo do estado de Pernambuco que beneficiará diretamente cerca de 6 milhões de pessoas até o fim do contrato, com um investimento total de R\$ 6,9 bilhões.

Entre os projetos da BRK realizados na Região Metropolitana de Recife, está a ampliação de 40% para 90% da cobertura de esgoto na região até o ano de 2037, garantindo 100% de tratamento de todo o efluente coletado na área atendida e beneficiando cerca de 5 milhões de pessoas até lá.

Estão em andamento obras para implantação de sistemas de esgotamento sanitário em Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Goiana. Já foram entregues novos sistemas nos municípios de Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Recife e São Lourenço da Mata, que juntos representam 140 mil metros de redes implantadas, quatro estações de tratamento de esgoto e 11 estações elevatórias. Esses sistemas já beneficiam mais de 130 mil pessoas.

Concessões e subconcessões

A seguir, outros modelos importantes de atuação da iniciativa privada no saneamento.

Concessões plenas ou parciais

As concessões são contratos pelos quais o titular do serviço de saneamento transfere a uma empresa contratada toda a operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como a responsabilidade de realizar os investimentos necessários por determinado período, sendo remunerado pela cobrança da tarifa aos usuários.

O poder público define regras sobre a composição das tarifas, ficando a cargo de uma agência reguladora a fiscalização sobre a aplicação dos termos estabelecidos pelo contrato.

As concessões plenas incluem tanto o serviço de abastecimento de água quanto o de esgotamento sanitário. Concessões parciais podem ser adotadas apenas para um ou outro entre esses serviços (água ou esgoto).

As concessões, plenas ou parciais, podem ser municipais (atendem um único município) ou microrregionais/regionais (atendem mais de um município).

Há concessões plenas ou parciais, municipais ou microrregionais/regionais, em quase todos os estados do Brasil.

Subdelegações ou Subconcessões

São modelos previstos pela Lei 8.987/85 (Lei das Concessões), pelos quais o prestador de serviços de saneamento transfere alguns de seus encargos a terceiros (empresa subdelegatária). A transferência pode ocorrer, inclusive, nos moldes de uma PPP. A empresa vendedora do certame licitatório assume todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.

Após a aprovação do novo marco legal do saneamento, as subdelegações foram limitadas a 25% do valor dos contratos das empresas subdelegatárias.

Há subdelegações de saneamento à iniciativa privada em operação nos estados de Goiás e Piauí.

Capítulo 5

Regionalização

Com o novo marco legal do setor, a regionalização foi alçada a um papel fundamental no esforço de ganhar escala na prestação de serviço e, dessa forma, incrementar os investimentos no saneamento.

A geração de ganhos de escala na prestação dos serviços, por meio da formação dos blocos de municípios, é necessária para que todos os municípios estejam contemplados em unidades de operação com viabilidade técnica e econômica, permitindo que sejam beneficiados com a universalização dos serviços de água e esgoto.

A regionalização é um grande desafio, que começa a ser vencido.

Conforme adiantado no primeiro capítulo deste Panorama, de acordo com o Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal da ABCON SINDCON, até o final de março praticamente todos os estados já haviam definido ou encaminhado a delimitação de seus respectivos blocos regionais às assembleias legislativas. Apenas Acre, Pará e Tocantins permaneciam com seus processos pendentes (*Gráfico 5.1.*).

Nos termos da lei, todos os outros estados que encaminharam o processo de regionalização estarão aptos a levar adiante concorrências e concessões sob os moldes do novo marco legal.

Esse quadro mostra que a regionalização se fortalece, o que significa consolidar uma série de avanços. Aliada à comprovação da capacidade econômico-financeira das companhias, o mercado passa a ter uma visão mais clara de quem está apto a atuar para alcançar a universalização até 2033.

Contratos de programa que estiverem irregulares precisam ser substituídos por uma forma de prestação regular (*mais detalhes no capítulo 1*). As alternativas para essa regularização e para a garantia da manutenção de recebimento de recursos federais pelos municípios exigem a adesão a uma estrutura de prestação regionalizada, seguida da licitação regionalizada dos serviços sob as determinações da Lei 14.026/20 ou prestação direta pelo município.

Os contratos de programa regulares também chegarão a um término e demandarão processos de licitação para a escolha dos prestadores de serviços, abrindo mais oportunidades para os investimentos privados, que podem ser realizados em diversas modalidades, como concorrência regional, municipal, PPP, concessão plena ou parcial.

Bons exemplos de regionalização e modelagem

O processo também demanda a articulação dos diferentes entes em blocos regionais, a estruturação da governança da regionalização, a formação das agências reguladoras e a definição pela ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, das normas de referência que os entes reguladores deverão seguir.

Os projetos e contratos de concessões de saneamento são de longo prazo. O equilíbrio financeiro é baseado em uma tarifa justa, fundamental para levar o serviço a todos, inclusive à população que não possui recursos e se vale do instrumento da tarifa social.

A atratividade dos leilões depende das características do projeto, que devem observar o princípio de ganho de escala, e da própria decisão do titular e da articulação do Executivo, além de uma adequada alocação de riscos, como forma de garantir a segurança jurídica dos processos.

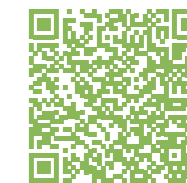
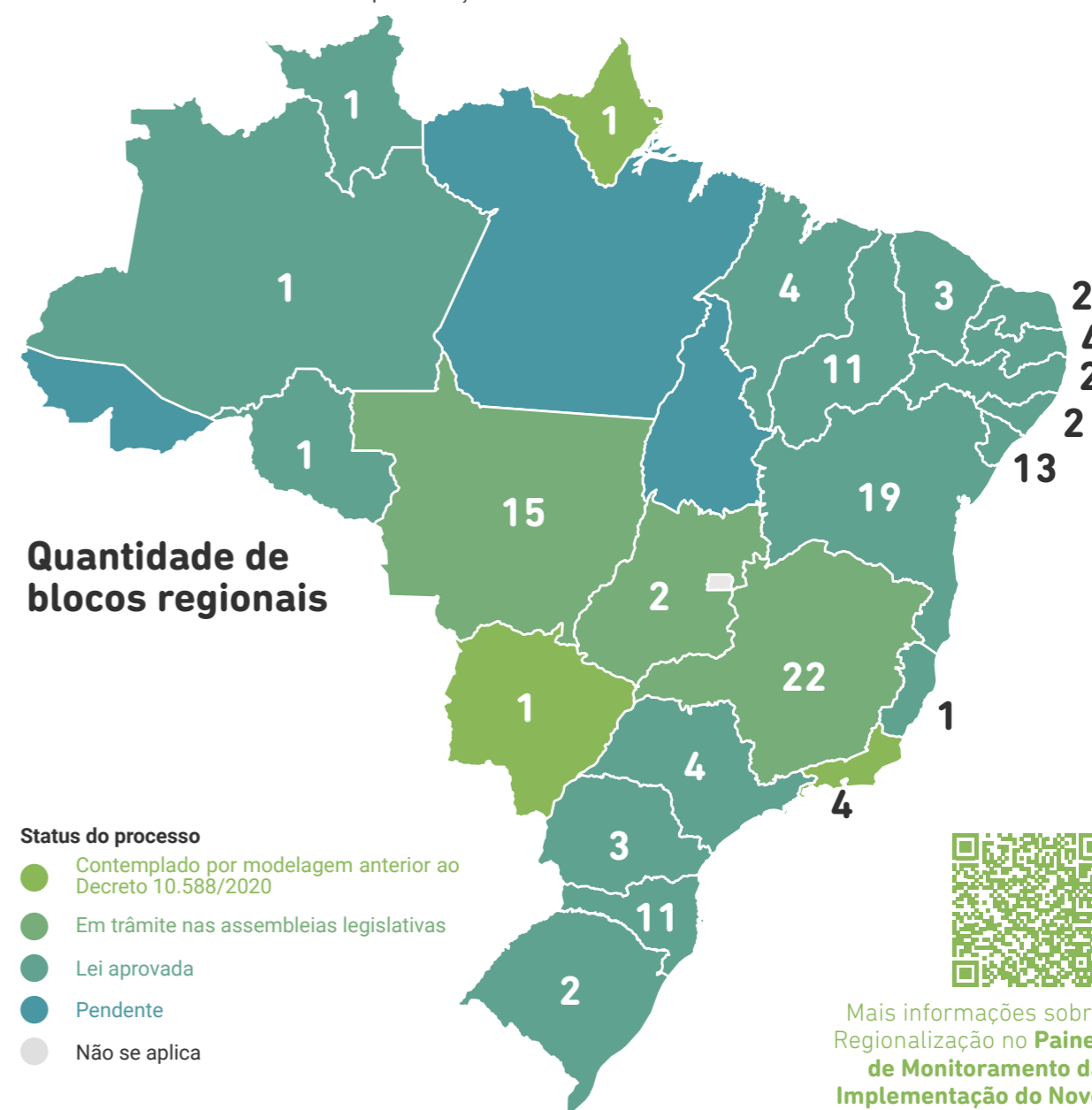
Já temos boas experiências de regionalização em termos de editais e governança, tanto antes da aprovação do novo marco legal quanto depois de sua publicação.

Muitos desses novos certames foram modelados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e resultaram em um grande êxito de concorrência.

Gráfico 5.1.

Mapa do status da regionalização nos estados

Fonte: Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco.



Mais informações sobre Regionalização no **Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal**, pelo QR Code!



A modelagem da Cedae

A modelagem dos leilões referentes à concessão para os serviços de água e esgotamento sanitário da Cedae, companhia estadual de saneamento do Rio de Janeiro, foi feita pelo BNDES e englobou a formação de quatro blocos de municípios; cada um previa também, em sua composição, a operação de serviços em uma região da capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro.

O certame atraiu uma série de consórcios e teve grande concorrência. Na primeira delas, em abril de 2021, foram definidos os vencedores dos três primeiros blocos, com 29 municípios. O leilão alcançou ágio de 134% no valor de outorga, arrecadando R\$ 22,62 bilhões, a serem compartilhados entre prefeituras e estado, com alocação no Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana e revertidos em investimentos em infraestrutura.

No segundo leilão, realizado em dezembro do ano passado, a proposta vencedora para o blo-

co remanescente, com 20 municípios e a zona oeste da capital, alcançou R\$ 2,2 bilhões de outorga para os cofres públicos do estado, o que representa ágio de 90% sobre o lance inicial (outorga mínima).

O investimento previsto para a universalização dos serviços, operação e manutenção dos sistemas é de R\$ 27,1 bilhões ao longo de 35 anos, sendo R\$ 4,7 bilhões em obras.

A população beneficiada com o investimento privado nas operações que passaram por leilão no Rio de Janeiro é de 13,7 milhões de habitantes.

A expectativa de impacto na economia dos investimentos com a concessão da Cedae é de R\$ 46,8 bilhões.

Conforme estimativa realizada pelo BNDES, mais de 40 mil empregos diretos serão gerados na realização das obras e na operação dos serviços.

A modelagem no Amapá

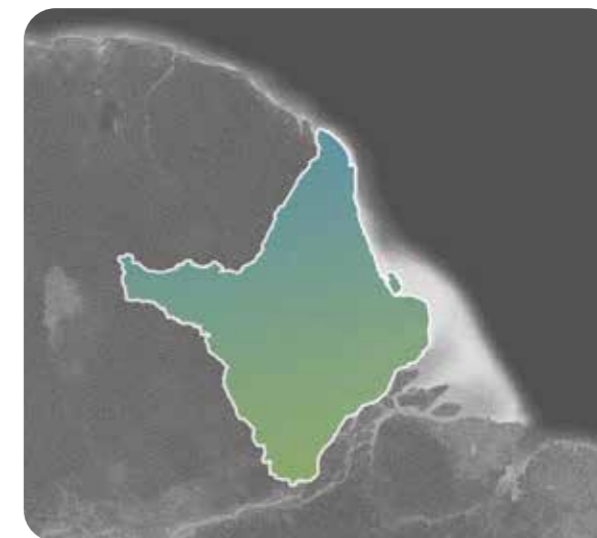
Considerado regionalizado pelo Decreto 10.588/20, o Amapá concedeu os serviços de água e esgotamento sanitário em todo o estado por meio de leilão em setembro de 2021, após modelagem realizada pelo BNDES, que conseguiu incluir todos os 16 municípios amapaenses em um único bloco.

O estado receberá R\$ 3 bilhões de investimento, dos quais R\$ 984 milhões logo nos primeiros cinco anos de concessão, a fim de alcançar a universalização no atendimento.

O leilão do Amapá demonstra que, com uma modelagem adequada e a articulação entre estado e municípios, é possível levar saneamento a regiões de grande déficit no atendimento e baixa densidade populacional.

Atualmente, apenas um a cada três habitantes no estado conta com o acesso à água encanada, e a coleta de esgoto é restrita a 7,1% de uma população total de 750 mil habitantes.

Além disso, foi o primeiro grande leilão de saneamento da região Norte do país, com forte impacto social e ambiental.



O leilão do Amapá foi realizado em um modelo híbrido, com lances que combinaram menor tarifa e maior valor de outorga.

O consórcio vencedor, liderado pelo Grupo Equatorial, ofereceu o desconto máximo sobre a tarifa permitido pelo edital (20%) e um valor de outorga equivalente a mais de R\$ 930 milhões, com ágio de 1.760% sobre a oferta mínima.

Operações regionais

Antes mesmo do novo marco legal, a formação de consórcios de municípios se apresentou e permanece como uma alternativa de grande valor para acelerar investimentos no saneamento.

Dois bons exemplos dessas iniciativas, operadas por concessionárias privadas, estão na região dos Lagos, Rio de Janeiro. Ambos contribuíram decisivamente para a recuperação da Lagoa de Araruama, que, por volta do ano 2000, estava praticamente morta em virtude da poluição causada pelo despejo de esgoto sem tratamento em suas águas.



Águas de Juturnaíba

Municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim no Rio de Janeiro

Opera desde 1998, com concessão plena. Ao assumir os serviços, apenas 0,7% da população possuía esgoto tratado. Atualmente, 98,6% da população tem acesso à água tratada e a cobertura de esgoto tratado atinge 78%. A meta é que, até 2023, a população tenha 90% de seu esgoto tratado e seja alcançada a universalização do abastecimento de água potável nas áreas urbanas. O investimento total previsto para todo o período de concessão é de R\$ 400 milhões.

A operação da Águas de Juturnaíba, do Grupo Águas do Brasil, é regulada pela Agenera, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro.



Prolagos

Municípios de Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia no Rio de Janeiro

Opera desde 1998, com concessão plena. Desde o início de sua atuação, a empresa já investiu R\$ 1,4 bilhão, um dos maiores investimentos neste segmento por habitante no Brasil. Nesse período, a concessionária triplicou o fornecimento de água potável, passando a atender de 30%, a 98% da população da área urbana, e saltou de praticamente zero para 80% o índice de atendimento em esgotamento sanitário na região (percentuais acima da meta estabelecida contratualmente para o período, que é de 94% para água e 80% para esgoto).

A operação da Prolagos, da Aegea Saneamento e Participações, é regulada pela Agenera, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. Todos os municípios atendidos integram o Consórcio Intermunicipal Lagos São João. As prefeituras avaliam e aprovam, juntamente com a agência reguladora, os planos de investimento da concessionária para a região atendida.

Leilões municipais

Crato (CE)

Com 133 mil pessoas, a cidade cearense realizou em fevereiro deste ano o leilão que definiu a empresa que assumirá a concessão pelos próximos 35 anos, com investimentos previstos de R\$ 250 milhões. A concessionária privada tem como meta alcançar 90% da população com o esgoto tratado, realidade que hoje é extensiva apenas para 32,8% do município.

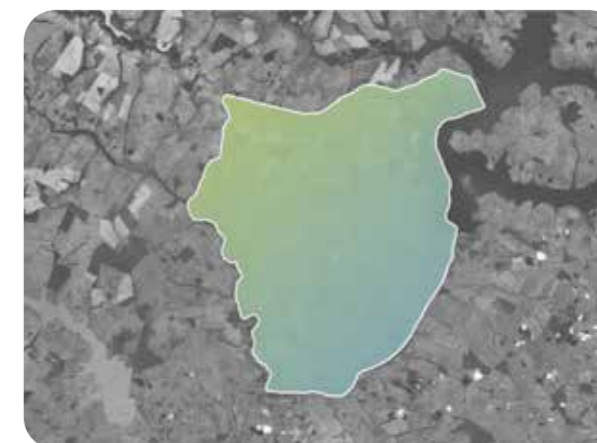
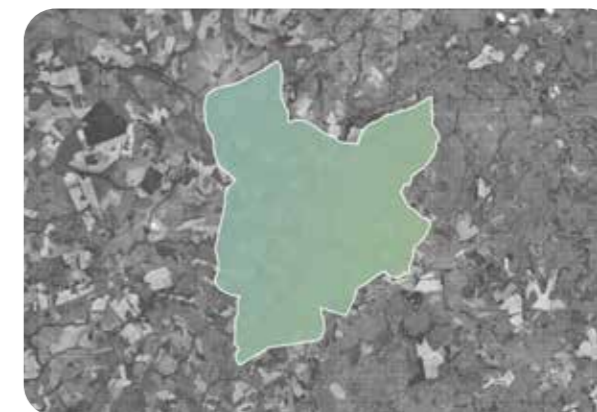
Orlândia (SP)

Realizada em janeiro deste ano, a licitação para a concessão dos serviços de água e esgoto de Orlândia, cidade do interior paulista com 44 mil habitantes, atraiu 17 empresas e contou com 14 delas no certame. O lance do consórcio vencedor alcançou R\$ 51,5 milhões, superando as expectativas do município. A concessão terá a duração de 35 anos, e o investimento total previsto é de R\$ 93 milhões. O edital prevê a aplicação da maior parte desse valor nos primeiros anos de concessão.

São Simão (GO)

Os serviços de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos da cidade goiana foram alvo de leilão em fevereiro deste ano, na primeira concorrência de serviços integrados no país. O contrato terá duração de 35 anos e prevê cerca de R\$ 50 milhões de investimentos para atender 20 mil habitantes.

Trata-se de um leilão muito importante, que demonstra o interesse do mercado por esse perfil de licitação (água, esgoto e resíduos sólidos), e pode sinalizar um novo modelo de negócios para o saneamento avançar.



Capítulo 6

O novo normal do saneamento

ESG

Segundo definição difundida pelo Pacto Global, maior organização de sustentabilidade corporativa do mundo, o ESG pode ser considerado como a maneira com que o mercado financeiro encara a sustentabilidade.

Isso significa entender que o capital adota métricas cada vez mais ligadas às práticas sustentáveis, o que resulta na valorização dos investimentos de setores que promovem o avanço no campo socioambiental.

A prática ESG (ou ASG, como também é conhecida no Brasil, devido à sigla em inglês, que reúne aspectos Ambientais, Sociais e de Governança) está intrinsecamente ligada com o saneamento, uma atividade econômica que alia a visão empresarial com o propósito.

Além da própria atividade-fim das empresas de saneamento estar ligada ao tratamento da água e despoluição dos corpos hídricos, os investimentos realizados no setor aceleram os avanços em saúde, educação, mortalidade infantil, combate ao absenteísmo e tantos outros temas de impacto social.

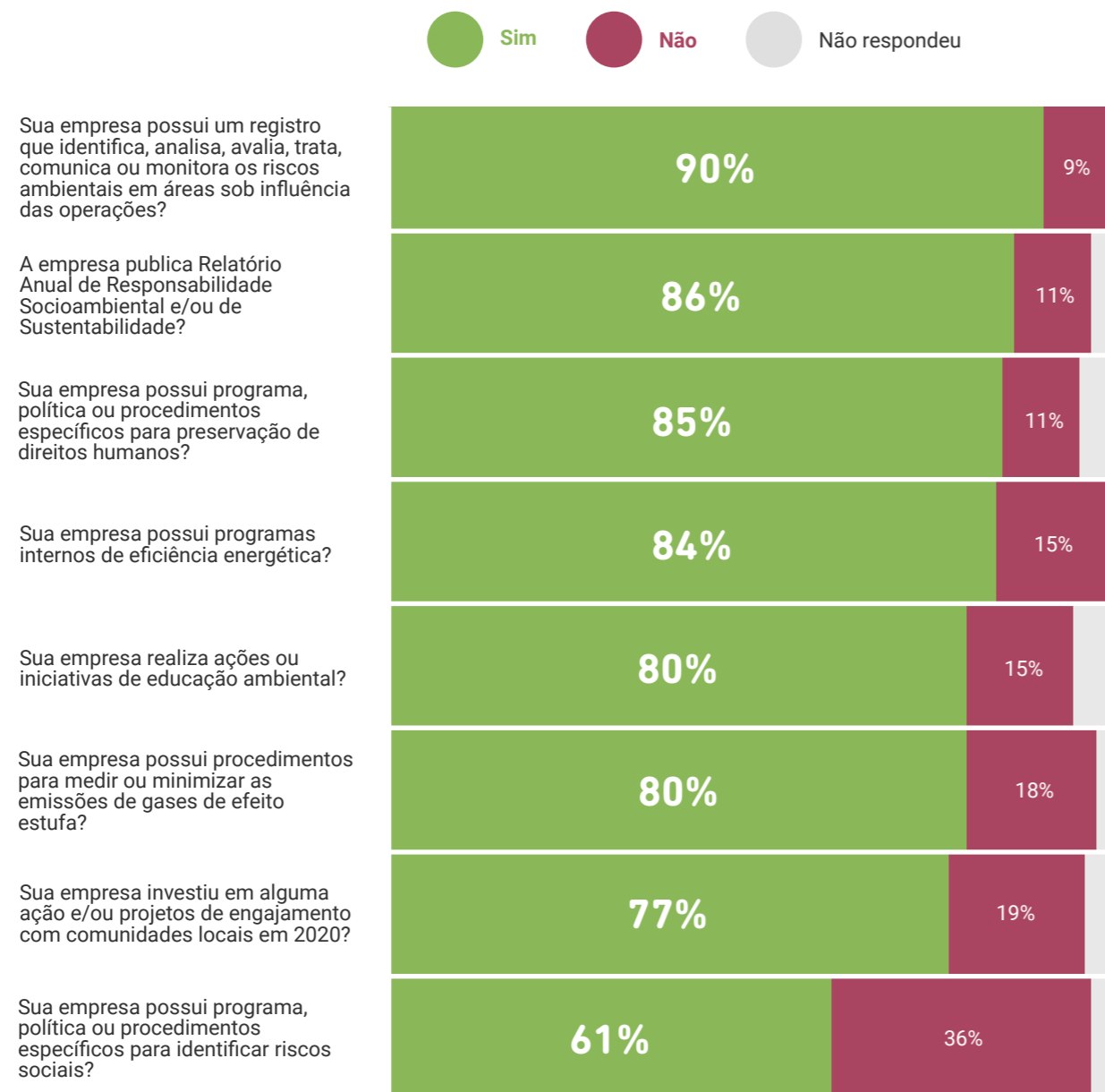
Portanto, a agenda do saneamento é fundamental para que o ESG se consolide como prática no Brasil. As concessionárias privadas estão alinhadas com esse conceito e já conduzem suas respectivas gestões de forma a contemplar os princípios de ESG, com foco em sustentabilidade, responsabilidade social, inclusão e promoção da saúde e qualificação profissional, entre outras iniciativas.

Pesquisa realizada pelo Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento (SPRIS) que avalia os indicadores socioambientais das operadoras privadas mostra que mais de 90% dos operadores possuem registro que identifica, analisa, avalia, trata, comunica ou monitora os riscos ambientais em áreas sob influência das operações. Mais de 80% desse mesmo público possuem programa, política ou procedimentos específicos para preservação de direitos humanos e têm projetos internos de eficiência energética (*Gráfico 6.1.*).

Gráfico 6.1.

Indicadores socioambientais

Fonte: SPRIS.



Parceria com o MDR em ESG Compliance

Em abril de 2021, o Ministério do Desenvolvimento Regional assinou acordos de cooperação técnica com a ABCON SINDCON e mais sete associações do setor privado que atuam em projetos de saneamento básico, segurança hídrica e mobilidade urbana geridos pelo ministério.

O objetivo do programa Estratégia Investimento Verde é garantir que todos os novos projetos do MDR sigam práticas internacionais de gestão ambiental, social e de governança.

O Acordo de Cooperação Técnica prevê o desenvolvimento de instrumentos e estudos sobre investimentos sustentáveis no âmbito dos projetos de infraestrutura para o desenvolvimento regional.

Com o acordo, a ABCON SINDCON tem o importante papel de contribuir tecnicamente com os trabalhos desenvolvidos e promover a articulação e capacitação entre gestores e associados sobre os instrumentos propostos.

Paralelamente à disseminação do conceito ESG, as empresas privadas que atuam no saneamento investem em políticas de *compliance*, a fim de preservar a integridade das relações institucionais e estabelecer condutas transparentes e compatíveis com o perfil de companhias que possuem uma série de compromissos públicos – seja nos contratos de concessões e suas metas, seja ao participar de licitações e concorrências públicas.

Também a ABCON SINDCON adotou uma política de *compliance*, em sintonia com o novo normal do saneamento.

O *compliance* garante padrões elevados de condutas éticas a serem rigidamente observadas na associação, tanto interna quanto externamente.

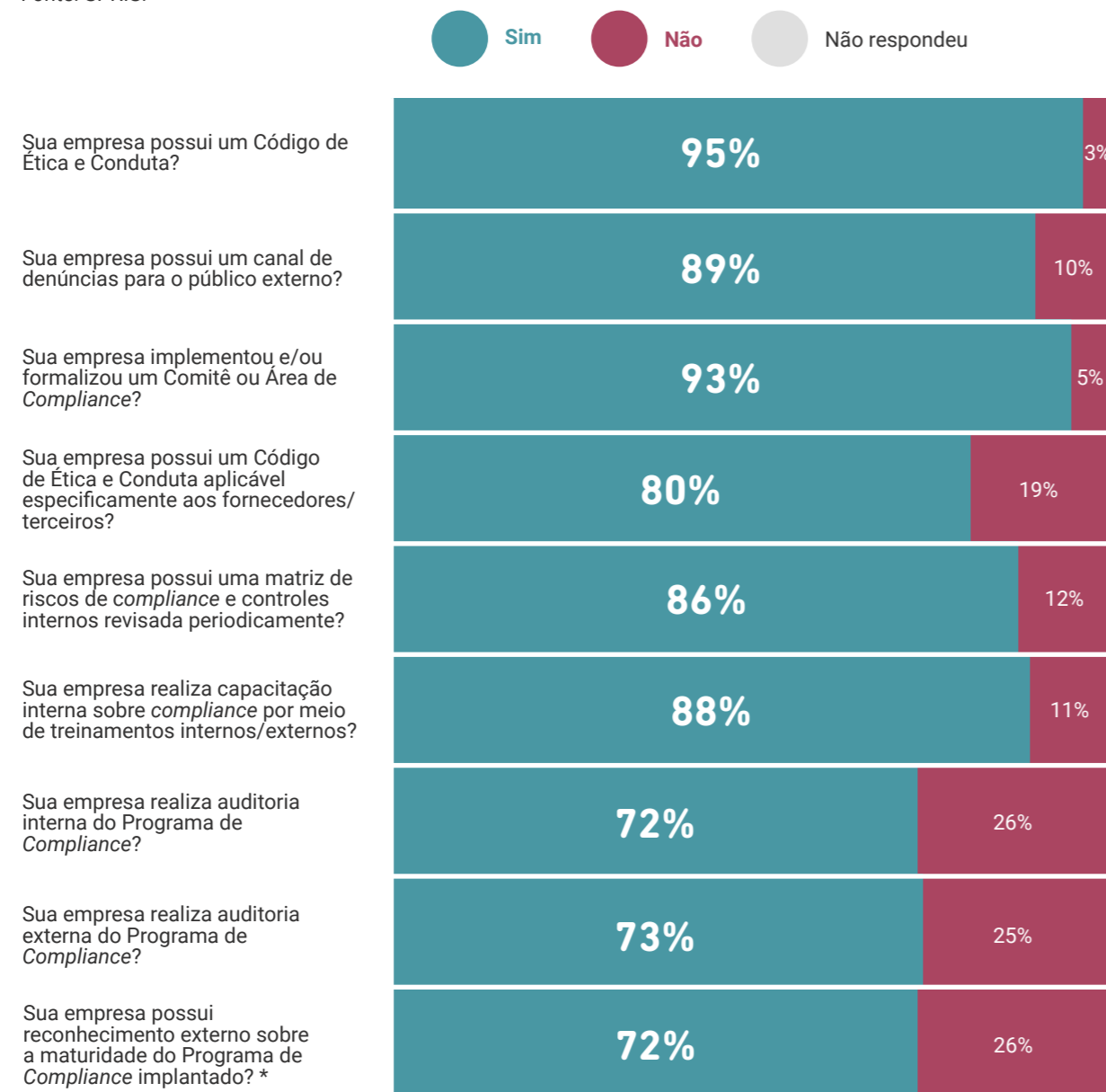
Para efeito externo, o *compliance* é um requisito fundamental para ingressar na entidade. Associados precisam demonstrar comprometimento com essas regras compartilhadas pela ABCON SINDCON.

O *compliance* também é tema de uma pesquisa do SPRIS, realizada entre os operadores privados de saneamento. Os resultados demonstram o comprometimento com esses princípios: 95% possuem um Código de Ética e Conduta (Gráfico 6.2.).

Gráfico 6.2.

Indicadores de compliance

Fonte: SPRIS.



* Certificação ISO 37.001, Atestação 19.600, Selo Pro Ética, etc.

Meio ambiente

Reflorestamento em Juturnaíba (RJ)

Mantido pela concessionária Águas de Juturnaíba (Grupo Águas do Brasil), o projeto Revivendo Águas Claras já reflorestou mais de 12 hectares de mata e foi premiado pela Firjan, em 2021, por sua capacidade de capturar e neutralizar o carbono por meio da área verde replantada.

Além disso, a iniciativa promove: o retorno da fauna nativa, que por muitas vezes já deixou o local; o aumento do volume de água nos corpos hídricos da região, por meio da recomposição de nascentes e olhos d'água; a proteção das margens da represa; a redução de erosão e, consequentemente, diminuição do assoreamento da represa de Juturnaíba e de seus contribuintes.

Socialmente, o projeto impacta na conscientização em relação à sustentabilidade e preservação do meio ambiente.





Coleta do óleo em diversas localidades

Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o consumo anual de óleos vegetais no país está em torno de 3 bilhões de litros. A estimativa é que, a cada quatro litros consumidos, um seja descartado de forma incorreta, representando mais de 700 milhões de litros ao ano lançados no meio ambiente. O óleo, quando despejado incorretamente na pia, vai para a rede coletora, provocando entupimentos e retorno de esgoto nas ruas e residências. Quando jogado na natureza, pode contaminar o solo, águas subterrâneas e mananciais. Diante disso, as companhias privadas de saneamento promovem cada vez mais iniciativas para minimizar esse impacto.

As concessionárias Águas das Agulhas Negras, Águas de Pará de Minas, Águas do Imperador e Águas de Jahu (todas do Grupo Águas do Brasil), por exemplo, implementaram o Programa Trata Óleo em seus municípios de atuação. A iniciativa tem o objetivo de promover educação ambiental e evitar o descarte incorreto do óleo de cozinha usado, fator que provoca a degradação ambiental, além de obstruir e danificar as redes dos sistemas de tratamento de esgoto.

Ao todo, mais de 54 mil litros de óleo de cozinha já foram arrecadados.

Os ecopontos foram disponibilizados em pontos estratégicos das cidades atendidas pelas concessionárias: Resende, Pará de Minas, Petrópolis e Jaú. Todo óleo arrecadado é destinado para reciclagem, que gera produtos de limpeza, biodiesel e produtos ecológicos.

No Centro-Oeste, Cuiabá (MT) conta com o projeto LEVO (Local de Entrega Voluntária de Óleo), que traz à comunidade serviço e esclarecimentos importantes, que multiplicam educação ambiental.

A iniciativa faz um alerta importante para a população: o de que óleo de cozinha usado não deve ser descartado em pias, ralos e nem mesmo no lixo orgânico ou junto a restos de alimentos.

O LEVO soma 17 pontos de coleta na capital mato-grossense. Recolhido, o óleo passa por alguns processos importantes para que a redestinação possa acontecer.

Por trás do projeto está a concessionária Águas Cuiabá (Grupo Iguá), em parceria com a *startup* de educação ambiental Teoria Verde, a Biomavi Reciclagem e a Secretaria Municipal de Educação.



Gerenciamento de resíduos e economia circular em Maceió (AL)

Para melhor gerenciar sua cadeia de resíduos sólidos, a Sanama – Saneamento da Alta Maceió, do Grupo GS Inima Brasil, vem firmando sólidas parcerias para tornar-se uma empresa de lixo zero, dando sempre prioridade às alternativas de reutilização em detrimento da disposição final em aterros sanitários, desenvolvendo e fomentando iniciativas de economia circular na região, uma vez que apenas 23% das tipologias de resíduos podem ir para o aterro por não serem recicláveis.

As parcerias com fornecedores locais têm gerado renda para os moradores, além de incentivar atividades de reciclagem, ressocialização, compostagem e agricultura familiar. Tanto que,

em comparação com 2020, a Sanama diminuiu em 64% a geração do lixo comum encaminhado ao aterro regional.

A concessionária possui vínculo com as cooperativas de coleta de resíduos recicláveis, na reutilização de madeira e de sobras de obras de alvenaria com a Fábrica da Esperança da Secretaria Estadual de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), e na reciclagem em brita e areia do entulho produzido nas obras de rede com a Usina de Reciclagem do Aterro Municipal de Maceió.

Em 2021, a empresa firmou parceria com a comunidade agroecológica da região, Oasis (CSA Oasis), para a doação do resíduo de poda de jardinagem da ETE Benedito Bentes. Além desses materiais, foram destinadas cerca de duas toneladas de recicláveis como plásticos, papéis e metais para as cooperativas locais, auxiliando na composição da renda de cerca de 30 famílias na região da Alta Maceió.



Lodo de esgoto é transformado em fertilizante em Jundiaí (SP)

Na maior parte das cidades brasileiras, o lodo de esgoto residual do processo de tratamento é depositado em aterros sanitários. Mas em Jundiaí (SP), onde opera a concessionária CSJ – Companhia Saneamento de Jundiaí, a realidade é outra. Ali, esse material usualmente descartado se torna fertilizante e beneficia a agricultura. Assim, o município dá exemplo na gestão pública de um dos seus principais resíduos, graças a uma solução segura e criativa para a gestão do seu lodo de esgoto.

A CSJ implantou em sua estação de tratamento um sistema de compostagem termofílica do lodo sanitário. O material é misturado a outros resíduos orgânicos, como podas urbanas picadas,

bagaço de cana-de-açúcar, restos de alimentos e cascas de eucalipto. O composto é submetido a aeração e sua transformação é provocada por uma intensa atividade de microrganismos. Ao longo do processo, em temperaturas superiores a 55°C, todo o material é higienizado e os organismos patogênicos são eliminados, dando origem ao fertilizante orgânico.

O lodo proveniente da ETE Jundiaí é encaminhado a uma empresa que realiza a compostagem desse material. O fertilizante orgânico é comercializado pela empresa contratada e pode ser empregado em qualquer tipo de cultura, tendo ótima aceitação entre especialistas em paisagismo, produtores de citros, eucalipto, cana-de-açúcar, flores, café, árvores frutíferas, entre outros, bem como para reflorestamento.

Córrego recuperado em Estiva Gerbi (SP)

Presente na cidade do interior paulista desde 2019, a Concessionária Águas de Estiva Gerbi (Terracom Saneamento) já adquiriu uma nova Estação de Tratamento de Esgoto que operará na cidade. Assim, todo o resíduo gerado pela população estivense deixará de ser descartado sem tratamento no Córrego dos Ipês.

O município está recebendo diversos investimentos em infraestrutura, seja para ampliar e melhorar a capacidade do sistema de abastecimento, seja para a construção de uma moderna e confortável unidade de atendimento ao cliente e, principalmente, no controle de perdas.



Saúde

Uma nova realidade em Atibaia (SP)

Com investimento e a parceria entre o SAAE e a Atibaia Saneamento (Grupo Iguá), a cidade paulista zerou os óbitos relacionados à falta de serviços básicos de água e esgoto. Além disso, as despesas com internações por doenças de veiculação hídrica na cidade diminuíram mais de três vezes entre 2019 e 2020.

Desde 2013, a empresa trabalha para que os atibaenses tenham mais saúde, o que implica investimento em boa infraestrutura de esgotamento sanitário e maior cobertura com os serviços de saneamento. O objetivo da Atibaia Saneamento é alcançar taxas ainda melhores até 2025.





Redução de internações em Teresina (PI)

Desde 2017, a Águas de Teresina, do Grupo Aegae, já investiu R\$ 600 milhões em saneamento na cidade, que antes sofria com desabastecimento crônico. A partir de 2020, a cidade passou a contar com o abastecimento de água universalizado. A atuação da concessionária contribuiu diretamente para que a falta d'água fosse substituída por água tratada e de qualidade nas torneiras, eliminando das residências, por exemplo, tanques e baldes para reservas de água, que são locais característicos da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

O trabalho está refletindo na melhoria dos índices de saúde, juntamente com outros fatores investidos pela administração municipal. Na capital do Piauí, de 2017 a 2021, segundo dados da Fundação Municipal de Saúde (FMS), os casos de dengue reduziram 66%. Além disso, não houve registro de óbitos por zica vírus no período em estudo.

A expectativa é que, nos próximos cinco anos, sejam investidos mais R\$ 700 milhões em serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, ações que tornam a capital do Piauí referência em saneamento básico na região Nordeste.

Geração de empregos

Formação profissional e diversidade em Alagoas

Quatro mulheres venezuelanas – Erika Peralta, Detzineth Guevara, Reidimar Serrano e Nayelis Flores – passaram a fazer parte da equipe da BRK em Alagoas após terem concluído a formação profissional ofertada gratuitamente pelo Projeto Reinventar, desenvolvido pela companhia, em sua primeira edição, na cidade de Recife, com o apoio do Pacto Global (ONU), do Instituto Aliança e da Fox Time, além do Senai.

O mesmo projeto, que proporciona a formação das participantes como instaladoras hidráulicas, “encanadoras”, chegou a Maceió e está em andamento. Ao todo, são 25 mulheres beneficiadas, sendo 13 brasileiras, sete venezuelanas e cinco indígenas, público pela primeira vez contemplado.

O curso teve duração de três meses e foi realizado de forma semipresencial: 80% em formação virtual (em EAD) e 20% com aulas presenciais, conforme protocolos e orientações sanitárias estabelecidos durante a pandemia. Cada participante recebeu uma ajuda humanitária mensal de R\$ 200,00, com bonificação atrelada à frequência e ao desempenho, além de um *tablet* com internet para permitir o acesso ao curso. As participantes também foram preparadas para a interação com o mundo digital.

A chegada da BRK em Alagoas já propicia melhoria da qualidade de vida não somente para a população atendida por água e esgoto, mas também pela geração de empregos. Já são 500 novas vagas diretas de trabalho na operação, e a estimativa é que outros 1.500 mil empregos indiretos sejam gerados na região, devido aos investimentos nas redes e infraestruturas de água e esgoto.





Contratações em peso no Rio de Janeiro

As empresas que venceram a concorrência para a concessão dos serviços anteriormente prestados pela companhia estadual Cedae estão iniciando uma verdadeira revolução no Rio de Janeiro. Um dos impactos já perceptíveis da atuação dessas concessionárias é geração de novos empregos.

A concessionária Águas do Rio (Grupo Aegea) assumiu as operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 27 municípios, incluindo 124 bairros da capital, e atendendo 10 milhões de pessoas. A chegada da empresa já proporcionou mais de 5 mil empregos diretos, para profissionais com diferentes níveis de escolaridade. O objetivo é contar com pessoas das próprias cidades e das comunidades, para que trabalhem com seus vizinhos. A companhia acredita que, dessa forma, contribui para o desenvolvimento regional e terá colaboradores mais felizes, trabalhando perto de casa.

Vencedora da licitação do Bloco 3, a concessionária Rio+Saneamento (Grupo Águas do Brasil/Vinci Partners) vai gerar ao menos 4.700 vagas diretas e indiretas nos 19 municípios, incluindo 22 bairros da zona oeste da capital. A operação assistida começou em abril deste ano. Somente naquele mês e em maio, houve 152 oportunidades para contratação imediata, em áreas como engenharia, segurança do trabalho, enfermagem e comunicação. Até o fim do ano, a previsão é atingir até 1.000 postos de trabalho.

Também vencedora de um dos blocos da Cedae, a Iguá divulgou 700 vagas no segundo semestre de 2021 para a nova operação no Rio de Janeiro. São oportunidades variadas, mas o maior número está concentrado em posições operacionais, como leituristas, mecânicos e encanadores de rede. Para multiplicar o conhecimento, a Iguá desenvolveu a H2ON, uma plataforma de ensino a distância com temas específicos. Cada módulo leva a um nível mais avançado de aprendizado, até que os colaboradores estejam preparados para executar plenamente suas atividades em campo.

Valorização da mão de obra local em Ouro Preto (MG)

Desde que começou a operar em 2020, a concessionária Saneouro – Ouro Preto Serviços de Saneamento, do Grupo GS Inima Brasil, gerou mais de 230 empregos diretos, além de fomentar quase 70 postos terceirizados.

Investir na mão de obra local não é a única preocupação. A empresa também forma profissionais para que venham a integrar seu quadro de colaboradores, sempre que necessário. Em parceria com o Senai e a prefeitura de Ouro Preto, ofereceu 50 vagas nos cursos de encanador hidráulico e de excelência no atendimento ao cliente, de forma gratuita.



Inovação e tecnologia

Inteligência artificial ganha espaço

As concessionárias do Grupo Águas do Brasil estão usando um sistema que utiliza inteligência artificial (IA) e internet das coisas (IoT) para identificação de áreas com potenciais vazamentos não visíveis. O aparelho consegue cruzar com precisão os dados coletados em campo com inúmeros ruídos existentes em seu banco de dados, aprimorando as pesquisas de vazamentos não visíveis com o uso de geofone e, conseqüentemente, agilizando a localização e o reparo desses vazamentos.

Seu funcionamento pode ser comparado aos aplicativos de reconhecimento musical usados nos *smartphones*, que conseguem identificar uma música por um pequeno trecho. A iniciativa faz parte do Programa Água de Valor, mantido pelo Grupo.





Apoio à inovação das startups

Em agosto de 2021, o Grupo Iguá conquistou o primeiro lugar no *ranking* da 100 *Open Startups*, como a companhia de saneamento mais envolvida em iniciativas de inovação aberta do país. O *ranking* é uma referência importante no mercado, por estabelecer critérios para medir o relacionamento de grandes empresas com *startups*, estando entre as 30 companhias brasileiras mais engajadas nesse sentido.

A porta de entrada para se tornar referência em inovação foi criada em 2018, com o programa

Iguá Lab, iniciativa que convida as *startups* a apresentarem soluções alternativas para os principais problemas identificados no saneamento. Em média, é avaliada e reconhecida uma *startup* a cada dois dias; assim é testada uma nova solução a cada 30. Existem, hoje, cerca de 20 *startups* sob algum tipo de contrato com a Iguá, prestando diversos serviços e fornecendo equipamentos.

A empresa incentiva seus colaboradores, de todos os níveis, a se atentarem a qualquer tipo de necessidade dos clientes e a pensarem em possíveis soluções para os setores. O programa interno Manda Bem reconhece ideias com potencial para serem amplamente aplicadas na operação.



Pioneirismo na secagem do lodo

Considerando que a luz do sol pode ser a grande parceira dos operadores de serviços de água e esgoto para enfrentar o problema da disposição final do lodo produzido nas ETEs, a GS Inima Samar (Grupo GS Inima Brasil) inaugurou o primeiro secador solar de lodo de esgoto, uma solução inédita na América Latina.

Construído em uma área de 7 mil m², o secador solar do lodo (resultante do tratamento do esgoto doméstico gerado pelos quase 200 mil moradores e indústrias da cidade) teve investimento da ordem de R\$ 16 milhões e entrou em

operação em 2021. Totalmente automatizado, está instalado em uma enorme estufa de vidro e conta com três revolvedores de resíduos que trabalham 24 horas por dia. Ao final do processo, eles removem o material seco para ser enviado ao aterro sanitário. O transporte do resíduo, que era feito diariamente, só ocorre uma vez por semana, visto que o volume do lodo tratado diminuiu de 450 para 90 toneladas por mês.

Com essa inovação, deixa-se de sobrecarregar o aterro municipal com matéria orgânica, beneficiando o meio ambiente. Atualmente, a empresa está estudando uma forma de fornecer o resíduo do lodo tratado para a agricultura, uma vez que o material é rico em nitrogênio, fósforo e potássio.

Parceria com Ajusta Água

O aumento dos investimentos do setor de saneamento no último ano resulta em novos projetos e ideias para as melhorias dos serviços oferecidos para a população. Entre as iniciativas apoiadas pela BRK, a *startup* Ajusta Água vem se destacando por oferecer a automatização da atualização cadastral.

Por meio de um sistema de georreferenciamento, o programa identifica padrões e características recorrentes de consumo de água, o que permite apontar possíveis inconsistências no cadastro e, conseqüentemente, reduzir os índices de perdas de água. A proposta é identificar, por exemplo,

se um imóvel cadastrado como residencial faz o uso da água para uma atividade comercial.

A ação nasceu entre profissionais que fizeram parte do WIL Brasil – Water Innovation Lab Brasil, iniciativa que reúne jovens de todo o país para elaborar ações focadas no saneamento. Para seguir em frente, o projeto contou com o apoio da BRK, que ofereceu um recurso semente, além de apoio na estruturação da *startup*.

Agora, a BRK segue para a fase de formalização de contrato com o Ajusta Água para ser a primeira cliente da *startup*. O sistema será implantado em uma das operações de saneamento, com o monitoramento dos cadastros por dois anos.



Portal de inovação para novos projetos

Em busca da ampliação do número de projetos inovadores no setor, que possam tornar os sistemas de água e esgoto cada vez mais eficientes, a BRK lançou a plataforma BRK Inova. O canal é direcionado à inovação aberta e busca parcerias com pesquisadores, professores, *startups* e empresas que desejam investir em cocriação.

Os visitantes ainda contam com *pitch day*, um espaço que permite que *startups* se conectem com a BRK e apresentem soluções inovadoras para o saneamento básico. Para participar, não existem limitações. O importante é que os interessados apresentem novas ideias, independentemente do estágio de desenvolvimento.

Inclusão

Igualdade racial

Programa de igualdade racial do Grupo Aegea, o Respeito Dá o Tom completa cinco anos de existência em 2022. Seu objetivo é promover a equidade nas oportunidades de acesso à empresa e de crescimento profissional dos colaboradores que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas em todos os níveis hierárquicos da companhia. Hoje, do total de 9.338 colaboradores, 4.640 são autodeclarados negros/pardos.

A iniciativa é reconhecida pelo Instituto Identidades do Brasil (ID_BR) como um dos principais programas de igualdade racial do país, sendo certificado com o Selo “Sim à Igualdade Racial”. A certificação significa que a empresa se compromete em realizar ações afirmativas voltadas à equidade racial em todas as suas unidades.



Programa de aceleração de carreiras para mulheres negras

Em 2021, foi realizada a segunda edição desse programa da empresa BRK, desenvolvido em parceria com o Grupo Mulheres do Brasil – entidade que defende o protagonismo feminino nos negócios e na política. O projeto reuniu 22 profissionais da companhia, que atuam em diferentes regiões do país, para participar de atividades para promoção do desenvolvimento pessoal e profissional.

Realizados *online*, os treinamentos abordaram temas como: ancestralidade, autoconhecimento, liderança, marca pessoal, *networking*, inteligência emocional, produtividade e comunicação assertiva. Todos os participantes também devem realizar mentorias, conduzidas por profissionais em cargos de liderança da BRK.

O principal objetivo é contribuir para que todas essas profissionais identifiquem e possam atingir os seus objetivos dentro da empresa, promovendo a equidade de gênero e raça.

Em 2020, na primeira edição do projeto, a BRK promoveu a aceleração de 15 profissionais negras da companhia.



Capítulo 7

Quadro de concessões

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
ALAGOAS							
Anadia	Verde Ambiental Alagoas	Aviva Ambiental e Cymí Saneamento e Participações	Concessão Plena	2022	35	430.000	n.d.
Branquinha							
Campestre							
Capela							
Chã Preta							
Colônia Leopoldina							
Feliz Deserto							
Ibateguara							
Jacuípe							
Japaratinga							
Joaquim Gomes							
Jundiá							
Mar Vermelho							
Maragogi							
Maribondo							
Matriz de Camaragibe							
Novo Lino							
Passo de Camaragibe							
Paulo Jacinto							
Pindoba							
Porto Calvo							
Porto de Pedras							
São Luís do Quitunde							
São Miguel dos Milagres							
Tanque d'Arca							
Taquarana							
União dos Palmares							

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)							
Arapiraca	Agreste Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Água	2012	30	396.413	4,31							
Campo Grande														
Coité do Noia														
Craibas do Nunes														
Feira Grande														
Grau do Ponciano														
Igaci														
Lagoa da Canoa														
Olho D'água Grande														
São Brás														
Atalaia														
Barra de Santo Antônio	BRK Ambiental Região Metropolitana de Macéio	BRK Ambiental	Concessão Plena	2020	35	857.000	n.d.							
Barra de São Miguel														
Coqueiro Seco														
Maceió														
Marechal Deodoro														
Messias														
Murici														
Paripueira														
Pilar														
Rio Largo														
Santa Luzia do Norte														
Satuba														
Maceió								Sanama Saneamento Alto Maceió	GS Inima Brasil	PPP Esgoto	2014	30	89.520	20,08
Palmeira dos Índios + 33 municípios								Águas do Sertão	Allonda Ambiental e Conasa Infraestrutura	Concessão Plena	2022	35	781.100	n.d.
81	5					2,44 mi	24,38							
AMAZONAS														
Manaus	Águas de Manaus	Aegea	Concessão Plena	2000	45	2,16 mi	133,63							
1	1					2,16 mi	133,63							

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
AMAPÁ							
Amapá	Companhia de Saneamento do Amapá	Equatorial	Concessão Plena	2021	35	861.773	n.d.
Calçoene							
Cutias							
Ferreira Gomes							
Itaubal							
Laranjal do Jari							
Macapá							
Mazagão							
Oiapoque							
Pedra Branca do Amapari							
Porto Grande							
Pracuúba							
Santana							
Serra do Navio							
Tartarugalzinho							
Vitória do Jari							
16	1					861.773	n.d.
BAHIA							
Lauro de Freitas	BRK Ambiental Jaguaribe	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2006	19	1.000.000	2,13
Salvador							
Serra do Ramalho	Águas de Serra do Ramalho Saneamento	Brasil Engenharia	Concessão plena	2019	30	29.500	1,57
Xique-Xique	Águas de Xique-Xique	Brasil Engenharia	Concessão Plena	2022	30	46.483	n.d.
4	3					1,08 mi	3,70
ESPÍRITO SANTO							
Cachoeiro de Itapemirim	BRK Cachoeiro de Itapemirim	BRK Ambiental	Concessão Plena	1998	50	210.126	12,17
Cariacica	Ambiental Cariacica	Aegea	PPP Esgoto	2020	30	444.084	n.d.

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Vila Velha	Ambiental Vila Velha	Aegea	PPP Esgoto	2017	30	374.636	10,46
Serra	Ambiental Serra	Aegea	PPP Esgoto	2014	30	271.307	8,27
4	4					1,30 mi	30,90

GOIÁS

Aparecida de Goiania	BRK Ambiental Goiás	BRK Ambiental	Subdelegação Esgoto	2013	n.d.	651.192	177,75
Jataí							
Rio Verde							
Trindade							
Buriti Alegre	Buriti Alegre Ambiental	Aviva Ambiental, CCB Construtora e Senha Engenharia	Concessão Plena	2021	30	11.415	n.d.
5	2					662.607	177,75

MARANHÃO

Paço do Lumiar	BRK Ambiental – Paço do Lumiar S.A.	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	35	102.442	10,96
São José de Ribamar	BRK Ambiental – São José de Ribamar	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	35	168.143	11,25
Timon	Águas de Timon Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	147.965	11,96
3	3					418.550	34,17

MINAS GERAIS

Araújos	Sanarj Concession. de Saneamento Básico	Global Engenharia, Planex Consultoria	Concessão Plena	2002	30	8.112	0,04
---------	---	---------------------------------------	-----------------	------	----	-------	------

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Belo Horizonte	Sistema Rio Manso	BRK Ambiental	PPP Água	2013	15	1.400.000	4,53
Betim							
Contagem							
Ibirité							
Igarapé							
Lagoa Santa							
Mário Campos							
Pedro Leopoldo							
Ribeirão das Neves							
Santa Luzia							
São Joaquim de Bicas							
São José da Lapa							
Sarzedo							
Vespasiano							
Bom Sucesso	Águas de Bom Sucesso	Global Engenharia; Planex Consultoria	Concessão Plena	2002	25	17.603	0,11
Ouro Preto	Saneouro – Concessionária de Tratamento de Água e Esgoto	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2019	35	70.830	9,50
Pará de Minas	Águas de Pará de Minas	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2015	35	94.808	9,17
Paraguaçu	Coságua	Global Engenharia; Planex Consultoria	Concessão Plena	2000	30	17.799	0,31
Santo Antônio do Amparo	Águas de Santo Antônio do Amparo SPE Eireli	Socienge Engenharia e Concessões	Concessão Plena	2019	30	16.297	0,76
20	7					1,63 mi	24,41

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande	Águas Guariroba	Aegea	Concessão Plena	2000	60	906.902	110,01
Dourados + 67 municípios	Ambiental MS Pantanal	Aegea	PPP Esgoto	2021	30	963.619	n.d.
69	2					1,87 mi	110,01

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
MATO GROSSO							
Alta Floresta	Águas Alta Floresta	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2002	30	45.147	1,87
Arenópolis	Águas de Arenópolis	Nascimento Engenharia	Concessão Parcial Água	2001	30	9.502	0,04
Barra do Garças	Águas de Barra do Garças	Aegea	Concessão Plena	2003	30	61.135	5,03
Campo Verde	Águas de Campo Verde	Aegea	Concessão Plena	2001	30	36.883	6,04
Canarana	Águas Canarana	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2000	40	17.243	0,63
Carlinda	Águas de Carlinda	Aegea	Concessão Parcial Água	2004	30	4.246	0,10
Cláudia	Águas de Cláudia	Aegea	Concessão Plena	2004	30	9.374	0,17
Colíder	Águas Colíder	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2002	30	27.358	2,85
Comodoro	Águas Comodoro	Iguá Saneamento	Concessão Parcial Água	2007	30	14.541	0,50
Confresa	Águas de Confresa	Aegea	Concessão Plena	2014	30	17.846	0,66
Cuiabá	Águas Cuiabá	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	606.589	107,29
Diamantino	Águas de Diamantino	Aegea	Concessão Plena	2014	30	17.330	1,82
Guarantã do Norte	Águas de Guarantã	Aegea	Concessão Plena	2001	30	26.849	2,98
Jangada	Águas de Jangada	Aegea	Concessão Plena	2004	30	3.235	0,07
Jauru	Águas de Jauru	Aegea	Concessão Plena	2012	30	5.065	2,00
Juara	Concessionária Águas de Juara	Pereira Campanha	Concessão Plena	2001	30	34.000	0,63
Marcelândia	Águas de Marcelândia	Aegea	Concessão Plena	2003	30	10.109	0,31
Matupá	Águas de Matupá	Aegea	Concessão Plena	2001	30	12.946	0,75
Nortelândia	Águas de Nortelândia	Aegea	Concessão Parcial Água	2002	50	4.849	0,12
Nova Canaã do Norte	Águas de Canaã	Construtora Premier	Concessão Parcial Água	2009	30	12.831	0,60

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Nova Xavantina	Setae – Nova Xavantina	Setae – Serviço de Tratamento de Água e Esgoto	Concessão Plena	2001	30	19.827	0,34
Novo São Joaquim	Setae – Novo São Joaquim	Setae – Serviço de Tratamento de Água e Esgoto	Concessão Plena	2001	30	3.038	0,02
Paranatinga	Águas de Paranatinga	Aegea	Concessão Plena	2015	30	17.558	1,24
Pedra Preta	Águas de Pedra Preta	Aegea	Concessão Plena	2003	29	12.605	0,25
Peixoto de Azevedo	Águas de Peixoto de Azevedo	Aegea	Concessão Plena	2000	30	22.713	1,56
Poconé	Águas de Poconé	Aegea	Concessão Parcial Água	2008	16	24.177	0,33
Pontes e Lacerda	Águas Pontes e Lacerda	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2000	30	38.317	3,71
Porto Alegre do Norte	Sanepan – Saneamento de Porto Alegre do Norte	Engefox Construções e Empreendimentos	Concessão Plena	2016	30	6.112	0,12
Porto dos Gaúchos	Águas de Porto dos Gaúchos	Lugui Construtora de Obras e Saneamento	Concessão Plena	2018	30	5.363	0,26
Porto Esperidião	Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição	Aegea	Concessão Plena	2012	30	4.609	0,11
Primavera do Leste	Águas de Primavera	Aegea	Concessão Plena	2000	30	59.705	10,90
Santa Carmem	Águas de Santa Carmem	Aegea	Concessão Parcial Água	2001	30	3.442	0,06
São José do Rio Claro	Águas de São José do Rio Claro	Aegea	Concessão Plena	2008	30	16.157	0,20
Sapezal	Naturágua Distribuidora de Água	Naturágua Distribuidora de Água	Concessão Parcial Água	2000	30	29.950	0,24
Sinop	Águas de Sinop	Aegea	Concessão Plena	2014	30	121.030	8,79
Sorriso	Águas de Sorriso	Aegea	Concessão Plena	2000	30	92.769	5,74
União do Sul	Águas de União do Sul	Aegea	Concessão Plena	2000	30	2.170	0,05
Vera	Águas de Vera	Aegea	Concessão Plena	2004	37	8.187	0,10
38	38					1,46 mi	168,48

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)														
PARÁ																					
Abel Figueiredo	Abastecimento de Água (Abel Figueiredo)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Parcial Água	2018	30	6.662	0,25														
Barcarena	Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2014	30	46.172	7,27														
Bom Jesus do Tocantins Santana do Araguaia São João do Araguaia São Domingos do Araguaia Redenção	BRK Ambiental Araguaia	BRK Ambiental	Concessão Plena	2006	30	81.535	2,86														
Curionópolis Eldorado dos Carajás São Geraldo do Araguaia Tucumã Xinguara								Saneatins	BRK Ambiental	Concessão Plena	2007	30	99.052	2,71							
Itupiranga															Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	2015	30	4.835	1,06	
Jacundá															Jacundá Ambiental	Aviva Ambiental e Ello Serviços, Obras e Participações	Concessão Plena	2018	30	25.272	2,36
Novo Progresso															Águas de Novo Progresso	Aegea	Concessão Plena	2003	30	23.324	0,62
Novo Repartimento	Abastecimento de Água (Novo Repartimento)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Parcial Água	2019	30	3.587	0,05														
Rurópolis	Águas de Rurópolis	Perenge Engenharia e Concessões e Pavieng Engenharia	Concessão Plena	2019	30	28.000	0,00														
17	9					318.439	17,19														

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)							
PERNAMBUCO														
Abreu e Lima Araçoiaba Cabo de Santo Agostinho Camaragibe Goiana Igarassu Ipojuca Itamaracá Itapissuma Jaboatão dos Guararapes Moreno Olinda Paulista Recife São Lourenço da Mata	BRK Ambiental Atlântico	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2013	35	1.203.561	247,82							
15								1				1,20 mi	247,82	
PIAUI														
Teresina								Águas de Teresina	Aegea	Subconcessão Plena	2017	30	818.316	88,64
1								1					818.316	88,64
PARANÁ														
Paranaguá								Paranaguá Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	1997	45	150.427	18,89
1								1					150.427	18,89

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
RIO DE JANEIRO							
Aperibé	Saneamento Rio 1	Aegea	Concessão Plena	2021	35	2.842.238	n.d.
Cachoeiras de Macacu							
Cambuci							
Cantagalo							
Casimiro de Abreu							
Cordeiro							
Duas Barras							
Itaboraí							
Itaocara							
Magé							
Maricá							
Miracema							
Rio Bonito							
Rio de Janeiro							
São Francisco de Itabapoana							
São Gonçalo							
São Sebastião do Alto							
Saquarema							
Araruama							
Silva Jardim							
Armação de Búzios	Prolagos	Aegea	Concessão Plena	1998	43	420.393	41,28
Arraial do Cabo							
Cabo Frio							
Iguaba Grande							
São Pedro da Aldeia							

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Belford Roxo	Saneamento Rio 4	Aegea	Concessão Plena	2021	35	7.008.803	n.d.
Duque de Caxias							
Japeri							
Mesquita							
Nilópolis							
Nova Iguaçu							
Queimados							
Rio de Janeiro (Centro e Zona Norte)							
São João de Meriti							
Barra do Pirai							
Bom Jardim							
Bom Jesus do Itabapoana							
Carapebus							
Carmo							
Itaguaí							
Itatiaia							
Macuco							
Natividade							
Paracambi							
Pinheiral							
Rio Claro							
Rio das Ostras							
Rio de Janeiro							
São Fidélis							
São José de Ubá	Águas do Paraíba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	60	500.243	35,11
Sapucaia							
Seropédica	Fontes da Serra	Emissão Engenharia	Concessão Parcial Água	2000	30	44.864	n.d.
Sumidouro							
Campos dos Goytacazes	BRK Ambiental Macaé	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2012	35	164.757	34,73

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Miguel Pereira	Iguá no Rio de Janeiro	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2021	35	1.200.000	n.d.
Paty do Alferes							
Rio de Janeiro (Barra, Jacarepaguá e outros)							
Niterói	Águas de Niterói	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	50	515.317	18,83
Nova Friburgo	Águas de Nova Friburgo	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	40	166.978	11,59
Paraíba do Sul	Águas da Condessa	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2020	35	41.838	n.d.
Paraty	Águas de Paraty	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	PPP Água e Esgoto	2014	30	32.224	0,19
Petrópolis	Águas do Imperador	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1997	45	297.188	16,79
Rio das Ostras	BRK Ambiental Rio das Ostras	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2007	16	38.643	6,96
Resende	Águas das Agulhas Negras	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2008	30	127.950	12,10
Rio de Janeiro	Zona Oeste Mais Saneamento	BRK Ambiental e Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Parcial Esgoto	2012	30	1.450.905	98,17
Santo Antônio de Pádua	Águas de Pádua	Fortaleza Ambiental	Concessão Parcial Água	n.d.	n.d.	42.479	n.d.
São João do Meriti	Concessionária Águas de Meriti	Conasa Infraestrutura	Concessão Parcial Esgoto	n.d.	n.d.	285.535	n.d.
São José do Vale do Rio Preto	Águas do Rio Preto	Empresa de Saneamento Ambiental e Concessões	Concessão Parcial Água	n.d.	n.d.	13.653	0,41
67	20					16,27 mi	296,08

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
RONDÔNIA							
Ariquemes	Águas de Ariquemes Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	30	92.761	6,34
Buritis	Águas de Buritis Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	4.373	0,83
Pimenta Bueno	Águas de Pimenta Bueno Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	32.078	0,61
Rolim de Moura	Águas de Rolim de Moura Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	30	45.322	1,33
4	4					174.534	9,11
RIO GRANDE DO SUL							
Alvorada	Ambiental Metrosul	Aegea	PPP Esgoto	2020	35	483.226	77,24
Cachoeirinha							
Canoas							
Eldorado do Sul							
Esteio							
Gravataí							
Guaíba							
Sapucaia do Sul							
Viamão							
São Gabriel	São Gabriel Saneamento	Solvi	Concessão Plena	2012	30	55.270	24,75
Uruguaiana	BRK Ambiental Uruguaiana	BRK Ambiental	Concessão Plena	2011	30	118.755	23,29
11	3					657.251	125,27
SANTA CATARINA							
Balneário Gaivota	Gaivota Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2018	35	8.701	0,91
Blumenau	BRK Ambiental Blumenau	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2010	35	162.048	19,95
Bombinhas	Águas de Bombinhas Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	35	20.335	7,84
Caçador	BRK Ambiental Caçador	BRK Ambiental	Concessão Plena	2018	30	70.727	6,76

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Camboriú	Águas de Camboriú Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	35	80.833	2,99
Gravatal	Gravatal Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2018	30	10.701	0,81
Guabiruba	Guabiruba Saneamento	Atlantis	Concessão plena	2020	30	17.904	0,39
Itapema	Águas de Itapema	Conasa Infraestrutura	Concessão Plena	2004	40	67.338	19,46
Itapoá	Itapoá Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	20.547	4,21
Jaguaruna	Águas de Jaguaruna	Atlantis	Concessão Parcial Água	2007	35	6.687	0,11
Jaguaruna	Jaguaruna Saneamento	Atlantis	Concessão Parcial Água	2016	40	6.687	0,15
Penha	Águas de Penha Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	35	30.171	12,22
São Francisco do Sul	Águas de São Francisco do Sul	Aegea	Concessão Plena	2014	35	48.982	24,97
Sombrio	Sombrio Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2020	35	30.374	n.d.
Tubarão	Tubarão Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	106.422	18,77
14	15					688.457	119,55

SÃO PAULO							
Álvares Florence	Datema Ambiental Saneamento Básico	DQT – Saneamento Básico E Meio Ambiente	Concessão Plena	2012	30	2.804	n.d.
Andradina	Águas Andradina	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	55.202	6,31
Araçatuba	GS Inima Samar – Soluções Ambientais de Araçatuba	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2012	30	194.308	34,25
Araçoiaba da Serra	Águas de Araçoiaba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2009	30	34.663	2,68

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Arujá	Águas Spat Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Água	2008	15	5.000.000	6,43
Ferraz de Vasconcelos							
Guarulhos							
Itaquaquecetuba							
Mauá							
Mogi das Cruzes							
Poá							
Santo André							
São Paulo (Zona Oeste)							
Suzano							
Atibaia	Atibaia Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Esgoto	2012	30	109.737	28,16
Barueri	Sistema Produtor São Lourenço	CGGC Construtora do Brasil	PPP Água	2014	25	1.500.000	n.d.
Carapicuíba							
Cotia							
Itapevi							
Jandira							
Santana de Parnaíba							
Vargem Grande Paulista							
Birigui	AquaPérola	Latam Water Participações	PPP Água	1994	27	n.d.	0,00
Campinas	BRK Ambiental Capivari	BRK Ambiental	Locação de ativos Esgoto	2007	23	55.768	n.d.
Campos de Jordão	Araucária Saneamento	GS Inima Brasil	Locação de ativos Esgoto	2010	20	52.405	i.c.
Casa Branca	Águas de Casa Branca	Terracom	Concessão Plena	2018	30	30.380	2,64
Castilho	Águas Castilho	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	21.264	1,04
Estiva Gerbi	Águas de Estiva Gerbi	Terracom	Concessão Plena	2019	30	11.407	2,05
Guará	Águas de Guará	Latam Water Participações	Concessão Plena	2000	25	20.329	0,54
Guaratinguetá	Guaratinguetá Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Esgoto	2008	30	107.532	0,72
Holambra	Águas de Holambra Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	15.272	1,88
Jáú	Águas de Jahú	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2015	35	147.155	6,69

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Jaú	Águas de Mandaguahy	SGA – Sistema de Gestão Ambiental	Concessão Parcial Água	1998	30	136.779	n.d.
Jundiá	CSJ – Companhia de Saneamento de Jundiá	Campos Elíseos Participação, Empreendimentos e Administração; Jusante Participações	Concessão Parcial Esgoto	1996	35	415.524	0,25
Limeira	BRK Ambiental Limeira	BRK Ambiental	Concessão Plena	1995	44	299.276	70,48
Luiz Antônio	Sanel – Saneamento de Luiz Antônio	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2020	35	15.159	0,13
Mairinque	Saneaqua Mairinque	BRK Ambiental	Concessão Plena	2010	40	31.178	12,09
Matão	Águas de Matão	Aegee	Concessão Plena	2013	30	83.626	7,20
Mauá	BRK Ambiental Mauá	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2003	40	443.589	2,31
Mineiros do Tietê	Águas de Mineiros	Latam Water Participações	Concessão Plena	1996	30	12.000	0,59
Mirassol	Sanessol – Saneamento de Mirassol	Iguá Saneamento; Aviva Ambiental	Concessão Plena	2007	30	59.246	3,97
Mogi Mirim	Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim	GS Inima Brasil	Concessão Parcial Esgoto	2008	30	72.346	0,35
Palestina	Empresa de Saneamento de Palestina	Iguá Saneamento; Aviva Ambiental	Concessão Plena	2007	30	10.604	1,11
Paraibuna	Caepa – Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2015	30	13.559	2,71
Piquete	Águas Piquete	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	12.714	0,39
Piracicaba	Águas do Mirante	Aegee	PPP Esgoto	2012	30	407.252	12,44
Porto Feliz	Águas de Porto Feliz	General Water	Concessão Parcial Água	2009	20	17.000	n.d.
Porto Ferreira	BRK Ambiental Porto Ferreira	BRK Ambiental	Concessão Plena	2011	30	55.490	6,52
Ribeirão Preto	GS Inima Ambient – Serviços Ambientais de Ribeirão Preto	GS Inima Brasil	Concessão Parcial Esgoto	1995	38	717.380	7,24

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Rio Claro	BRK Ambiental Rio Claro	BRK Ambiental e Latam Water Participações	PPP Esgoto	2007	30	203.261	4,15
Salto	Sanesalto Saneamento	Conasa Infraestrutura	Concessão Parcial Esgoto	1996	25	117.002	0,05
Santa Gertrudes	BRK Ambiental Santa Gertrudes	BRK Ambiental	Concessão Plena	2010	30	27.381	1,13
Santa Rita do Passa Quatro	Comasa – Companhia Águas de Santa Rita	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2016	30	27.600	3,15
São José dos Campos	Sanevap – Saneamento do Vale do Paraíba	GS Inima Brasil	Locação de ativos Esgoto	2012	20	214.467	i.c.
São Sebastião da Gramma	Águas de São Sebastião da Gramma	Terracom	Concessão Plena	2016	30	12.159	0,74
Sumaré	BRK Ambiental Sumaré	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	30	286.211	32,69
Tuiuti	Águas de Tuiuti	Terracom	Concessão Plena	2020	35	3.452	0,70
Votorantim	Águas de Votorantim	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2012	30	118.885	6,59
56	43					10,59 mi	270,34

TOCANTINS							
Abreulândia	Abastecimento de Água (Abreulândia)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2004	20	1.601	0,03
Angico	Abastecimento de Água (Angico)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2015	30	2.108	0,03
Araguacema	Abastecimento de Água (Araguacema)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2016	30	3.313	0,06
Bom Jesus do Tocantins	Abastecimento de Água (Bom Jesus do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2016	30	3.756	0,08
Cariri do Tocantins	Abastecimento de Água (Cariri do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2020	30	2.475	0,17
Chapada da Natividade	Abastecimento de Água (Chapada da Natividade)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2018	30	1.683	0,04

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Chapada de Areia	Abastecimento de Água (Chapada de Areia)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2018	30	791	0,08
Divinópolis do Tocantins	Abastecimento de Água (Divinópolis)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2018	30	4.873	0,06
Dois Irmãos do Tocantins	Sannorte Saneamento Ambiental	Sannorte Saneamento Ambiental	Concessão Plena	1900	30	2.786	0,04
Dueré	Abastecimento de Água (Dueré)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2018	30	3.118	0,06
Esperantina	Sannorte Saneamento Ambiental	Sannorte Saneamento Ambiental	Concessão Plena	2021	30	7.953	0,00
Fortaleza do Tabocão	Abastecimento de Água (Fortaleza do Tabocão)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2018	30	2.117	0,17
Goianorte	Abastecimento de Água (Goianorte)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2018	30	2.857	0,10
Itaguatins	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Itaguatins)	Hidroforte	Concessão Plena	2019	30	3.285	0,10
Itapiratins	Abastecimento de Água (Itapiratins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	n.d.	2.057	0,08
Jaú do Tocantins	Abastecimento de Água (Jaú do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	1.449	0,05
Lizarda	Abastecimento de Água (Lizarda)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	2.589	0,04
Mateiros	Abastecimento de Água (Mateiros)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	1.740	0,04
Monte do Carmo	Abastecimento de Água (Monte do Carmo)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	3.460	0,12
Novo Alegre	Abastecimento de Água (Novo Alegre)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	1.733	0,07
Palmas + 46 municípios	Saneatins	BRK Ambiental	Concessão Plena	1999	50	1.151.902	149,74
Pequizeiro	Abastecimento de Água (Pequizeiro)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	2.607	0,04
Pindorama do Tocantins	Abastecimento de Água (Pindorama)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	2.897	0,09
Pium	Abastecimento de Água (Pium)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	20	4.371	0,10

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
Ponte Alta do Bom Jesus	Abastecimento de Água (Ponte Alta do Bom Jesus)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	n.d.	2.527	0,05
Ponte Alta do Tocantins	Abastecimento de Água (Ponte Alta do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	5.117	0,05
Porto Alegre do Tocantins	Abastecimento de Água (Porto Alegre do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	2.176	0,09
Praia Norte	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Praia Norte)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	4.957	0,09
Presidente Kennedy	Abastecimento de Água (Presidente Kennedy)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	20	3.223	0,07
Rio da Conceição	Abastecimento de Água (Rio da Conceição)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	1.994	0,08
Santa Maria do Tocantins	Abastecimento de Água (Santa Maria)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	2.078	0,08
Santa Rita do Tocantins	Abastecimento de Água (Santa Rita do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	1.029	0,08
Santa Rosa do Tocantins	Abastecimento de Água (Santa Rosa do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	20	3.126	0,06
Silvanópolis	Abastecimento de Água (Silvanópolis)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	4.349	0,20
Sítio Novo do Tocantins	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Sítio Novo do Tocantins)	Hidroforte	Concessão Parcial Água	2019	30	4.795	0,76
Talismã	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Talismã)	Hidroforte	Concessão Plena	2019	30	1.496	0,09
82	36					1,25 mi	153,07

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do contrato	Prazo (anos)	População atendida	Investimentos realizados em 2020 (R\$ milhão)
TOTAIS NACIONAIS							
509	199					46,01 milhões	2.053,40

Fontes: SPRIS, SNIS e Planos de Negócios das Concessões.

Observações

Considera os municípios em que os contratos com a iniciativa privada foram celebrados até 8/3/2022.

n.d – Não definido, disponível ou informado

i.c. – Investimentos concluídos

Há municípios com mais de um operador privado. Para esses casos, foi analisado se há sobreposição da população beneficiada e suprimida a quantidade que geraria dupla contagem. Seguem os casos em que isso foi feito:

Feira Grande/AL: foi considerada a população da PPP Agreste e suprimidos os dados da população conforme AG001- Desagregado SNIS.

Igaci/AL: foi considerada a população da PPP Agreste e suprimidos os dados da população conforme AG001- Desagregado SNIS.

Jaguaruna/SC: foram somadas as populações dos dois contratos no município por abranger áreas diferentes.

Jaú/SP: foi considerado o dado da população da Concessão Plena em Jaú e suprimido a Concessão Parcial Água.

Maceió/AL: foi considerado o valor da Concessão Plena em Maceió e suprimida a PPP de Esgoto.

Mauá/SP: foi considerado o dado de população da PPP Água em Mauá e suprimido o dado da população da Concessão Parcial de Esgoto.

Rio das Ostras/RJ: foi considerado o dado da população da Concessão Plena e suprimido o dado da população da PPP Esgoto.

Rio de Janeiro/RJ: foram considerados os dados das populações dos quatro blocos do Rio de Janeiro e suprimido o dado da população da Zona Oeste Mais Saneamento.

São Brás/AL: foi considerada a população da PPP Agreste e suprimidos os dados da população conforme AG001- Desagregado SNIS.

São João de Meriti/RJ: foram considerados os dados da população da Concessionária Saneamento Rio 4 e suprimidos os dados da Concessão Parcial de Esgoto.

Saquarema/RJ: foi considerado o dado da população Saneamento Rio 1 e suprimido os dados da população conforme AG001- Desagregado SNIS.

Arredondamentos nos totais de investimentos estaduais podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Nota metodológica

SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPRIS	Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento

Informações	Unidade	
AG001	População total atendida com abastecimento de água	população
AG002	Quantidade de ligações ativas de água	ligações
AG002_A	Quantidade de ligações ativas de água no ano anterior	ligações
AG005	Extensão da rede de água	km
AG010	Volume de água consumida	1.000 m³/ano
AG011	Volume de água faturado	1.000 m³/ano
AG019	Volume de água tratada exportado	1.000 m³/ano
AG026	População urbana atendida com abastecimento de água	população
ES001	População total atendida com esgotamento sanitário	população
ES002	Quantidade de ligações ativas de esgoto	ligações
ES002_A	Quantidade de ligações ativas de esgoto no ano anterior	ligações
ES004	Extensão da rede de esgoto	km
ES005	Volume de esgoto coletado	1.000 m³/ano
ES006	Volume de esgoto tratado	1.000 m³/ano
ES007	Volume de esgoto faturado	1.000 m³/ano
ES015	Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador	1.000 m³/ano
ES026	População urbana atendida com esgotamento sanitário	população
FN001	Receita operacional direta	R\$/ano
FN017	Despesas totais com os serviços (DTS)	R\$/ano
FN033	Investimentos totais realizados pelo prestador de serviços	R\$/ano
FN048	Investimentos totais realizados pelo(s) município(s)	R\$/ano
FN058	Investimentos totais realizados pelo estado	R\$/ano
G06a	População urbana residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE	população
G12a	População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE	população

Metodologia de Cálculo		
IN003	Despesa total com os serviços por m³ faturado [FN017/(AG011+ES007)]*(1/1.000)	R\$/m³
IN004	Tarifa média praticada [FN001/(AG011+ES007)]*(1/1.000)	R\$/m³
IN015	Índice de coleta de esgoto [ES005/(AG010-AG019)]*100	%
IN023	Índice de atendimento urbano de água (AG026/G06a)*100	%
IN024	Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água (ES026/G06a)*100	%
IN046	Índice de esgoto tratado referido à água consumida [(ES006+ES015)/(AG010-AG019)]*100	%
IN055	Índice de atendimento urbano de água (AG001/G12a)*100	%
IN056	Índice de atendimento total de esgoto (ES001/G12a)*100	%
Investimento/Ligação	FN033/(AG002+ES002)	R\$/ano/ligações
Investimentos totais	FN033+FN048+FN058	R\$/ano
Investimento per capita*	FN033/G12a	R\$/pessoa

* Nas análises por modalidade contratual, foi considerada a população atendida.

Para população atendida, os valores a serem considerados serão:

Concessão Plena = AG001

Subconcessão Água e Esgoto = AG001

Concessão Parcial Água = AG001

Concessão Parcial Esgoto = ES001

PPP Água = AG001

PPP Esgoto = ES001

Subdelegação de Esgoto = ES001

Locação de ativos = População beneficiada

Capítulo 8

ABCON SINDCON

A ABCON SINDCON, Associação e Sindicato das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, é a entidade que reúne as operadoras privadas de saneamento no país, congregando 20 holdings e mais de 120 concessionárias associadas, o que representa 85,5% dos municípios e 94,4% da população atendida pela iniciativa privada com os serviços de água ou esgoto no Brasil.

O propósito da associação é atuar para que o segmento privado seja protagonista na universalização do saneamento básico no país.

A entidade busca fortalecer a representação empresarial e a valorização do capital privado no setor, promovendo o conhecimento qualificado e a ampliação das oportunidades de mercado, com credibilidade e transparência.

A partir dessas premissas, a ABCON SINDCON tem como objetivo contribuir de forma decisiva para que os operadores privados de saneamento alcancem uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira, atuando com inovação e qualidade.

Gestão

Código de Conduta e Governança

Todas as atividades da ABCON SINDCON são regidas pelo Código de Conduta e Governança, que estabelece condições mínimas de comportamento para direcionar suas atividades e das empresas associadas, empenhadas em conduzir ações no estrito cumprimento das leis e seguindo padrões éticos reconhecidos pela sociedade brasileira.

A ABCON SINDCON se compromete a tratar as empresas associadas com equidade, isonomia, transparência e imparcialidade, promovendo esforços para que elas atuem de forma ética e legal, com base no regime da livre iniciativa e da concorrência.

Comitês temáticos

A ABCON SINDCON mantém comitês internos, formados por seus associados, com o objetivo de troca de experiências entre as empresas e para atender às demandas das associadas, a fim de agregar valor nas intermediações solicitadas.

Os comitês Jurídico, *Compliance*, Financeiro, Comunicação, Recursos Humanos, Técnico e de Qualidade e Segurança são responsáveis por contribuições com discussões e encaminhamento de propostas aos temas que afetam a atividade das concessionárias e o setor.

Ações e produtos

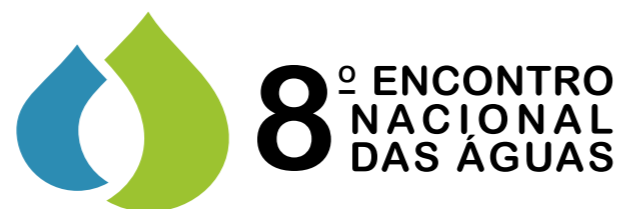
Prêmio Sustentabilidade

Criado em 2015, já conta com quatro edições realizadas e cerca de 300 projetos avaliados. A iniciativa busca o reconhecimento dos profissionais das concessionárias privadas que desenvolveram projetos inovadores, visando ações e resultados sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e de governança. Em parceria com o Pacto Global, o regulamento do Prêmio Sustentabilidade foi totalmente reformulado e adequado aos princípios do ESG na edição 2021.



ENA – Encontro Nacional das Águas

Congresso bienal dedicado ao debate dos principais temas que afetam o saneamento básico e a iniciativa privada. Reúne em sua programação diversos painéis para compartilhar experiências e soluções desenvolvidas pelas operadoras privadas no país. Em 2022, ocorrerá a oitava edição do ENA, com o tema “Saneamento: a pauta do futuro”, presencialmente em São Paulo e transmitido para todo o mundo pelo YouTube da ABCON SINDCON.



SPRIS

O Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento (SPRIS) compila, reúne e disponibiliza aos associados ABCON SINDCON e também à sociedade civil os principais indicadores de desempenho da iniciativa privada em suas operações espalhadas por todo o país. O SPRIS é a base para a elaboração do Panorama da Participação Privada no Saneamento.



Panorama da Participação Privada no Saneamento

Publicação anual, editada e apresentada ao público em geral desde 2014, que reúne os dados compilados pelo SPRIS e outros indicadores e informações pertinentes à atividade das concessionárias privadas no saneamento.



Revista Canal

Publicação trimestral *online* que promove a narrativa econômica e socioambiental do segmento privado, focando os operadores e fornecedores. Promove a imagem de credibilidade das operadoras privadas e da ABCON SINDCON entre investidores e representantes do setor público.



Calculadora de custos em saneamento

Produto indicado para agilizar orçamentos e ser uma ferramenta essencial para quem trabalha na indústria da construção, órgãos de fomento, instituições financeiras, escritórios e consultorias que precisam realizar estudos de viabilidade de projetos. Utiliza como fonte os valores de referência do Sinapi – Sistema Nacional de Preços e Índices para Construção Civil. Disponível para assinaturas!



Agenda legislativa dos operadores privados de saneamento

Com edição atualizada em 2022, o guia traz os principais projetos em tramitação no Congresso que possuem relação direta com o setor, apontando aqueles que são prioritários para o saneamento avançar. Cada projeto é acompanhado por uma análise da ABCON SINDCON.



SIRI

Sistema de Integração e Representação Institucional (SIRI), mobiliza recursos humanos a fim de garantir que as discussões realizadas em importantes órgãos colegiados e grupos de trabalho do setor de saneamento sejam compartilhadas com todos os associados.

Análises conjunturais

Produzida pela entidade, a série de “Análises conjunturais” apresenta uma abordagem econômica e política do que acontece no saneamento brasileiro, em português e em inglês. Entre as edições publicadas, estão as análises da importância do novo marco legal do saneamento, os movimentos de mercado e a relevância do setor para a cadeia produtiva e para a retomada do crescimento econômico.

ABCON SINDCON News

Publicação mensal eletrônica da entidade, dirigida a empresas do setor, investidores e fornecedores, traz as principais notícias do mercado e sobre a regulação de saneamento, bem como a agenda da associação. Enviada por e-mail e também hospedada no site da ABCON SINDCON.



Expediente

Diretor-executivo

Percy Soares Neto

Superintendente Técnica

Ilana Ferreira

Técnico Operacional

Cesar Seara

Julia Souza

Priscila Bezerra

Financeiro

Eliana Gonçalves

Administrativo

Elaine Cristina das Chagas

Coordenadora Jurídica

Kelly Félix

Coordenadora de comunicação

Mariana Zito

Assistente de comunicação

Carolina Matias

Assessoria de Imprensa

Em Foco Assessoria de Comunicação

Assessoria Jurídica

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados

Assessoria Parlamentar

BMJ Consultores

O **Panorama da Participação Privada no Saneamento 2022** é uma publicação anual da ABCON SINDCON — Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Coordenação Executiva

Percy Soares Neto

Produção Técnica

Ilana Ferreira

Priscila Bezerra

Julia Souza

Produção Editorial

Aurea Figueira

Mariana Zito

Nelson Lourenço

Revisão

Tarcila Lucena

Diagramação

Mariana Zito

Carolina Matias

Infografia

Mariana Zito

Publicação

Julho de 2022

